

CRAVEIRO COSTA



# HISTÓRIA DAS ALAGOAS

RESUMO DIDÁTICO

DIVALDO SURUAGY  
Governo da Participação



Reimpressão

Sergasa  
Serviços Gráficos de Alagoas S.A.

1983

CRAVEIRO COSTA

# HISTORIA DAS ALAGÔAS

*(RESUMO DIDACTICO)*



Editora-Proprietaria  
COMP. MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO  
(Weiszflog Irmãs incorporada)  
SÃO PAULO - CAYEIRAS - RIO

## A P R E S E N T A Ç Ã O

Um Estado necessita divulgar sua realidade política, social ou econômica nos centros de estudos, bibliotecas, escolas, através da edição ou reedição de suas obras históricas mais expressivas.

Toda uma cultura, toda a importância do acréscimo à natureza, o momento de vitalidade humana, os instantes decisivos de sua história, correrão o risco de se esvaír com o tempo caso não haja a preocupação de se manter acesa nas gerações atuais a chama do conhecimento desses fatos.

A reedição de obras fundamentais da história alagoana iniciada pela Secretaria da Educação e Cultura no Governo Guilherme Palmeira, na gestão do Professor José Medeiros, tem sua continuidade na Administração Divaldo Suruagy, objetivando não a restrito número de privilegiados, mas as nossas bibliotecas escolares, as instituições culturais, aos nossos estudantes e professores, o conhecimento da terra e da gente de Alagoas.

Trata-se de uma decisão coerente com as diretrizes de difundir no setor cultural a preservação do nosso patrimônio histórico e cultural que não deve se restringir apenas à esfera de prédios e monumentos. É a clara opção da relevância da dimensão cultural na política educacional adotada pela atual gestão.

Surge, destarte, esta segunda edição de História de Alagoas, de Craveiro Costa, como uma boa nova para todos os alagoanos, de modo a se tornar fonte obrigatória de consulta e deleite de todos interessados no conhecimento da evolução histórica da sociedade alagoana.

O autor é um dos melhores nomes da escassa bibliografia histórica de nosso Estado.

O maceioense Craveiro Costa, um espírito irrequieto, jornalista, escritor, pioneiro e implantador da Estatística em Alagoas, aparece como uma das mais vivas expressões de nossa inteligência e cultura.

Maceió, 02 de agosto de 1983

DOUGLAS APRATTO TENÓRIO  
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

### DO MESMO AUTOR:

*Conferencias Cívico-Ecolares.*

*No Centenario.*

*O Fim da Epopéa.*

### A PUBLICAR:

*Alma das Alagôas.*

*O Visconde de Sinimbú.*

*Maceió (inqueritos historicos, sociaes e economicos).*

## PREFACIO

Seria certamente estulto que eu quizesse apresentar aos leitores de historia o Sr. Craveiro Costa, historiador já consagrado por boa meia duzia de trabalhos originaes.

Entretanto, elle desejou que eu lhe desse em palavras vivas as primicias da leitura que fiz da sua HISTORIA DAS ALAGÔAS.

Defiro assim o seu desejo, antes por aproveitar a occasião de fazer justiça aos meritos da sua obra, do que pela convicção de que lhe venham a ser benemeritos estes gabos preliminares, muitas vezes duvidosos, senão contraproducentes e irritantes ao leitor fino e agudo que quase sempre só se converte ás suas proprias opiniões.

O Sr. Craveiro Costa não discute se a historia é arte ou sciencia: e essa feição superior do seu processo suppõe nelle um historiador emancipado da velha historia — arrumação de factos e datas, e para quem a função do historiador não é explicar a historia pelos factos, mas os factos pela historia. Historia — sciencia, portanto.

Os factos historicos têm para elle um nexu positivo, estava quase a dizer um nexu biologico, pelo qual se explicam, naturalmente, sem as adivinhações fantasticas do genio, os effeitos da fatalidade, antes da cousa feita, *in fieri*. Dahi ser o seu sentimento da historia mais sociologico que romantico, mais pesado, mais medido, mais contado com frieza arithmetica, do que artificialmente bem vestido com preocupação e apparatus, apesar das florituras do seu estylo, que dão aos seus ensaios tanto prestigio literario quanta força e segurança á sua dialectica.

\* \* \*

A nossa bibliographia didactica é de uma pobreza, com licença da pálvra, franciscana. Entretanto temos a Academia Alagoana de Letras, o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, a Escola Normal, o Lyceu, a Academia de Sciencias Commerciaes de Alagoas cheios de nomes padrões da nossa cultura, e vivemos a ensinar pelos livros de São Paulo, do Rio, da Argentina, da França, da Italia, dos Estados Unidos, de todo o mundo.

Só não ensinamos pelos livros de Alagôas E' verdade que já tivemos os nossos didacticos. Mas os livros serios de José Alexandre Passos, de Thomás Espindola estão atrasados; uma pedagogia livreca do Dr. Joaquim José de Araujo, uma arithmetica camoneana do Professor Antonio José Duarte, uma Grammatica Elementar e um livro de leitura — «Através da Infancia» — de Rosalia Sandoval, as apostillas de mathematica do Dr. Manoel Pontes de Miranda e os fasciculos dispersos do Dr. M. B. P. Diegues Junior e pouco mais, são todos insufficientes e não constituem uma literatura pedagogica que baste ao espirito do nosso tempo. Apenas, como obras definitivas, temos a excellente «Physiographia de Alagôas» do Dr. Manoel Moreira e Silva e o notavel «Compendio de Theoria Musical» do Professor Luis Lavanère: a pequena «Historia de Alagôas» do Professor Moreno Brandão, interessada especialmente pelo que tinham de dramatico os nossos epiphenomenos politicos, reclama a sua minuciosa «Chorographia», aliás já em via de publicação nesta capital, onde certamente não terá edição condigna. Foi o que aconteceu a «O Dote» de Elias Sarmento: não obstante approved pela Instrucção Publica do Estado para livro de leitura nas nossas escolas primarias, imprimiu-se com uma tamanha pobreza de arte graphica, por falta de «sympathia pedagogica» do editor-proprietario, que caiu na compulsoria e no esquecimento.

\* \* \*

Agora a Companhia Melhoramentos de São Paulo tomou a si a publicação da HISTORIA DAS ALAGÔAS do Sr. Craveiro Costa.

Reprimindo, sem duvida, o valor dos seus surtos geographicos ou historicos, o autor impoz-se a rubrica de um «resumo didactico». Mas a sua intuição da geographia moderna, para conseguir a succulenta synthese que realizou, levou-o muito além do plano traçado. O Sr. Craveiro Costa tem a paixão da geographia. Da geographia á Jean Brunhes, bem entendido. Já em 1926, reunindo apenas «notas para a historia do Acre», deu-nos n'O FIM DA EPOPEA a theoria geral da geographia humana daquella maravilhosa região, desquerida estupidamente, como enteada, do governo federal.

Foi pena que esse livro do escriptor alagoano padecesse logo do peccado original de ter sido editado neste calcanhar de Judas da provincia, não logrando, por isso, no apreço das *elites*. lá fóra, o logar que lhe compete ao lado d'OS SERTÕES. Nos seus XXI capitulos que enfeixam tresentas e tantas paginas de referita materia anthropogeographica, O FIM DA EPOPEA occupa-se da sociologia pragmatica daquelle recanto paradisiaco do «inferno verde», desde as coordenadas divinatorias de Tordesillas nas lutas seculares pela posse, até aos incidentes epicos da revolução. e á analyse perecuciente das cifras economicas do territorio, que, só ellas, deviam inspirar á estupidez dos nossos politicos a superação da reconquista do Barão do Rio Branco.

A sua historia do Acre é dos nossos livros fortes, quero dizer, dos nossos livros serios, onde o pensamento clamante do sociologo se exprime com a elegancia harmoniosa e sympathica do estheta. Merece, se não exige, uma 2.ª edição — illustrada e decente.

Outros trabalhos seus revelam a mesma seriedade, a mesma intenção de focalizar regras de conducta, quer aos leitores porventura discentes, quer aos que apenas se comprazem na contemplação dos seus propositos de diletantismo pedagogico.

As «Conferencias Civico-Escolares» e o ensaio sobre «O ensino publico em Alagôas» podem ser considerados as suas credenciaes *post opus* como antigo director da Instrucção Publica do Jurua e do Grupo Escolar «Barão do Rio Branco» em Cruzeiro do Sul e do Grupo Escolar «Diegues Junior» nesta capital, do mesmo modo como as monographias sobre a «Inconfidencia mineira», sobre «D. Pedro II», sobre a «Emancipação das Alagôas», sobre «Alagôas em 1824», «No Centenario», «A Formação Mental de Alagôas» justificam com inteira presumpção a cadeira que occupa na Academia

Alagoana de Letras e no Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, de que é secretario perpetuo.

Além desses trabalhos, tem elle ainda ineditas uma biographia integral do Visconde de Sinimbu, em que passa em revista o largo trato da historia do Brasil desde 1810 a 1907 — cyclo da vida do grande varão alagoano; «Alma das Alagôas», leitura escolar, e «Maceió», inqueritos historicos, sociaes e economicos, na qual o autor nos dá não a «idéa geral», mas o «conceito», isto é, o *pensamento da sociedade* patricia, para usar a expressão propria de Durkheim.

\* \* \*

A HISTORIA DAS ALAGÔAS, publicada com o luxo de illustrações que lhe deram os seus benemeritos editores, fará honra á literatura nacional: os assumptos de que trata, demasiado restrictos para interessar os numerosos leitores de ficção, compensam-se com o seu proprio valor literario e com o excepcional pittoresco que encerra, graças ao vasto elenco de *clichés* e mappas da nossa vida antiga e contemporanea, antiga sobretudo, do tempo em que Alagôas amanhecia...

Antes della, assim jucunda, só tivemos o album da «Terra das Alagôas» do Dr. Ad. Marroquim, que teve edição caprichosa, na Italia, onde a arte graphica prescinde de encarecimentos.

Mas do ponto de vista historico, a HISTORIA DAS ALAGÔAS é obra á parte, porque dá o sentido integral da nossa evolução. Qualquer dos seus capitulos, tomado a esmo, basta para o seu julgamento summario.

Tratando, por exemplo, da emancipação da comarca (1817), o autor refuta com vantagem duas opiniões inexactas, indecorosas para a nossa civicidade: uma de Candido Mendes, de que a nossa independencia foi o galardão de D. João VI ao nosso lealismo, e outra de Pereira da Costa de que foi o premio da nossa traição á Republica.

São opiniões faceis de historiadores sem imaginação, pois desde 31 de março do anno da revolução o ouvidor, Dr. Antonio José Ferreira Batalha, havia separado da metropole a comarca de

Alagôas, onde a Republica, aliás, havia feito muitos proselytos e não poucas victimas admiraveis sob a sanha regalista do Conde dos Arcos.

A contra-revolução ganhou terreno ligeiro em toda a Republica. «No Rio Grande do Norte, diz Oliveira Lima (*Pernambuco — seu desenvolvimento historico*, pag. 257), quando ainda não havia alli chegado intimação alguma do centro, foi o novo regimen varrido por um movimento de rapida execução, sendo assassinado o coronel Antonio de Albuquerque Maranhão, autor da anterior rebellião.

Na Parahyba, a contra-revolução estendeu-se com exito igual dos campos á capital, sem opposição apreciavel, reunindo-se novamente a tropa em torno da bandeira monarchica.

Em Pernambuco mesmo, foco todavia incandescente de jacobinismo, para onde marchava ás pressas da Bahia o soccorro dirigido pelo marechal Cogominho de Lacerda, em numero de oitocentos soldados na estimativa de Muniz Tavares, sem contarem as milicias sergipanas e os bandos de caboclos, o descontentamento patenteava-se nas repetidas adhesões ás proclamações restauradoras».

Porque os alagoanos são de preferencia accusados de felonía? O Sr. Craveiro Costa acaba de vez com a balela irritante:

— Em 1817 factores economicos e demographicos, operando o desenvolvimento da comarca, que se estendia por mais de dois terços do territorio da capitania, haviam preparado o scenario do drama historico da emancipação politica, aliás já solicitada ao rei, anteriormente, pelos habitantes do triangulo patricio.

Assim, em todos os capitulos, na *Formação mental*, na *Formação geographica e colonização*, em *Palmares*, na *Evolução economica*, em *Calabar*, as suas razões são sempre concludentes do lado do nosso alvorçado nativismo, sem excluir, porém, o seu desapassionado senso da historia.

*Auryno Maciel*

## Primeiras explorações

Não ha razão para dizer-se que, durante trinta annos, o governo portuguez teve o Brasil em completo abandono. Ao contrario, afigura-se-nos, durante esses trinta annos, que tantos decorreram do descobrimento á primeira tentativa de colonização, a corôa portuguesa, organizando e custeando expedições exploradoras da orla maritima e mantendo assidua e severa vigilancia no litoral, que se esboçava na cartographia vaga dos marceantes, porfiou em conhecer a extensão do seu novo dominio, assegurar-lhe a posse, amparando-a e defendendo-a da piratagem, mormente de franceses, pela impertinencia com que a praticavam, e das explorações de castelhanos nesta parte do continente, onde o ajuste de Tor-desilhas lhes dera tambem soberania.

Essas expedições, umas bem succedidas, outras lamentavelmente infelizes, são bem uma demonstração do interesse que o velho reino peninsular ligava á terra de Cabral, que viera, no roldão da boa fortuna, dilatando-o desmesuradamente, investi-lo na posse de um patrimonio, que, annos depois, seria a fonte principal da sua opulencia e perpetuação historica.



Pedro Alvares Cabral

Com essas expedições a corôa lusitana pretendia, cautelosa e inteligentemente, assegurar-se das proporções do territorio que lhe coubera na partilha da America, das possibilidades de exito do seu aproveitamento e da conveniencia em distrahir parte dos recursos destinados á India, então o ponto de convergencia das suas preocupações governamentaes, a uma applicação aventureosa na *ilha* cabralina.

E logo, descoberta a terra, em 1501, fez partir a primeira expedição pesquisadora. Essa expedição, de grande importancia para a geographia brasileira, assinalou os accidentes physicos mais notaveis da costa, denominando-os, desde o cabo que ficou chamado de São Thomé até o rio da Prata, e levou a Lisboa a noticia alviçareira de que, em vez de uma simples ilha perdida na immensidão do oceano, a nova terra era um vasto continente.

Essa expedição marcou na sua cartographia a embocadura do rio de São Francisco, defrontado a 4 de outubro daquelle anno, e ao qual a população indigena dos arredores dava o nome de *Paraitinga*. Foi esse o primeiro ponto da terra alagoana que ficou assignalado.

A verificação de que a terra de Cabral era um continente não bastava ainda para o seu immediato aproveitamento; explorações mais minudentes de character geographico e perquirições ainda mais demoradas de interesse mercantil se faziam necessarias, e se realizaram a seguir.

Mal se desarmavam as caravelas da primeira expedição, partiu a segunda, em 1503, sob o commando de Gonçalo Coelho. Da Bahia ao Prata foi o litoral percorrido demoradamente, accentuando-se-lhe os contornos e a extensão, estabelecendo-se então a feitoria de Santa Cruz, na enseada onde fundeara Cabral.

Citam-se outras expedições que não deixaram traços apreciaveis, entre as quaes as de 1510 e 1512. A primeira, de que talvez haja resultado a aventura de



Mappa da Provincia de Santa Cruz



Diogo Alvares, o *Caramuru*,  
e sua mulher, Paraguassu

Diogo Alvares Corrêa, o *Caramuru*, naufragou na bahia de Todos os Santos, de encontro aos baixios que lhe atraçoam a navegação. Da segunda, dizem alguns chronistas, surdiu a alliança de João Ramalho, escapo de um naufragio, ou propositadamente deixado na costa, com os *Guayanaezes*, que tão prestimosa havia de ser a colonização de São Paulo.

Christovam Jacques, marceante intrepido e afortunado, commandou as expedições de 1516 e 1526, ambas da maior importancia para os fins collimados pela casa de Avis. O mar

foi varrido da incommoda pirataria francesa, o contrabando do pau-brasil retrahiu-se, mercê da severa vigilancia estabelecida na costa, e a fundação de feitorias, entre as quaes a de Iguarassú, firmou o dominio portugêes.

Com essas expedições preliminares, indispensaveis á expressão geographica do continente, que se dilatava a cada uma dellas, Portugal chegou á evidencia da necessidade do aproveitamento da terra, tanto mais necessario agora que as incursões espanholas, ao sul, poderiam preparar o terreno de futuras complicações diplomaticas, quando a phantasiosa linha de Tordesilhas saisse do campo vago das hypotheses territoriaes da partilha pontificia para a fixação positiva das extremas geographicas.

Não se podia exigir mais de nação alguma da Europa, a esse tempo, principalmente de Portugal que,



Mapa dos limites das terras conquistadas por Portugal e Espanha, conforme o tratado de Tordesilhas em 1494

seriamente empenhado em tirar o maior proveito commercial da esplendida civilização oriental, na India tinha a concentração dos seus maiores interesses.

Não valia a pena, de facto, abandonar o trato com gente de tradição commercial e civilização seculares, detentora de industrias preciosas mercantilmente cobiçadas por toda parte, para aventurar-se, sem perquirições minuciosas, á colonização de uma terra longinqua, que não denunciava a existencia do ouro, da prata, das pedras preciosas, das especiarias, e cujas populações, bravias e hostis, ainda na idade da pedra polida, eram um empecilho ao exito de qualquer empreendimento de grande tomo.

Conhecida, porém, a costa brasileira em quase toda a sua extensão e feito, pouco a pouco, o trato com as tribus mais accessiveis, o trato com o governo portuguez cuidou aforçadamente da colonização e aproveitamento do seu vasto dominio americano. E, para isso, organizou a expedição de 1530, sob a chefia de Martim Affonso de Sousa.

Quatro annos mais tarde, D. João III dividiu o Brasil em capitánias hereditarias, sob o regime feudal, com ellas premiando serviços dos seus homens mais notaveis. A Duarte Coelho Pereira



João Ramalho  
Parte de um quadro de Parreiras



Martim Affonso



D. João III

couberam sessenta leguas de costa — da barra do São Francisco á dô Iguarassú, segundo o foral de 24 de outubro de 1534.

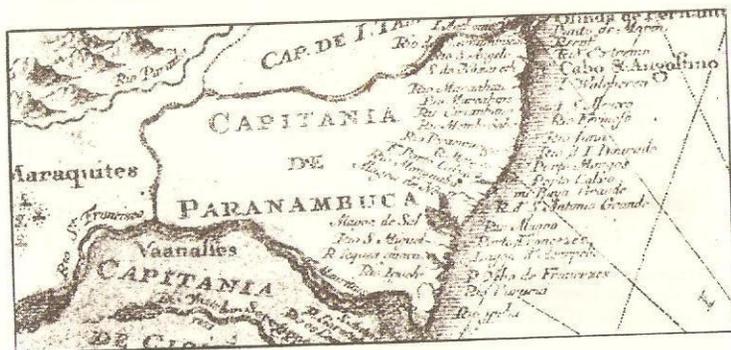
Nessa capitania, que se chamou de Pernambuco e também Nova Lusitania, ficou o territorio alagoano, que somente della se desmembrou, para constituir-se em capitania administrativamente independente, em 16 de setembro de 1817.

Antes da criação das donatarias, do territorio que depois foi a comarca das Alagôas, os portugueses apenas haviam assignalado a embocadura do São Francisco, seu extremo sul.

Fernandes Gama, citado por Thomás Espindola, na sua interessante *Geographia Alagoana*, diz que a primeira terra defrontada pela frota de Cabral foi terra das Alagôas, entre os rios Jiquiá e Coruripe, pois estava a frota a 10° de latitude sul. A primasia, porém, é de nonada, como carecedor de importância historica é o descobrimento da foz do São Francisco, pois dos episodios vagos, em que taes acontecimentos surgem, não resultou commettimento apreciavel.

A costa alagoana, porém, antes de Duarte Coelho Pereira, parece ter sido familiar aos piratas franceses, que se aventuravam á traficancia do *pau-brasil* com o gentio das cercanias. Comprova-o a affirmacão de Gabriel Soares, na sua obra *Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas*, escripta anteriormente a 1587, e invocada pelo laborioso chronista conterraneo, Pedro Paulino da Fonseca.

Segundo depõe Gabriel Soares, nada menos de três portos existiam na costa das Alagôas com a denominação *dos Franceses*. Havia o porto *Velho dos Franceses*, quatro leguas antes da foz do rio São Miguel; havia o porto *Novo dos Franceses*, duas leguas para o sul do

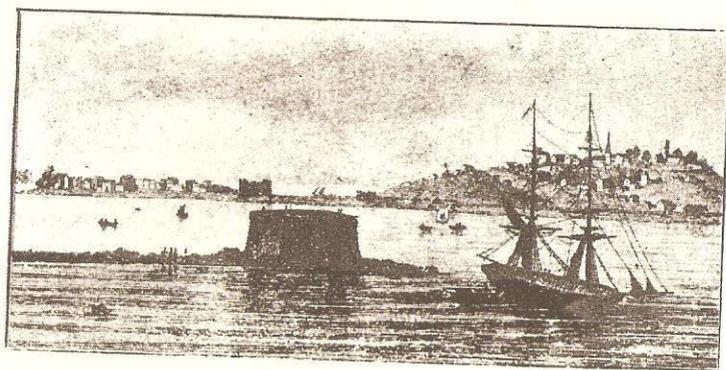


Mapa de 1720

mesmo rio, e havia o porto *dos Franceses*, na enseada de Coruripe.

A nomenclatura *dos Franceses*, deslocando-se de um ponto para outro do litoral alagoano, certamente á medida que as expedições portuguezas percebiam o commercio clandestino da preciosa madeira tornada materia prima de grande preço na industria da tinturaria, e a vigilancia da costa o expellia dos arredores, deixa perceber que por alli se intensificara o contrabando francês, por ser abundante de *pau-brasil*, e que as relações da piratagem com o indigena alagoano eram amistosas. Mas do convívio francês com o gentio do litoral materialmente nada ficou; além da mencionada designação de varios pontos da costa, authenticando visitas frequentes e antigas relações, ficou no coração do selvagem o sentimento profundamente arraigado do odio ao portuguez, que os franceses incutiram e açularam.

Empossado nas prerogativas quase majestaticas de donatario, a 9 de março de 1535, Duarte Coelho Pereira, com o animo firme de vencer, iniciou o povoamento e a exploração do seu immenso dominio pelas margens do Iguarassú, onde ainda existia a feitoria de Christovam Jacques e no aldeamento de Marim, fundou Olinda, risonha e promissora séde de seu vasto feudo.

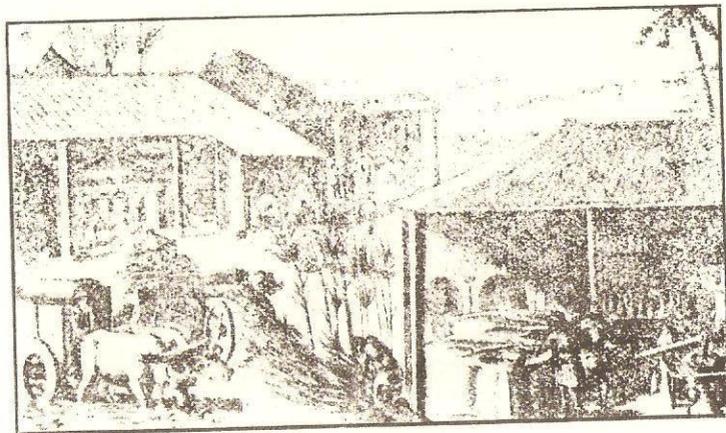


Olinda de Pernambuco

E' de suppôr que o donatario procurasse conhecer, pelo litoral, pelo menos a extensão de sua capitania, mas essa exploração da costa, para o sul, não podia ter sido effectuada em 1555, como diz o chronista alagoano Silva Carotá, pois Duarte Coelho Pereira falleceu em Olinda aos 7 de agosto de 1554.

Duarte Coelho era um homem intelligentissimo e pratico, dotado de ampla visão administrativa. As suas terras estavam cobertas de matas, povoadas por tribus ferozes. Teve de lutar contra o homem primitivo e contra a natureza brutal. Os danos que lhe causaram as flechas ervaçadas do selvicola, que se amoitava, de tocaia, nas frondes e nos troncos enormes, á espreita do invasor para ferí-lo de morte, quando não o aggreidia de frente nos nucleos principaes de trabalho e resistencia, esses danos não foram menores e menos dolorosos do que os resultantes das endemias reinantes em todas as regiões que se desbravam. Venceram, porém, a intelligencia, a pertinacia e a bravura do donatario.

A floresta virgem em Olinda e arredores, pelo ferro e pelo fogo, cedeu lugar ás plantações uteis -- aos cereaes, ás plantas frutiferas, aos cannaviaes, ao lado das primeiras habitações. Levantaram-se os engenhos de as-



Um engenho

sucar e a fé catholica construiu as ermidas. Os colonos agruparam-se para melhor se defenderem. Aqui e alli se foram formando os povoados, tangidos para mais longe os indios hostis. A ordem civil organizou, á maneira feudal, os nucleos nascentes.

Em breve a Nova Lusitania era a mais prospera das capitancias brasileiras. A mais prospera e a mais importante como centro da civilização portugueza no continente americano e essa hegemonia só declinou quando a Bahia se tornou sede do governo colonial.

Mas, para tanto conseguir, Duarte Coelho Pereira teve de sustentar uma luta renhida, feroz e sem treguas, luta que ainda mais se incarnicou depois de sua morte. O gentio fê-lo «conquistar a pollegadas o que lhe fôra dado a leguas».

Ao homem primitivo das Alagôas o donatario encontrou na infancia da vida social. Era assim em todo o Brasil.

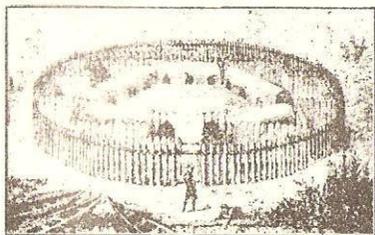
Indomito, aguerrido, erradio pelo litoral ou acar-dumado nas florestas, agremiado em tribus mais ou menos numerosas, mas incapazes dos movimentos lar-



S. Salvador — 1625

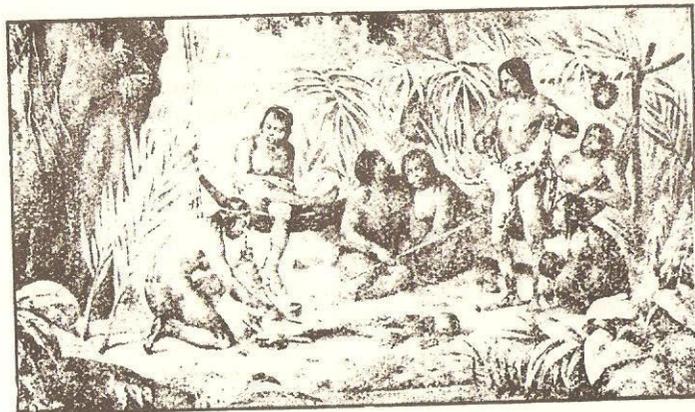
gos e inteligentes de organização colectiva, o indígena foi para Duarte Coelho um adversario permanente e terrível, que defendia bravamente a terra e os costumes nataes.

Ao norte, até além de Itamaracá, erravam os *Potyguaras* e os *Tabajaras*; os *Cahetés*, anthropophagos e mais do que os outros trabalhados pelo contacto com os franceses, dominavam as margens do São Francisco e, em alliança com os *Abacoatiaras*, detentores das ilhas sanfranciscanas, levavam suas incursões sanguinolentas até o Iguarassú; os *Aconans*, os *Cariris*, os *Coropatós*, inquietos e hostilizantes, excursionavam nas proximidades do São Francisco, onde também viviam na mesma brutalidade selvática os *Mariquitos*; os *Chucurús*, os *Vouvés*, os *Pipianos* occupavam as extremas occidentaes da terra alagoana.



Taba

Ramos varios de uma



Refeição dos indios

só nação, a dos *Tupys*, contavam-se por dezenas de milhares. Estatura pequena, mas de compleição robusta, rosto feio e tez bronzeada, eram exímios na caça e na pesca. Cultivavam rudimentarmente a mandioca, o milho, o feijão e o fumo. Em nada se distinguiam dos selvagens dos outros pontos do Brasil.

Com elles enfrentou-se, destimido, o donatario, guerreando-os por inacessiveis á submissão e mesmo á alliança com que lhes acenava.

Ciosos do predominio que, livremente, exerciam nestas paragens, viram sempre no português um inimigo que combater. Só mais tarde, depois de uma alliança com os *Tabajaras*, consequente do casamento de Jeronymo de Albuquerque com uma filha do cacique Arcoverde, pôde o donatario lograr alguma tranquillidade.

*Cahetés* e *Tabajaras* eram inimigos irreconciliaveis, e a alliança destes com os portugueses irritou sobremodo a tribu mais aguerrida do territorio alagoano. Agora não era somente o odio de morte que os franceses haviam accendido no espirito dos indomaveis *Cahetés*, era também a velha inimizade com os *Tabajaras* que os atirava á luta. Somente a custo de uma vigilancia perma-

nente e indormida eram mantidos á relativa distancia. Essa vigilância enfraqueceu com a morte de Duarte Coelho Pereira. As aggressões dos *Cahetés* são agora mais frequentes. Erravam quase livremente pela costa, do São Francisco ás proximidades de Olinda, quando, em 1556, se deu o naufragio da nau *Nossa Senhora da Ajuda*.

Dirigiam-se os naufragos a Olinda, entre os quaes o 1.º bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, «Antonio Cardoso de Barros, que fôra provedor-mór, dois conegos, duas mulheres honradas, muitos homens nobres e outra muita gente, que por todos eram mais de cem pessoas», — diz Frei Vicente do Salvador — quando foram surpreendidos pelos *Cahetés*.

Impossibilitados de lutarem com vantagem, foram presa opulenta e facil da sanha cannibalesca. Saqueados, despidos, atados fortemente, foram mortos e comidos, um a um. Da horrorosa chacina apenas se livraram dois indios bahianos e um portuguez, por falarem a lingua *Tupy*.

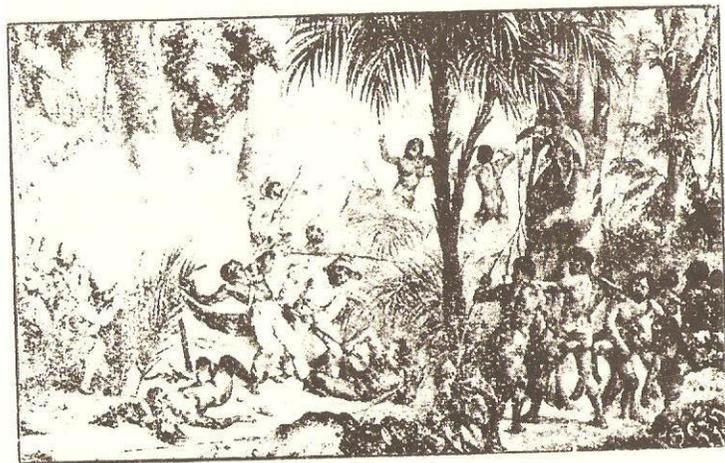
A crença popular ainda hoje afirma que o céo assignalou para sempre a medonha tragedia caheté, tornando escampa e árida a terra outrora coberta de majestosas frondes. A colera divina, depois que o sangue do prelado manchou aquelle chão, entre São Miguel e Coruripe, desvirginando-o, teria feito pender os ramos, o sol queimá-los, o tempo destruir os galhos seccos que se levantavam para o eéo, como braços de desesperados, imprecando. E nunca mais, mesmo a erva rasteira e damninha, verdejou a terra maldita...

A noticia da sangueira, levada á Olinda, indignou as autoridades e estarreceu os colonos. Um brado de vingança sahiu de todas as boccas portuguezas, em panico e odio. A desforra annunciou-se tremenda e o foi de facto.

Organizou-se a perseguição aos *Cahetés* e o que ella foi se póde inferir do castigo em que, tempos antes, havia requintado a crueldade de Jeronymo de Albuquerque.

que, mandando, certa vez, atar á bocca de canhões alguns indios prisioneiros e «dispara-los á vista dos demais, para que os vissem voar feitos pedaços».

Apparelhou-se a expedição, formada por portuguezes e *Tabajaras*. Jeronymo de Albuquerque assumiu-lhe o commando. E pelo litoral immenso, de São Francisco ao cabo de Santo Agostinho, levou sua gente sanguessedenta a todas as *tabas*. A tudo o fogo consumiu e a



Escravidão dos indios

bala despovoou. A multidão caheté, batida em todos os seus reductos, exhausta e faminta, correu rumo da Parahyba, onde parou o fidalgo victorioso. Durou cinco annos a perseguição. E não bastou: um edito real condemnou á escravidão perpétua os *Cahetés* sobreviventes ao morticínio. Raros os que se submetteram ao captivo. A grande massa embrenhou-se nas florestas, onde escondeu os destroços da sua liberdade. Depois outros portuguezes vieram e foram conquistando a terra, apertando os limites do refugio e a raça indomita foi

enfraquecendo, diluindo-se no abastardamento do sangue e na voragem do tempo.

Só depois disso começou o povoamento do territorio alagoano pelo português, pelo systema das grandes sesmarias.

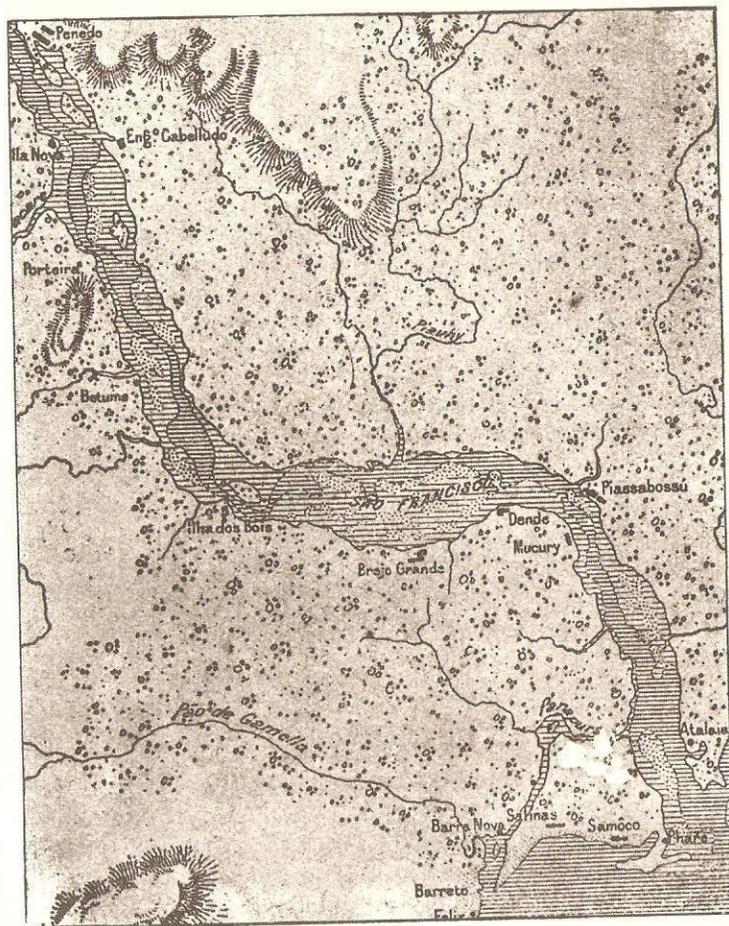
## II

### O territorio alagoano

A conquista do territorio alagoano começa a esboçar-se sob o segundo donatario, cujo governo directo e pessoal teve inicio em 1560, quando cessou a interinidade de sua mãe, D. Brites de Albuquerque, ajudada por Jeronymo de Albuquerque.

Os indios mais refractarios, depois do exterminio dos *Cahetés*, estavam mais ou menos apaziguados. Uma ou outra rebeldia irrompida de quando em vez, logo suffocada, não era motivo para intranquillidade. Era preciso, porém, cuidar seriamente da expansão do povoamento e conquista da terra.

O segundo donatario, Duarte Coelho de Albuquerque, orientou a sua administração por esse aspecto do problema capital da capitania. E, para isso, organizou duas bandeiras, uma para o sul e outra para o norte de Olinda. Elle proprio, auxiliado por seu irmão Jorge, assumiu a direcção da primeira, rumando a costa sul. Fez a exploração do litoral, penetrou alguns cursos fluviaes e subiu o São Francisco. A sete leguas da fóz, na posição de 10° e 13' de latitude sul e 6° e 31' de longitude este, do Rio de Janeiro, no penedo que ali se eleva, á margem esquerda do rio, fundou uma feitoria para vigilancia do gentio, a qual foi a origem



A foz do rio São Francisco

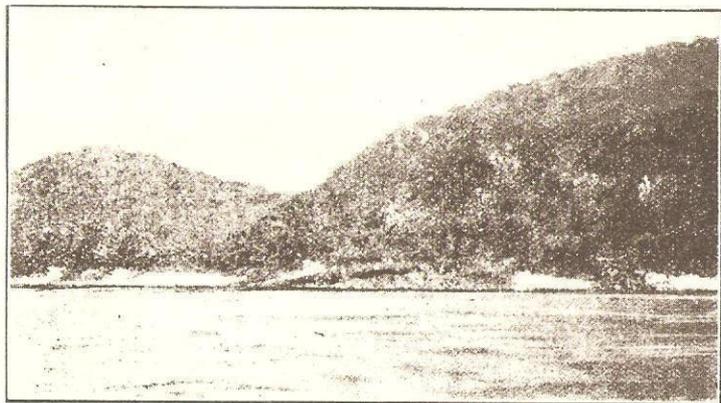
da actual cidade de Penedo e o inicio feliz da colonização sanfranciscana.

A outra bandeira foi capitaneada por Christovam Lins, fidalgo florentino da mais alta linhagem. Essa

bandeira bateu a costa, da fóz do Camaragibe ao cabo de Santo Agostinho, debandou os *Potyguaras* e tomou-lhes as terras de que eram detentores.

Celebraram-se allianças, ao sul e ao norte, com as tribus mais doces; apaziguaram-se as prevenções reciprocas e, sertão a dentro, começou a trilha de futuras explorações.

Estava encerrado o cyclo barbaro do combate ao indio. A necessidade de uma solução para o grande problema da capitania — o seu povoamento — e as



Margem do São Francisco

exigencias materiaes e sociaes das populações já estabelecidas, ao lado da conveniencia da exploração systematica do solo, propicio a todas as culturas, aconselham a divisão da capitania em sesmarias, mais ou menos vastas, distribuidas aos colonos mais notaveis, aos chamados *homens de qualidade*. Fôra essa, aliás, a solução encontrada por D. João III, para a colonização do Brasil.

Na parte hoje occupada pelo Estado das Alagóas, a divisão foi a seguinte:

1 — A Christovam Lins foram dadas as terras por elle conquistadas aos *Potyguaras*, as quaes se estendiam da embocadura do rio Manguaba ao cabo de Santo Agostinho. Ao estabelecer-se, porém, a linha limitrophe, ao norte, quando o desenvolvimento economico e social do territorio alagoano determinou a criação da comarca, somente uma parte dessa sesmaria ficou pertencendo a Alagóas.

O feudo do florentino prosperou. Com sua mulher, D. Adriana de Hollanda, estabeleceu a sua residencia no local, que é hoje a cidade de Porto Calvo e tanto se celebrizou na guerra hollandesa. Em pouco, ao redor de sua habitação verdejavam os cannaviaes e se agglomeravam os povoadores anonymos da gleba. De Porto Calvo a Serinhaem levantou Lins sete engenhos de as-sucar, dos quaes sobreviveram dois aos horrores da guerra e, de geração em geração, chegaram aos nossos dias — o *Escorial* e o *Buenos Ayres*.

Na sua sesmaria, pouco a pouco repartida com os colonos que mais se distinguiram; dedicando a sua intelligencia ao desenvolvimento da agricultura e da industria assucareira; cuidando, como alcaide-mór de Porto Calvo, do governo daquella sociedade tumultuaria, viveu sempre o rico fidalgo bandeirante, pioneiro illustre da civilização nestas paragens. Sua mulher, D. Adriana de Hollanda, ainda vivia em Porto Calvo, em 1647, que-ridissima e venerada de toda gente, segundo o depoimento de frei Manoel Callado.

Ambos da mais nobre jerarchia. Descendia Christovam Lins dos Duques de Florença e sua mulher era filha de Arnão de Hollanda, neta, em linha paterna, do Barão de Henobourg, de Utrecht, que foi casado com Margarida de Florença, irmã do Papa Adriano VI. O casal teve quatro filhos — Bartholomeu, Ignês, Brites e Margarida, e deixou uma descendencia vastissima, até quatrinetos, que a veneravel matrona teve a rara ventura de ver.

Quando os hollandeses invadiram Pernambuco e se

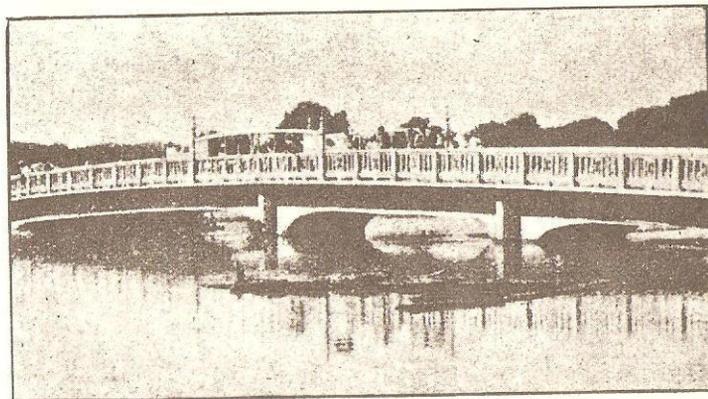
assenhorearam da capitania. Porto Calvo desfrutava importante prosperidade. Barleos, na sua cartographia, feita anteriormente a 1645, a menciona, assignalando os seus nucleos mais notaveis. Já era uma freguesia, regida pelo padre Antonio Jorge Pinto, auxiliado no seu arduo pastoreio pelo padre Antonio Pacheco da Silva, que tinha como suffraganeos os curatos de São Bento e Camaragibe.

A esse tempo, a sesmaria estava muito subdividida e contava consideraveis propriedades ruraes e da sua população sobresaíam, pelos seus haveres e prestigio pessoal, além da descendencia numerosissima do bandeirante florentino — Manoel Camello de Queiroga, senhor do engenho *Escorial*, que fôra de Christovam Lins, João Velho Braga, Balthazar Leitão de Hollanda, Julião de Araujo, Antonio de Abreu, Domingos Vaz Barcellos, Francisco de Farias Alpoim e outros. Frei Manoel Callado ahi vivia, como prégador apostolico.

Os holandeses, em seus mappas e relatorios, deixaram bem assignalada essa florescencia e riscaram os trilhos itinerarios para o sertão, rasgados, através da sesmaria de Christovam Lins, por Felipe Camarão, num percurso de setenta leguas, para o exodo das populações pernambucanas, em direcção da Alagôa do Sul.

2 — A Antonio de Barros Pimentel, tronco de importante familia que se vinculou e propagou no territorio alagoano, a munificencia do segundo donatario fez mercê de uma frente, pelo mar, da foz do Manguaba a do Santo Antonio do Meirim. Era a grande sesmaria conhecida por *Santo Antonio dos Quatro Rios*, por serem quatro os cursos fluviaes que a banhavam — Manguaba, Tatuamunha, Camaragibe e Santo Antonio.

Terras fertilissimas as dessa sesmaria, cobriram-se em largos tratos ruraes de remunerativa lavoura. E quando os holandeses conquistaram a capitania, eram varios os povoados promissores em redor dos engenhos de assucar, base da riqueza das populações laboriosas que faziam a prosperidade da terra.



Camaragibe — Ponte sobre o Camaragibe

Nas proximidades da fóz do Camaragibe, os relatorios holandeses referem a ermida de N. S. do Bom Despacho; as povoações do Espirito Santo, Bom Jesus, São João e N. S. de Guadalupe marginavam o lado esquerdo do rio. Entre Camaragibe e Santo Antonio Grande ficavam as propriedades — Tapera de Angola, São Sebastião, N. S. da Penha de França e Agua Fria. Citavam-se ainda as propriedades de Christovam Dias Delgado, Rodrigo de Barros Pimentel e Christovam Botelho.

Para os efeitos da administração civil tudo estava subordinado a Porto Calvo.

3 — Miguel Gonçalves Vieira, Provedor da Fazenda Real, obteve duas concessões de terra, ambas vastissimas. O terceiro donatario, Jorge Coelho de Albuquerque, deu-lhe cinco leguas na costa e oito para o sertão, com a condição de fundar villa, levantar engenhos e reparti-la pelos moradores. Do quarto donatario, Marquês de Basto e Conde de Pernambuco, alcançou cinco leguas no litoral e dez para o interior. Pela costa, a sesmaria começava em Santo Antonio do Meirim e terminava na enseada da Pajussara. Pelos fundos, a ella

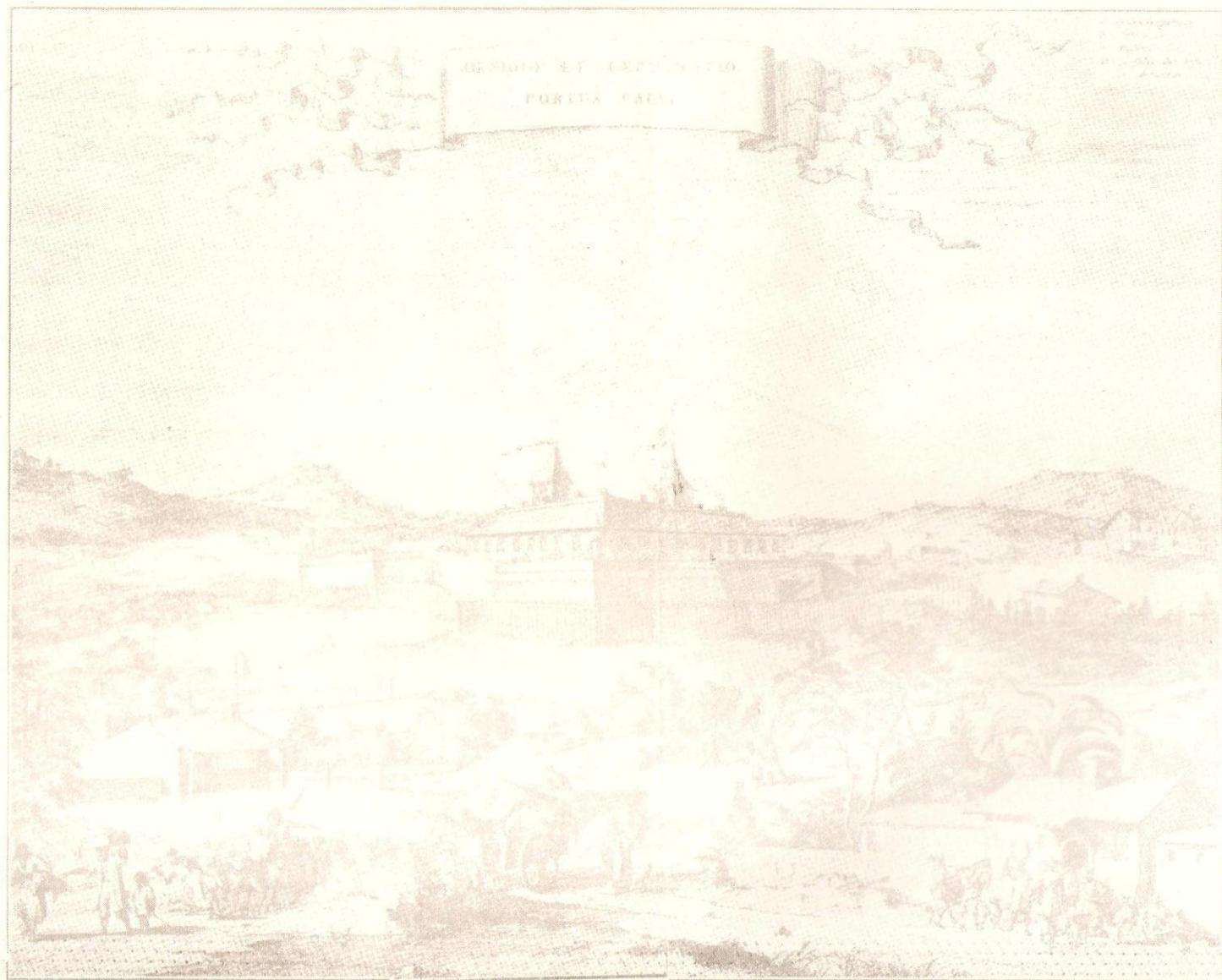


Litoral das Alagôas

pertencia a lagôa do Norte ou Mundahú. Os domínios do Provedor eram, pois, enormes.

Dessa sesmaria foi dada uma legua em quadra, á margem do rio Mundahú, a Antonio Martins Ribeiro, em 13 de abril de 1610. Ribeiro, cumprindo as condições da doação, levantou um engenho e, á beira da lagôa do Norte, fundou o povoado de Santa Luzia de Syracuse, hoje Santa Luzia do Norte.

Quando os holandeses investiram contra o território alagoano, guiados por Calabar, o povoado de Martins Ribeiro foi um reducto inexpugnável. Ahí vivia a heroína, D. Maria de Sousa, com os seus quatro filhos, Gonçalo, Luis, Antonio e Estevam, e o seu genro An-



tonio Lopes Filgueiras, que dirigiu a defesa do povoado e nella succumbiu. Era Santa Luzia uma povoação promissora, já com três engenhos moentes. Do Mundahú, antigamente, N. S. d'Ajuda, era proprietario o capitão Thomé Dias de Sousa. Antonio Martins Ribeiro ainda vivia no seu engenho. A população era crescida e laboriosa, grande a escravaria.

O resto da sesmaria de Miguel Gonçalves Vieira não lograra igual prosperidade. Contudo não estava deserta.

4 — Diogo Soares da Cunha obteve uma sesmaria de cinco leguas de litoral, de Pajussara ao *porto do Francês*, com sete leguas de fundo, segundo o foral de 5 de agosto de 1591. Cinco annos depois, transportou-se de Lisbôa, onde residia, para Pernambuco e, em 1596, lançou os fundamentos de uma povoação, que recebeu o nome de Magdalena, provavelmente o actual povoado de Taperaguá. Regressando a Portugal, deixou na direcção dos seus negocios o capitão-mór Henrique de Carvalho, como seu procurador e pouco depois falleceu.

Seu filho, Gabriel Soares, por morte de seu progenitor, assumiu a chefia do patrimonio, com o titulo de alcaide-mór de Magdalena. Ahi se casou com D. Maria de Abreu Bezerra, filha do procurador de seu pae, e do consorcio houve três filhos -- Antonio de Andrada Carvalho, Mathias de Carvalho e D. Maria de Abreu, origens de muitas familias alagoanas.

Magdalena, dilatando-se em propriedades agricolas, estendeu-se pela margem da lagôa do sul, ou Mangua-ba. Deante da bella bacia lacustre a população se foi agglomerando, por mais saudavel a situação, e se formou novo povoado com o nome de Santa Maria Magdalena de Alagôa do Sul, mais tarde, abreviadamente, Alagôa do Sul, e depois simplesmente Alagôas, cabeça da comarca e antiga capital da Provincia.

Atacados, de surpresa, pelos hollandeses, seus moradores foram rudemente suppliciados, a 20 de agosto de 1633, entre os quaes o alcaide-mór, Gabriel Soares. A peso de ouro salvaram a vida. A igreja, que fôra con-

struída por João Esteves, proprietario da ilha de Massagueira, foi queimada. As habitações foram, em grande parte destruídas pelo fogo. O tributo de guerra exigido foi colossal. Mais tarde o burgo lendario resurgiu das proprias cinzas.

Por esse tempo a sesmaria de Diogo Soares da Cunha obedecera naturalmente ás exigencias da expansão do povoamento, subdividindo-se. As cartas de Barleos, examinadas por Pedro Paulino da Fonseca e Mello Moraes, a cujas informações me venho amparando, marcaram, ao redor da lagôa Manguaba, que elle designa pelo nome indigena de *Paraigera*, os engenhos *Velho*, antiga propriedade de Gabriel Soares, «em cujo local se presume estar hoje assente a cidade do Pilar»; *Miua Velha*, *N. S. da Annunciação* e *São Gabriel*. Marginando o Parahyba existiam o *Santo Amaro*, *N. S. do Rosario* e o *Salgado*.

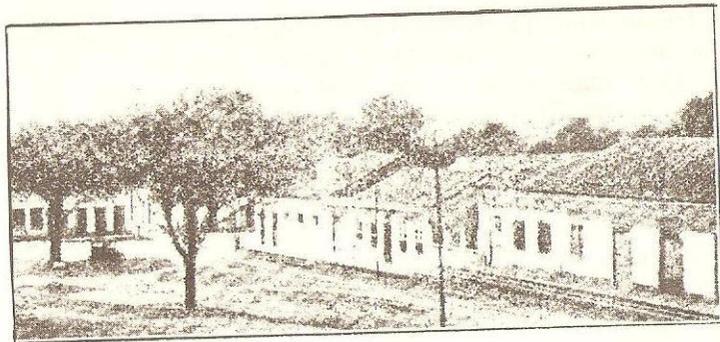
Em Alagôa do Sul abrigou-se, em 1635, Mathias le Albuquerque, com dez mil fugitivos, e em 1637, depois da fuga de Bagnuolo, Camarão para ahi conduziu quatro mil pessoas.

5 — A Antonio de Moura Castro couberam as terras que, pelo litoral, vão do Porto do Francês ao Picão, em Coruripe. Dessa sesmaria saíram a villa do Poxim e a cidade de Coruripe.

6 — A Belchior Alvares Camello, 1.º alcaide-mór de Penedo, parece terem pertencido as terras restantes, pela costa, do Picão á fóz do São Francisco. Camello foi um homem rico e notavel no seu tempo pelas fazendas de gado que possuia nesse trecho do territorio alagoano e pela sua preponderancia no São Francisco.

7 — A D. Felippa de Moura e seus genros Antonio Ribeiro de Lacerda e Cosme Dias da Fonseca, foram doadas, em 1612, pelo segundo donatario, quatro leguas a oéste do São Francisco, aó norte da fóz do Pianguy. Pertenceram-lhes tambem as terras marginaes do rio de São Miguel, pelos indigenas chamado *Sinimby*, até o engenho desse nome.





Cururipe

8 — A Antonio Barbalho Feio deram-se cinco leguas do engenho São Miguel aos campos de Inhauns. Barbalho fundou o engenho, hoje Sinimbú, onde nasceu o grande estadista deste nome, e, não podendo, talvez, supportar as exigencias dos invasores batavos, vendeu a sua propriedade ao negociante hollandês Marten Meynderse, que a explorou por dilatados annos, retirando-se riquissimo para a terra natal.

Esse engenho deu origem á actual cidade de São Miguel dos Campos.

9 — Os famosos campos dos Arrosaes de Inhauns, que os hollandeses informavam serem os «mais ricos pastos de todo o Brasil, povoados por incrível copia de gado», estendiam-se por dez leguas do territorio, cortados ao meio pelo rio São Miguel. Esses campos foram razoavelmente repartidos, talvez por muito cobiçados: meia legua a Gonçalo Ferreira, uma a Manoel de Caldas, duas a Manoel Pinto Pereira, duas a Gonçalo da Rocha Barbosa, duas aos filhos de Brosio Corrêa Dantas, meia a Sebastião Ferreirá, meia a Belchior Pinto e três a Belchior Alvares Camello.

10 — João da Rocha Vicente pediu e alcançou uma sesmaria fronteira ás terras que haviam pertencido a Jeronymo de Albuquerque. Foram-lhe dadas duas leguas

de frente com quatro de fundo. Não se contentou com essa área colossal: em 1597 obteve mais duas leguas, em 1600 mais duas e em 1602 deram-lhe ainda mais duas leguas. Nove leguas de territorio, no serfão.

11 — A Leonardo Pereira da Cunha foi dada uma sesmaria de legua e meia, na margem do São Francisco.

12 — Em 1614, Fernão Vaz Freire obteve duas ilhas — Percoba e Ginipapo e mais duas leguas em quadra na margem do São Francisco. Ha noticia da prosperidade dessa sesmaria. Freire trabalhou aforçuradamente, povoando e enriquecendo o seu feudo. Por sua morte tudo legou á Ordem de São Bento.

Por varias fórmãs de transmissão de propriedade essas grandes extensões doadas se foram subdividindo cada vez mais, á medida que o povoamento se adensava.

Passando a capitania de Pernambuco ao dominio da corôa, outras concessões vultosas de terras repartiram em latifundios quase tudo o que restava do territorio alagoano.

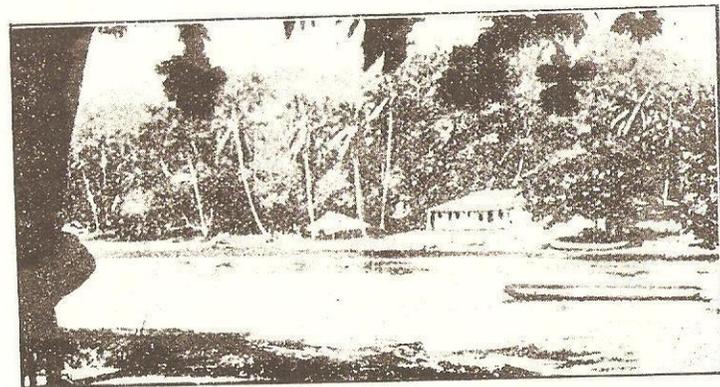


Mathias de Albuquerque

Os burgos fundamentaes da formação geographica das Alagôas foram — Porto Calvo, ao norte; Alagôas, ao centro; Penedo, ao sul. Mathias de Albuquerque, ao retirar-se para a Europa, em 12 de abril de 1635, substituído ingratamente no commando do exercito em operações contra os hollandeses pelo malogrado Roja y Borjas, elevou esses povoados, que centralizaram, por muitos annos, a resistencia contra o invasor, á categoria de villa — o primeiro com o nome de *Bom Successo*, o segundo *Santa Maria Magdalena da Alagôa do Sul* e o terceiro *Penedo do rio de São Francisco*.

Varios outros povoados adjacentes a essas villas notaveis, de população agricola e pastoril, esparsos,

aqui e alli, na immensidão das sesmarias doadas sob o onus do povoamento, para a exploração da terra, mas sem preocupações superiores acerca do futuro colonial, sem visar as relações de sociedade, do ponto de vista civil e moral, e a expansão economica; varios povoados lançavam os fundamentos da sua existencia na vida colonial, tumultuariamente, sob a vara pastoral do senhor do latifundio. Contudo, cada nucleo que sur-



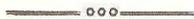
Paizagem de um dos canaes das lagôas Manguaba e Mundahú

gia derredor do engenho de assucar, dominando o campo pastoril, beirando os cursos fluviaes, ou emergindo ao longo das lagôas, marginando-as, sob a protecção do sesmeiro, que o fundara e nelle imperava incontrastavelmente, procurava, pela attracção irresistivel da necessidade de relações sociaes e permutas de interesse mercantil, ligar-se aos outros nucleos, quebrando a tristeza esmagadora do ambiente, anastomosando-se para a vida que irrompia da inclemencia tropical, fortificando-se cada qual, antes pelo systema feudal, que pelos processos de exploração introduzidos no trato da terra e fixação do homem ao solo. Porque, neste particular, era o empirismo, que dominava, o qual nos ficou tão profundamente vinculado, que subsiste.

Mas, pouco a pouco, pela infungível necessidade humana da convivência em sociedade, se foram rasgando no seio da matta os caminhos que conduziam aos nucleos maiores, que levavam do centro para o litoral as produções agricolas e da orla maritima para o sertão o soccorro das armas, quando a truculencia das opposições indigenas se levantava á expansão colonial, ou quando estrugia a revolta dos proprios colonos, tocados fundamente no recesso da dignidade ou do interesse offendido pelo desregramento da cobiça e excessos dos senhores das terras e das autoridades reinos. Porque — bem o disse Frei Raphael de Jesus — « ao passo que pela grangearia e pelo commercio crescia a opulencia dos subditos, a licença e demasias dos governadores crescia, tão absolutos, que não havia honra, vida nem fazenda que não estivesse á disposição do seu gosto ».

Penedo, Alagôas, Porto Calvo, coévos na fundação, deixaram, mais tarde, na luta hollandesa, traços indeleveis de valor; e á sombra de sua ancianidade fundaram-se e desenvolveram-se todos os demais povoados.

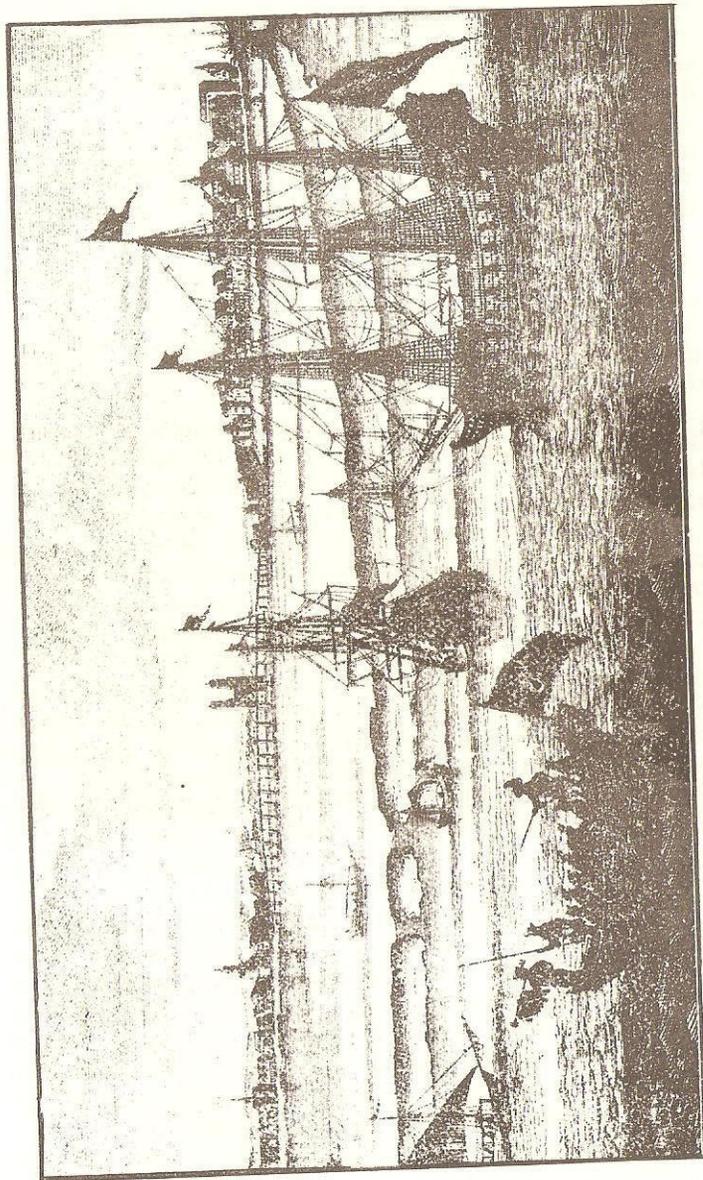
O territorio alagoano ia, assim, saindo do tumulto das primeiras agglomerações, definindo-se, do Persinunga ao São Francisco e ao Moxotó. Para essa definição, ainda não assignalada em todos os seus contornos geographicos, consumiram-se mais de cincoenta annos, meio seculo de lutas e soffrimentos inenarraveis.



### III

#### A invasão hollandesa

Não desanimara a Hollanda com o insuccesso da Bahia. Seis-annos depois, em 1630, uma esquadra neerlandesa de 70 navios e 8000 homens de desembarque



Recife — á margem do rio Capiberibe

estava em frente á capitania de Pernambuco, quase ao desamparo de protecção militar.

A metropole não cuidara da defesa do litoral de modo a torna-la efficiente. A barra de Pernambuco era defendida por 26 canhões e deante de Olinda havia uma bateria de 14 peças de pequeno calibre. A tropa era reduzida e mal paga.

A situação militar contrastava com a opulencia pernambucana, oriunda da industria assucareira em franca prosperidade, produzida por mais de 100 engenhos mantidos pelo trabalho de numerosa escravaria os quaes criaram a aristocracia rural, celebrada pelos chronistas contemporaneos, pela ostentação espaventosa do luxo, nas suas casas senhoriaes, no aparato das relações mundanas, na exhibição das cavallariças e na riqueza exagerada e deselegante da indumentaria.

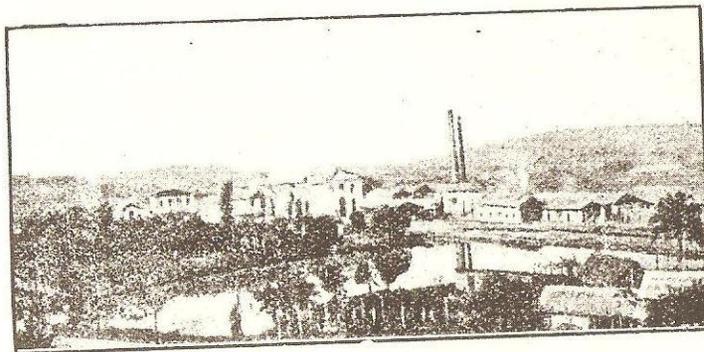
A população excedia de 30.000 pessoas, sem contar com milhares de indios já integralizados no viver colectivo e transformados em elemento poderoso de trabalho, se bem que inconsciente elemento social.

O territorio alagoano participava dessa excellente situação de bem estar individual e prosperidade colectiva, contando numerosas fabricas de assucar, grandes campos pastoris, e era povoado por mais de um terço da população geral da capitania.

Porto Calvo, Alagôas, Penedo, Santa Luzia do Norte, São Miguel de Campos, Camaragibe eram centros de actividade agricola e commercial, empórios já notaveis dos povoados adjacentes.

Como em relação á situação militar, precarias eram as franquias da administração civil, quanto aos melhoramentos publicos, a distribuição da justiça e as garantias policiaes da manutenção da ordem. A vontade do governador não encontrava empeços nos seus maiores absurdos. O quarto donatario, Marquês de Basto, conhecia seu feudo pelas noticias que chegavam á côrte com os proventos magnificos da donataria.

Surprehendida a população pela presença da po-



Santa Luzia do Norte

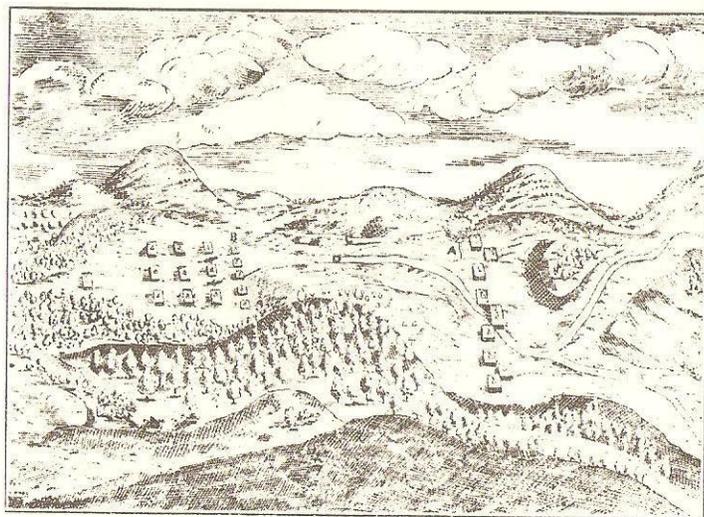
derosa armada hollandesa, a resistencia não podia estar á altura da aggressão. E não esteve. A defesa contra a invasão foi facil e rapidamente inutilizada. Waerdenburch com sua gente tomou Olinda e Recife.

Mathias de Albuquerque, que, em nome de seu irmão, o donatario, governava a capitania, homem pertinaz e corajoso, não se deu por vencido e bravamente, desde a primeira hora da guerra, incarnou a honra de seu paiz e os interesses da capitania. Valente como poucos, argutissimo, affeito ás aventuras das guerrilhas, cuja tactica era ignorada pelos invasores, reuniu quantos se lhe apresentaram e localizou-se solidamente no arraial de Bom Jesus, « á margem esquerda do Capiberibe, alem um tiro de arcabuz do riacho Paranamirim, ás vezes secco, proximo de um outeiro », á igual distancia do Recife e Olinda.



General Waerdenburch

Dahi, dessa posição que cada dia mais se fortificava, tornou-se um verdadeiro flagello para os hollandeses. Começou, então, a luta pelo dominio, uma guerra



Arraial de Bom Jesus

sem treguas, de todos os dias, que durou quase trinta annos, de 1630 a 1654.

Apesar da superioridade dos recursos hollandeses, fartamente providos de elementos de guerra e de viveres, senhores do mar, por onde não cessavam as suas communicações exteriores, não levaram elles vantagem alguma, durante dois annos. Em suas posições experimentaram todos as consequencias de derrotas successivas, com o inimigo á ilharga, a hostilizá-los rudemente, de surpresa, dia e noite, privando-os da dilatação do raio do dominio já conquistado. Faltava-lhes a tactica artillosa das guerrilhas, em emboscadas matadoras, a par do desconhecimento absoluto do terreno sobre o qual agiam militarmente e da ignorancia dos costumes da gente que encontraram dominando a terra. E á chegada dos primeiros socorros a Mathias de Albuquerque, chegou-lhes tambem o desanimo, aggravado pela

formidavel derrota da sua esquadra, desanimo tão profundo que, incendiando Olinda, se concentraram em Recife, onde já se falava abertamente no abandono da conquista pela Companhia das Indias Occidentaes.

Foi nessa situação angustiosa que os acudiu a adhesão do portocalvense, Domingos Fernandes Calabar, «bravo e intelligente cabo guerrilheiro», trazida por intermedio de um agente da propaganda hollandesa entre os brasileiros, que lhe soube falar á sensibilidade patriótica.

Falaremos d'elle depois. Bem merece essa duplamente injustiçada figura historica um capitulo especial.

Com a presença de Calabar no acampamento batavo transmudou-se a situação. O interior da capitania estava vedado ao invasor. Calabar levou-os sertão a dentro, de victoria em victoria, e estendeu-lhes o dominio pelo litoral adeante, até Parahyba.

O territorio alagoano só começou a figurar na guerra no anno seguinte ao da invasão, quando o Conde de Bagnuolo com o donatario Marquês de Basto, que pela primeira vez visitara a sua capitania, fez desembarcar em Barra Grande 700 homens de guerra, sob o commando de D. Antonio de Oquendo, com destino ao arraial de Bom Jesus. Até então a população alagoana se limitara ao papel de espectadora dos successos que se estavam desenrolando na séde da capitania.



O donatario e o soccorro da metropole foram recebidos cordealmente e tudo se fez no sentido de facilitar o desembarque e a marcha da soldadesca.

Dahi por deante Alagôas estava na guerra, tornando-se theatro das batalhas mais incarniçadas que se travaram. Theatro e victima.

Por suggestão de Calabar, os holandeses mandaram uma expedição ás terras alagoanas. Dirigiu-as Gysse-ling, um dos commissarios holandeses encarregados do governo de Pernambuco. A expedição partiu do Recife em alguns pequenos barcos, com seiscentos homens commandados por Lichtardt. Orientava-os, na execução do plano traçado pelo Conselho holandês, Fernandes Calabar, guiando-os atiladamente. A 11 de outubro de 1632 aportavam á Barra Grande. Dahi a Porto de Pedras, apenas um dia. Era meia noite, quando chegaram ao porto adormecido. Lá estavam alguns barcos, visiveis, á luz dos pharós. Apresados, despojados da carga, foram destruidos os que não podiam ser incorporados á expedição. Nenhum tiro.

Depois Camaragibe. Era um povoado de certa importancia, com alguns engenhos moentes e população laboriosa. As habitações foram destruidas e o gado que errava pelos campos apprehendido.

Alguns dias mais estavam os holandeses no porto dos Franceses por onde Alagôa do Sul dava saída á sua producção. Ahi se lhes depararam novas presas — cem caixas de assucar postas em navios com destino a Portugal, passaram para as embarcações expedicionarias.

Dahi á Alagôa do Sul, sete leguas apenas de travessia. A' margem da formosa Manguaba florescia o povoado, com a sua casaria geralmente tosca, destacando-se, porém, aqui e alli, algumas construcções que já não tinham o character de acampamento. Eram élos que já prendiam o homem ao solo feraz, cultivado fartamente e povoado de gado. A igreja, no alto, sob a invocação de N. S. da Conceição, mantinha o espirito religioso da população, afastando-a do neerlandês. A gente, na surpresa do assalto, tomou-se de pavor, fugindo para a matta. Não houve, pois, resistencia, mesmo não havia meios de defesa, nem appareceu quem enca-



Assalto dos holandeses a Alagôa do Sul

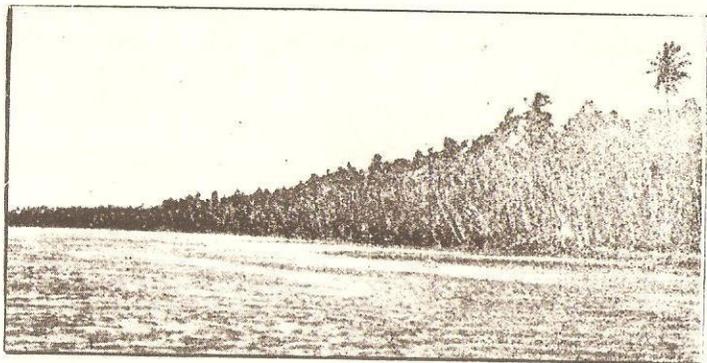
beçasse o povo, levando-o á defesa da habitação e das culturas. Presa facilima, tudo cahiu em poder dos holandeses. O saque foi completo e precioso. A crueldade dos tempos não se contentou com o despojar a população dos seus haveres accumulados: os moradores mais destacados, entre os quaes Gabriel Soares, alcaide-mór e dono de quase tudo aquillo, foram suppliciados e o fogo destruiu as casas e a ermida.

Rumo agora de Santa Luzia do Norte, povoado prospero, á beira da lagoa do Norte, ou Mundahú, seguiu a expedição. Mas ahi, avisada a população, a resistencia foi heroica e triumphal. Dirigiu-a Antonio Lopes Filgueiras, genro da heroína D. Maria de Sousa. Cada casa foi transformada em fortaleza, onde se abrigavam os habitantes, dispostos á morte em defesa do burgo. A fusilaria, intensa e mortifera, dizimou o invasor. A luta foi renhida. O inimigo acabou desistindo do seu intento, recuando. Salva a povoação, dentre os

mortos um sobresahiu — o bravo Antonio. Filgueiras, o heroico defensor de Santa Luzia do Norte.

Não foi por diante o invasor das Alagôas. Um mez demorou a expedição e a 9<sup>a</sup> de novembro regressava a Recife, conduzindo os despojos da empresa.

Não foi propriamente uma investida para o dominio da terra; foi antes uma empresa de mera exploração daquella parte da capitania, até então desconhecida dos holandeses. Agora sabiam elles quaes as vantagens a tirar da região alagoana.



Canal Grande da Lagôa do Norte

A luta agora recrudesca em torno do arraial de Bom Jesus. Puzeram-no os holandeses em sitio vigoroso. O assedio ao reducto formidavel de Mathias de Albuquerque, em cujas estacadas as três raças colligadas para a defesa da capitania registraram os lances mais gloriosos da resistencia á invasão, durou três mezes.

O general portuguez, com o grosso de suas forcas, aliás reduzido, transferira-se para Nazareth. No arraial poucos homens ficaram a defender aquella posição — coração angustiado da metropole no Brasil — por muito tempo inexpugnavel. A esse punhado de bravos jun-

tara-se no soffrimento e na luta a população civil, de todas as condições, ao todo 500 pessoas.

Os holandeses, apertado o sitio, interceptaram, em absoluto, qualquer socorro. Acabaram-se os viveres. E aquella gente faminta agora matou os cavallos para comer-lhes a carne, «comeram ratos, cães, couros de bois, ervas silvestres, com a farinha joeirada da terra dos desmoronamentos»!

Cahido o arraial em poder dos sitiantes, porque a fome puzera termo á resistencia homérica da praça gloriosa, Nazareth foi posta em cerco. Apenas 300 homens a defendiam, soffrendo com stoicismo «todas as privações, morrendo muitos de inanição no seu posto».

Antes do cerco, Mathias de Albuquerque, providentemente, mandara Bagnuolo defender e fortificar Porto Calvo. Os holandeses foram-lhe ao encaço. Derrotado, Bagnuolo abandonou a posição, retirando-se com a gente escapa para a Alagôa do Sul, onde teve a fortuna de encontrar reforços recém-chegados da metropole.

Para lá resolveu seguir o bravo Mathias de Albuquerque. A retirada, discutida e assentada em conselho de officiaes, foi communicada á população. O general offereceu ao povo apavorado a unica salvação, no momento, ao seu alcance — acompanhá-lo na jornada que ia emprender, em direcção das Alagôas.

Realizou-se, então, um dos episodios mais com-moventes desse periodo sombrio da luta pelo dominio do Brasil. Quase toda gente, «senhores de engenho tanto de Pernambuco como da Goyana e da Parahyba», com a escravaria, o gado e os haveres transportaveis, abandonou os lares, reproduzindo as scenas dolorosas de um novo êxodo biblico. Cada qual, porém, tinha a sua razão de ordem pessoal na fuga. Uns, figuras compromettidas perante o inimigo pelo relevo de suas attitudes no pleito sangrento, levados pelo temôr do castigo; outros, possuidores de cabedaes facilmente conduziveis, arrastados pelo desejo de melhor acautelá-los;

poucos, talvez, pelo sentimento da dignidade patriótica... Do mesmo modo muitos ficaram. «Não foram poucos os que por necessidade ou conveniencia dobraram os joelhos e sujeitaram-se ao jugo dos holandeses».

Mais de 8.000 pessoas seguiram Mathias de Albuquerque. Operou-se a retirada em 3 de julho de 1635. A' frente, uma turma dos indios de Camarão abria caminho, seguida de um corpo de tropa regular. Depois a grande massa civil, e, protegendo-lhe a retaguarda, o exercito. O grande chefe potyguar fechava o prestito immenso. E' por trilhos abertos pela gente indigena no seio humido da floresta, ou beirando os cursos fluviaes, com o pavôr na alma e a fraqueza no corpo, a tragica caravana fugitiva marchou ao sol e á chuva por muitos dias, fazendo um percurso de setenta leguas.

O cansaço da jornada, as enfermidades supervenientes á exaustão physica e ao abatimento moral, a fome, todos os soffrimentos inenarraveis de uma fuga collectiva, com o inimigo pela retaguarda, ou, a qualquer momento, por um dos flancos, dizimaram, ás centenas, a população emigrante. Muitos ficaram pelos caminhos, sob a terra marcada pela piedade familiar com a cruz da redempção...

A passagem por Porto Calvo augmentou a afflicção daquella gente desgraçada. Lá estava Picard de posse da posição para embargar-lhe o passo. A insidia de Sebastião Souto, compadre e amigo de Calabar, a quem devia innumerous favores, attrahiu o hollandês á derrota, da qual resultou o enforcamento do bravo portocalvense.

Arrasadas as fortificações de Porto Calvo, o aterrorizado comboio continuou a sua tormentosa jornada até Alagôa do Sul, «onde os emigrados se despersaram, ficando alguns pelos contornos, vindo outros para o Rio de Janeiro, e a maior parte estabelecendo-se na Bahia».

Centenas de escravos, aproveitando aquelle momento de panico e soffrimento, que os igualava aos senhores,

debandaram, refugiando-se nas serras das Alagôas, sob a protecção unica do deserto vigiado pelas palmeiras solitarias. Esconderam-se a 30 leguas da costa milhares de negros, «que pelos máos tratos recebidos dos senhores brutaes e pelo natural desejo de liberdade» assim recuperavam a vida livre da terra natal.

E não foram elles sós na fuga libertadora. Centenas de indios retornaram á matta, abandonando os aldeamentos e fugindo ás correrias das hordas tapuyas alliaadas dos holandeses.

O êxodo entregara vasta extensão da capitania ao neerlandês.

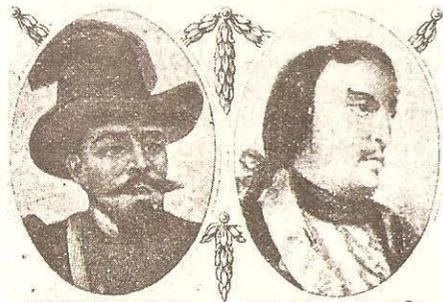
Em fins de 1634 estavam os holandeses de posse de todo o litoral, solidamente estabelecidos em Recife, providos fartamente de recursos bellicos, com arsenaes completos para a fabricaçõ de material de guerra e construcção de navios. Agora a conquista do sertão se impunha á previdencia hollandesa.

Alagôas tornara-se o reducto dos portuguezes. O conhecimento dos successos alcançados pelo invasor sobresaltara a Espanha, e Olivares, desperto da sua somnolencia administrativa, descarregou sobre Mathias de Albuquerque a responsabilidade da situação, que a inepcia governamental criara na colonia. A urgencia de soccorrer-se militarmente o Brasil apresentou-se, nitidamente, em todos os espiritos. E uma esquadra mixta, luso-espanhola, partiu apressadamente da metropole alarmada, conduzindo 1.700 homens de desembarque, sob o commando do Duque de Lerna, D. Luis de Rojas y Borja. O auxilio militar a 30 de novembro de 1635 desembarcava no porto de Jaraguá.

Rojas foi infeliz. Morto, dizem que por um tiro partido da sua propria gente, nõ primeiro combate em que entrava, em Matta Redonda, aos 18 de janeiro de 1636, teve a substituí-lo no commando o Conde de Bagnuolo.

A concentração militar passou se então para Porto Calvo, novo arraial de Bom Jesus, baluarte da reacção.

Alli se reuniram 2.000 homens de guerra, dirigidos por chefes experimentados nas guerrilhas. Dahi irradiaram as hostilidades ao inimigo, com o fito de enfraquecê-lo, pelo systema de guerra de emboscadas.



HENRIQUE DIAS

FELIPPE CAMARÃO

Camarão, Henrique Dias e outros habéis guerrilheiros do extincto arraial de Bom Jesus não deram, dahi por diante, treguás aos holandeses. Irrumpiam

de repente no meio delles, matando-os, aprisionando-os, arrebatando-lhes os recursos, destruindo-lhes as paliçadas, fechando-lhes os fossos numa furia diabolica de aniquilamento do poder militar do invasor.

Bagnuolo diligenciava em tornar poderosa a praça militar de Porto Calvo. No ponto mais elevado do outeiro, onde estava a igreja do burgo, construiu uma fortaleza «grandiosa e inexpugnável, concluída em três mezes, tendo trabalhado nas obras com muitos soldados e moradores do districto».

Outros pontos foram fortificados, estendendo-se a defesa e fortificações pela região fóra, até a Manguaba. A população civil, com seus bens abrigou-se á protecção de Porto Calvo.

O territorio occupado pelos holandeses ia sendo flagellado pelas terriveis emboscadas, afoitando-se as guerrilhas até a Parahyba, por Goyana, Ipojuca e Serinhaem. Pagavam os holandeses na mesma moeda as hostilidades incessantes e mortíferas, em pavorosas refregas exterminadoras.

Paralysara a vida economica de toda a vasta região em armas. A população soffria cruelmente os horrores

da guerra, pagando os excessos do vandalismo e a cruzeza dos instinctos sanguinarios dos belligerantes.

A' chegada do illustre Mauricio de Nassau a situação era, reciprocamente, desalentadora. Nassau apprehendeu, de relance, o aspecto real das coisas e se firmou no proposito de pôr-lhe paradeiro. E, á frente de 3.000 homens, fóra 1.000 indios, rapido e decidido, marchou sobre Porto Calvo. Por mar seguia-o uma esquadra de 24 navios com 1.000 homens de reforço. A 19 de fevereiro fere-se o grande combate de Porto Calvo. A tactica impetuosa do general hollandês desnorroteou os defensores da praça, estabelecendo-se entre elles a vacillação na repulsa e depois o panico.



Mauricio de Nassau

Bagnuolo, com outros chefes, entre os quaes o donatario, Marquês de Basto, aproveitando-se da noite, foge para Alagôa do Sul com moradores do povoado, deixando no espirito de todos a impressão pungitiva da covardia e quiçá da perfidia com que se deshonrou.

Com Giberton, no reducto e arredores, outros ficaram. Ficou o illustre chefe potyguar com os seus indios refertos da surpresa com que os atacara o inimigo, na margem do Commandatuba, bramindo todos a sua indignação pela fuga do general, enquanto Camarão obrava prodigios para manter a resistencia, reorganizando as suas companhias destroçadas. Ficou Henrique Dias, com o seu sangue frio, a sua impetuosa bravura, transmittindo-se como descargas electricas aos bravos commandados da sua côr, imprimindo-lhes a sublimidade do sacrificio. Ficou Francisco Rabello, o Rabellino, com os seus homens, disputando, palmo a palmo, ao inimigo o terreno ambicionado.

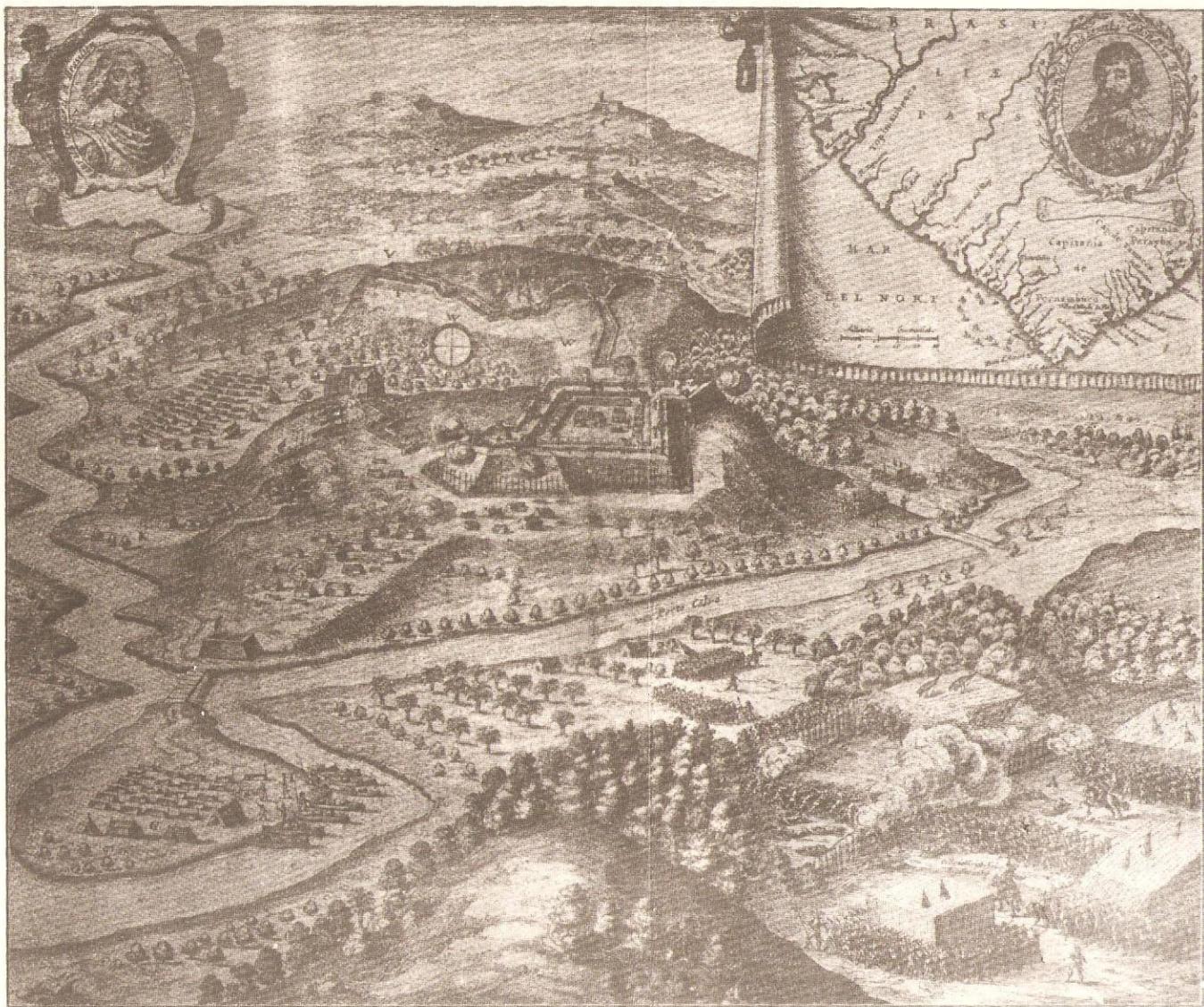
Eram as três raças formadoras da nacionalidade que alli estavam a defender aquelle rincão da capitania, quase toda conquistada, procurando na afflicção daquella hecatombe salvar ainda a obra portugueza que se construia no coração da America.

Quando a noticia da fuga de Bagnuolo correu pelo povoado em sobresalto, o desanimo apoderou-se de toda gente. Acompanhar na fuga, rumo da Alagôa do Sul, o general que se deshonorava, era a salvação que se apresentava, na angustia do momento, á população civil. Fugiriam todos, iriam todos nas pegadas do general, varando o matto, transpondo os rios, galgando os precipicios, a um abrigo seguro. E se dispunham á fuga, quando se lhes apresentou Clara Camarão, a mostrar áquella gente dementada pelo medo que acima da vida estava a honra e que a honra impunha o dever de defender aquella terra da patria.

D. Clara alli nascera, portocalvensê de bom sangue indigena e se casara com Felipe Camarão. Acompanhava-o em quase todas as jornadas, participando dos seus soffrimentos e dos seus triumphos, cercando-o, carinhosã, do seu amor. Arraigara-se-lhe na consciencia o dever da resistencia ao hollandês. Ella, engrandecida pelos feitos do esposo, saíra tambem do anonymato das tribus com um nome fulgente na historia, naquelle atormentado periodo colonial.

Não era a derrota, que sabia inevitavel, o que a indignava e a retinha alli; a sua indignação vinha da cobardia do general, áquella hora em carreira vertiginosa pela floresta. Era mistér mostrar ao inimigo que, os que ficaram, sabiam defender o chão da patria, opondo-lhe resolutamente a muralha do patriotismo. E aquella gente aterrorizada cobrou animo. Os homens validos seguiram para o campo, onde se pelejava. Os que não podiam manejar uma arma ficavam nos lares, cuidando dos enfermos e preparando a retirada.

E as mulheres? Porque não haviam ellas tambem de combater? D. Clara arregimentou as mais animosas,



Assalto dos holandeses a Porto Calvo — 1637.

armou-as com o que pudesse offender o inimigo, e, a cavallo, com uma espada na mão, poz-se á frente do pequeno contingente feminino. Com elle penetrou os lugares mais perigosos da batalha, animando com o seu exemplo os combatentes, investindo ousadamente contra o inimigo, acutilando, ferindo, matando.

Quando Giberton, vencido, sahiu da fortaleza com todas as honras militares, sob a admiração dos hollandeses e as distinções da fidalguia de Nassau, com elle sahiu D. Clara, ao lado de seu marido.

Haviam aquelles destroços do exercito de Bagnuolo salvado a honra portuguesa. Vencidos, sim, mas não deshonrados.

A restauração de Portugal do jugo de Espanha em 1640, teve larga repercussão na capitania e creou no espirito geral o desejo de libertação. Mas Portugal se manteve, por muito tempo, em expectativa dos acontecimentos, receioso de enfrentar a Hollanda. Talvez mesmo lhe não conviesse á politica manhosa do tempo.

O regresso de Mauricio de Nassau á sua patria, a cuja bravura e sabedoria deveu a Hollanda a ampliação e consolidação de seu dominio, permittindo o advento de um regime de violencias e extorsões em antagonismo com a politica liberal e utilitaria do principe magnifico, accelerou esse desejo, e, pouco a pouco, a população, que acabara aceitando a autoridade hollandesa, entrou em dissidio com ella.

Começou-se a conspirar por toda parte. Explodiram as rebelliões. João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, em Pernambuco; Christovam Lins de Vasconcellos, os Marinhos Falcões, os Rochas Pittas, no territorio alagoano, e tantos outros, por todos os pontos habitados da capitania, tramaram os acontecimentos que, mais tarde, culminariam na grande victoria dos Guararapes.

O Brasil hollandês declinava francamente do esplendor que lhe dera Mauricio de Nassau. A reacção tomava agora um character essencialmente popular, á re-



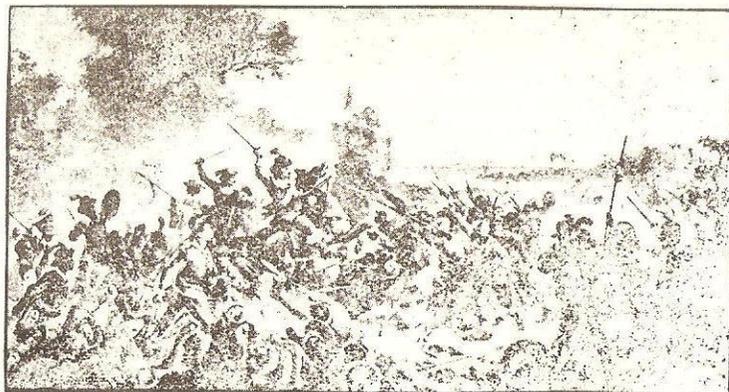
João Fernandes Vieira



André Vidal de Negreiros

velia da metrópole. Ao sul de Pernambuco, as populações em desespero pelas violências com que as opprimiam os delegados do Grande Conselho, sublevaram-se.

Em Penedo encabeçou a revolta Valentim da Rocha Pitta. Em junho de 1645 o forte Mauricio de Nassau, que o príncipe alli estabelecera para defesa do São Francisco, tornou-se o ponto de convergencia das iras populares. O espirito de insurreição já não tolerava a pressão do batavo. Uma simples prisão de certa pessoa mais ou me-



Primeira batalha dos Guararapes Quadro de Victor Meirelles

nós considerada na villa, degenerando em arruaça sanguinolenta, foi pretexto para o levante geral. O povo se armou e investiu, decidido, contra o forte. A fortaleza reagiu, destacando uma escolta para conter a sublevação, recolhendo-se ella, porém, precipitadamente, á resistencia popular.

A insurreição alastrou-se. Quatro navios que chegavam de Recife, abarrotados de viveres e munições, foram tomados. Agora os rebeldes copiosamente abastecidos e armados, punham cerco á fortaleza, dirigindo a acção Nicolau Aranha Pacheco e Francisco Mattos. A Bahia mandou reforços á rebellião, o que tornou possível a intensificação das hostilidades do povo e o aperto do assedio ao forte. A situação dos holandeses tornou-se insustentavel. Esgotaram-se-lhes os recursos e, por fim, a capitulação verificou-se, aos 19 de setembro.

O forte, por precaução foi arrasado. Os canhões que o defendiam foram enviados para a Varzea, onde Fernandes Vieira estabelecera o centro das operações libertadoras e a guarnição da fortaleza foi despachada para a Bahia.

O rio São Francisco limpou-se de holandeses.

Ao mesmo tempo, Christovam Lins de Vasconcellos, descendente do fidalgo florentino, Marinho Falcão e seus filhos, punham-se á frente da revolução em Porto Calvo.

A praça de guerra era commandada por Claram Florins.

Christovam Lins insuflou o povo á revolta. As populações de Matta Redonda, Manguaba, Camaragibe, povoados do litoral, fazendas e engenhos da região, pegaram em armas, dividindo-se em companhias de emboscadas. Os holandeses esparsos pela zona revoltada recolheram-se á fortaleza, na previsão de acontecimentos gravissimos.

Operou-se então o cerco á praça militar. O assedio durou 42 dias, quando a capitulação se pronunciou. Estava-se a 17 de setembro.



Brasão de armas das Alagôas  
no domínio holandês

Alagôas estava livre. A revolução concentrou-se toda em Pernambuco.

Depois os holandeses tentaram uma nova ocupação de Penedo, como base de operações, no que foram mal sucedidos. As lutas continuaram, mais ou menos intensamente, até as pazes definitivas, entre Portugal e a Hollanda.

Nessa recuperação do domínio português desenhou-se o espirito da nacionalidade nos seus albores. Já havia no Brasil um povo capaz de grandes lances pela defesa da terra e do sentimento de independencia. Era, principalmente, a mescla de raças que se definia perante a metropole, impondo-lhe uma orientação nova no governo colonial.

No cruzamento do branco, do negro e do indio já não havia exclusivamente a bastardia destinada aos rudes trabalhos agricolas, na promiscuidade dos aldeamentos primitivos e das senzalas infernaes. Um povo se revelava na revolta estupenda, que teve os feitos culminantes em Porto Calvo, Tabocas e Guararapes, salvando a obra portuguesa na America, a pique de perder-se totalmente sob o imperio do genio voluntarioso e forte do holandês.

#### IV

### Calabar

Domingos Fernandes Calabar aparece no scenario do Brasil colonial durante o dominio holandês, de 1630, quando começou a guerra, a 1635, quando foi condemnado á fôrca e ao esarteamento. De 1632 em deante,

quando se transmudou em combatente batavo, os chro-nistas contemporaneos que delle se occuparam, seguidos servilmente pelos historiadores mais ou menos officiaes, ataram-no á picota da execração nacional.

Entretanto, as fontes onde se abeberaram esses historiadores foram fontes exclusivamente portuguezas, por isso mesmo suspeitas — papeis officiaes da phase aspera da campanha, traçados nos campos de batalha sob o fragôr das derrotas consecutivas, infligidas pelo mameluco; a obra de Fr. Manoel do Salvador, visando o enaltecimento do dominio lusitano e a depreciação systematica do holandês, delle separado espiritualmente pelo antagonismo religioso, facto para considerar nesses rudes tempos de fanatismo; as *Memorias* do Marquês de Basto, o donatario fugitivo de Porto Calvo com Bagnuolo, tracejadas pelo despeito, victima maior, no seu interesse ferido, da attitude de Calabar. Outras fontes a que se recorreu para reconstrucção historica desse agitado periodo colonial padecem a mesma suspeição.

Hoje, porém, novas fontes existem capazes de fazer resurgir do cháos informativo da epoca a redempção do portocalvensê. São decorridos quase tresentos annos da condemnação de Calabar. Entretanto seu julgamento precisa ser novamente feito, pelo espirito moderno da historia, que não pôde exclusivamente depender de depoimentos reconhecidamente eivados de parcialidade.

Domingos Fernandes Calabar nasceu em territorio alagoano, em Porto Calvo, e sua mãe se chamou Angela Alvares. Estudou no collegio dos jesuitas, conseguindo uma instrucção muito acima do nivel da commum nos homens melhores do tempo — affirma o Sr. Assis Cintra, que examinou detidamente a correspondencia de Calabar, divulgando algumas de suas cartas.

Antes da invasão hollandesa, era agricultor abastado, *senhor de três engenhos de assucar*, segundo se verifica do «registro sem protesto e com consciencia dos

proprios donos», mandado proceder pelo governo es-panhol para conhecer a situação economica do Bräsil. O auto dessê registro e avaliação das propriedades ruraes da capitania tem a data de 18 de outubro de 1628.

São duas informações da maior importancia para a historia de Calabar, essas, de sua educação intellectual, sob os auspicios dos eximios professores que sempre foram os padres jesuitas, e da sua abastança proveniente da sua qualidade de proprietario rural, possuidor de três engenhos, e cujos bens foram confiscados. Essas informações os condemnadores de Calabar occultaram, com o fim preconcebido de faze-lo passar por um individuo ignorantissimo e socialmente desclassificado, um réles mestiço dotado de alguma sagacidade, mas incapaz de estabelecer, num confronto intelligente, a maneira de agir na colonia pelos dois povos que disputavam o dominio da capitania, e por um delles decidir-se conscientemente.

Quando o bravo Mathias de Albuquerque concentrou a resistencia no arraial de Bom Jesus, Calabar foi dos primeiros que se lhe apresentaram, prestando na defesa heroica da capitania serviços inestimaveis, como guerrilheiro dos mais habeis e felizes. Em um dos recontros foi ferido. Pelas suas qualidades militares, pela agudeza de sua intelligencia e pela relevancia dos serviços que prestava abnegadamente, qualidades que o proprio capitão portugûes enalteceu em documento de seu punho, tinha-no Mathias de Albuquerque em muito apreço, o que não obstava o fel das injustiças pela bastardia do seu sangue.

Um dia, precisamente quando o desanimo se apoderara do invasor e o abandono de Pernambuco estava nas cogitações dos homens da Companhia das Indias Occidentaes, Calabar deserta o acampamento portugûes e surge no campo opposto. Sob sua orientação a guerra tomou outro aspecto e outras proporções. Antes, a sorte das armas não sorrira aos hollandeses; agora a fortuna da guerra era com elles. A conquista, li-

mitada a pequena área na séde da capitania, dilata-se victoriosa pelo sertão, e no litoral alcança rapidamente a Parahyba. As victorias são consecutivas e estrondosas. A resistencia, que se firmara solidamente entre Olinda e Recife e dominava o interior de Pernambuco, recua, num êxodo memoravel, até Porto Calvo, ultrapassalhe os limites, até Alagôa do Sul, apesar dos reforços enviados pela metropole. Tudo fôra obra de Calabar.

Ora, um homem assim, que, da noite para o dia, transforma um exercito, em derrotas desnordeantes e aniquiladoras, em tropas vigorosas e ageis, que marcham acceleradamente de victoria em victoria, só pôde ser um homem excepcionalmente intelligente, um homem superior a todos os que estavam na direcção das forças em luta.

Era essa a impressão que se tinha entre os contedores. Mathias de Albuquerque sentiu profundamente os efeitos desastrosos dessa defeccão e, para trazer o mameluco ao convivio portugûes ou retirá-lo do lado do inimigo, envidou todos os esforços. Primeiro foram as mais seductoras promessas:

«Em nome d'El-Rei — escreveu Mathias — vos offerecemos a *restituição de vossas bemfeitorias e bens* (prova de que tinha havido confiscação dos haveres de Calabar), 50.000 crusados de compensação, a tença que em rasoavel pedirdes, o posto de Mestre de Campo, o titulo de Dom, a amizade d'El-Rey e a nossa. E o que é que ainda quereis que não vindes? A vossa intelligencia, os vossos admiraveis conhecimentos, o vosso invejado valor, é pedido por El-Rey Nosso Senhor.» (doc. do Arch. do Dr. Wallitz, divulgado por Assis Cintra).

Calabar recusou tudo. Não desertara para obter recompensas. A sua carta a Mathias de Albuquerque, existente no archivo do Dr. Silveira Brasil, que a adquiriu em Portugal, e divulgada por Assis Cintra, é um documento precioso pelo alto sentimento de dignidade patriótica que deixa transparecer.

«Depois de ter derramado meo sangue pela causa da escravidão que é a que defendeis ainda, passo para este campo, não como traidor, mas como patriota, porque vejo que os hollandeses procuram implantar a liberdade no Brasil, emquanto os hespanhoes e portuguezes cada vez mais escravizam! o meu paiz. Como homem, tenho o deryto de derramar o meu sangue pelo ideal que quizer escolher; como soldado tenho o deryto de quebrar o juramento que prestei enganado. O meu desinteresse é sabido por aquelles que foram meus chefes. Quizesteis confiar-me um honroso posto na frente de vossas tropas. Recusei. Se meus bens se acham em terras occupadas pela vossa gente, não é visivel que só eu tenho a perder com a minha mudança de bandeira? Derramei meu sangue por uma causa que reputava santa e que entretanto era a da escravidão de minha patria. E' a causa que vós defendeis. Com os seus actos, os hollandeses tem provado melhor que os portuguezes e hespanhoes. Emquanto nas terras por vós occupadas existe a mais negra escravidão e tyrannia, elles, não somente protegem materialmente os naturaes, como lhes dão até liberdade de consciencia. Em Recife e Ofinda, como na Europa, cada um pensa como quer. E entre vós? Vós bem o sabeis. Com o mesmo ardor e sinceridade com que eu bati-me pela vossa bandeira, me baterei pela bandeira da liberdade do Brasil, que essa é a hollandesa. Tomo Deus por testemunha de que o meu procedimento he o indicado pela minha consciencia de verdadeiro patriota.»

A elevação moral de Calabar fica assim documentada.

Demais, seus detractores affirmam esse esforço de Mathias de Albuquerque em trazê-lo ao seu acampamento. Loreto Couto, na sua obra *Desagravos do Brasil*, informa que o general portuguez procurou retrazer Calabar á sua amizade, offerecendo-lhe grandes recompensas, mas Calabar «soberbo — escreve Couto — com esta demonstração a que nos obrigavão tantas maldades pelo damno

que causava a todo Brasil, o atrevimento de hum só homem, não se contentou de ostentar na resposta sentir pouco o delicto, mas delinquo de novo, pela arrogancia, com que julgou offensa o perdão com que o rogavão, e premios que lhe offerecião».

Mathias de Albuquerque, ante a resposta altiva e digna de Calabar, convenceu-se de que o mameluco era irreductivel ás séduccões pecuniarias e honorificas. Não vacillou, então, em armar o braço de um sicario para arrancar-lhe a vida. E' ainda o padre Loreto Couto, que não pôde ser suspeito aos infamadores de Calabar, quem depõe nro dissidio, sobre esse passo lamentavel do general, na sua citada obra:

«Para tirar de Pernambuco, e do mundo, este escandalo das gentes, e esta causa de grandes danos, prometteo o nosso general a hum seu Primo chamado Antonio Fernandes, que lhe recompensaria liberalmente o atrever-se a matallo, para o que se passaria tambem ao inimigo, fingindo-se da mesma opinião.»

Fernandes assim o fez, mas a serenidade ou a boa estrella de Calabar livrou-o da covardia assassina do general portuguez.

Fracassada a seducção, fracassado o assassinio, Mathias de Albuquerque valeu-se de Sebastião Souto, portocalvense, compadre e amigo intimo de Calabar. Fê-lo espião, fê-lo traidor. Souto insinuou-se no exercito hollandês e, ao lado de Picard, marchou sobre Porto Calvo, conduzindo-o á derrota e entrega de Calabar.

Qual o intuito de Calabar, deixando o acampamento portuguez e bandeando-se para o campo adverso?

Fr. Manoel Callado assegura que a deserção fôra motivada por grandes furtos que Calabar praticara, «em virtude dos quaes receava ser perseguido pelo provedor André de Almeida». Varnhagen perfilha essa opinião de larga repercussão no plenario da historia official. Outros disseram que foi elle attraído por grande somma, que lhe dera o invasor.

Nem uma nem outra coisa, Calabar deu-se esponta-

nea e sinceramente ao hollandês, convencido de que sob o seu dominio maior proveito tiraria sua patria. Testemunha das oppressões das autoridades da metropole decadente e subjugada; victima mesmo dellas, pela sua qualidade de mestiço, que era, ao tempo, um estigma; tratado, por isso, com desdem pelos reinos, Calabar foi pelos invasores e desejou sinceramente que sua terra, pelo menos, mudasse de senhor. E o novo senhor, que chegara, desfraldava á população uma bandeira de esperanças e das mais seductoras promessas.

O estado dos espiritos em Pernambuco não podia ser favoravel á metropole. Portugal deixara a capitania indefesa; indefesa ella ficou sob o dominio de Espanha; indefesa estava á chegada dos hollandeses. Uma vez invadida não a acudira convenientemente. Os recursos, mais tarde enviados, foram ridiculos e absolutamente incapazes de eficiencia, ante o poder militar do inimigo. Lavrava por toda parte o desalento, e o desgosto mais profundo se tinha apoderado da população.

Os hollandeses, habilmente, exploravam esse estado dos espiritos, falando de preferencia aos nascidos no paiz, por intermedio de agentes de propaganda, uma propaganda intelligente, que se espalhou por toda parte.

«Trazemos a vossa liberdade. Queremos fazer de vós um povo livre e um povo amigo para junto trabalharmos em beneficio commum», proclamavam ao povo os hollandeses.

Era a primeira vez que se falava em liberdade no Brasil. O que até então se conhecia era o despotismo português, pelos seus donatarios, seus mandões de todas as castas, sua legislação draconiana, suas extorsões fiscaes, o despotismo dos senhores cujo arbitrio era sentença fulminadora, incontrastavel e irrecorrivel. O que se conhecia era, o luxo desvairado dos ricos, contrastando com a miséria escravizadora do pobre, o captivo do indio e do negro, rebaixados pelas Ordenações á categoria de gado, o desprezo ostentoso do europeu pela

mestiçagem brasileira que elle mesmo gerava. Assim foi até ás vespersas da independencia.

O espanhol não melhorara a colonia; della apenas usufruia os proventos, entregando-a discricionariamente á prepotencia dos seus mandatarios.

Os autores que se occuparam desse periodo da nossa historia e phases coloniaes que se seguiram registram com escandalo esse lamentavel estado do Brasil, de sul a norte.

Na capitania invadida e vencida pelo hollandês, apenas a energia de ferro de Mathias de Albuquerque mantinha a resistencia, que os frades açulavam, explorando habilmente o antagonismo religioso. Era precisamente esse antagonismo entre catholicos e protestantes, que distanciava o povo do hollandês. Os commissarios batavos, porém, mesmo antes de Nassau, procuraram dirimir o conflicto de consciência, acenando aos naturaes a liberdade espiritual.

E como os invasores respeitassem o sentimento religioso do povo, pouco a pouco, a repugnancia dos primeiros dias foi cedendo lugar a uma aproximação sympathica, «á qual se inclinam já alguns portuguezes e principalmente brasileiros».

Por outro lado, decorridos dois annos da invasão, em armas a capitania, a vida economica paralyzara para dar lugar á vida de guerra. O interesse pessoal assim ferido não podia tambem deixar de ser um motivo forte e justificavel para que as prevenções se dissipassem.

Foi depois de um confronto intelligente entre a maneira de agir dos luso-espanhoes e a dos batavos, que Calabar se decidiu a abandonar Mathias de Albuquerque.

Mandaram-lhe os hollandeses, que delle precisavam, por sabê-lo elemento de primeira ordem e já terem elles mesmos experimentado os effeitos da sua acção guerreira, no assalto de 14 de março ao arraial e tambem por sabê-lo desgostoso no acampamento pelas injus-

tiças de seus camaradas por ser elle mestiço; mandaram-lhe um agente de nome Jouer com propostas seductoras.

O hollandês Aldienbert, em carta de 14 de novembro de 1631, a Wtenbogart, assim se expressa:

«Mandei Jouer, que fala o idioma do paiz, se entendesse com elle, e como Jouer é catholico e amigo dos portuguezes e brasileiros e convencionalmente não nos quer bem, saiu-se feliz na empreza. Apesar de ter soffrido injustiças de seus patricios, por ser escuro, recusou-se a aceitar o nosso offerecimento de dinheiro e honras. Somente uma explicação das vantagens e dos beneficios de nossa causa é que o demoverão a se bandear para o nosso lado» (Doc. de Wtenbogart, divulgação de Assis Cintra).

Waerdenburch, em seu relatorio de 26 de abril de 1632, assim informava ao Conselho Supremo da Companhia das Índias Occidentaes:

«Conseguimos, com muito custo, e por intermedio de um nosso agente de propaganda, a adhesão do bravo e intelligente cabo de guerrilhas, Domingos Fernandes Calabar. Conhece a fundo o território e só se collocou de nosso lado pela convicção, pois recusou a recompensa que VV. SS. lhe haviam mandado. Diz que está certo de que comnosco sua patria irá melhor do que com os hespanhoes e portuguezes. E' um mulato muito curioso e de grande vivacidade e de algum conhecimento, muito raro nestas paragens. Envio-lhes uma carta que nos mandou, communicando a sua adhesão» (Idem, idem).

Da carta de Calabar, a que se refere o commissario hollandês, Assis Cintra destaca o trecho seguinte:

«...e assim perdi a desta contra os meus amigos de agora sem querer recompensa, nem coisa alguma e vim para melhorar minha terra que não tem liberdade de especie alguma.»

Eis porque e como o soldado de Mathias de Albuquerque, o heroico defensor do arraial de Bom Jesus, no ataque de 14 de março e em muitos outros recontros,

se transformou em amigo dos hollandeses, em orientador da guerra, com assento no Conselho hollandês e uma patente de commandante batavo.

Da superioridade moral de Calabar ha ainda uma prova de valor irrecusavel e com essa prova de abnegação rematou elle gloriosamente a sua vida tormentosa.

Haviam os hollandeses, por elle guiados até Porto Calvo, cahido numa cilada que lhes armaram os portuguezes. Vencidos pela surpresa do golpe a que os arrastara a traição de Sebastião Souto, cercados no forte durante alguns dias, privados de alimentação e sedentos, os hollandeses capitularam. Hasteada a bandeira branca, chegou ao forte o enviado de Mathias de Albuquerque com as condições da rendição. Saida livre para todos os officiaes e guarnição, entrega das armas e de Calabar. As condições foram penosas. A maior dellas era a entrega immediata de Calabar. Sobre elle recahira o odio portuguez, tão intenso e tão feroz que perdura, depois de tresentos annos. Picard, commandante da tropa vencida, recusou dignamente a entrega de Calabar. Morreriam todos alli. Interveiu generoso, cavalheiresco, o guerrilheiro, dando-se elle proprio á sanha do inimigo, para que os restos da força vencida saíssem incolumes. E Calabar não podia ignorar que seria morto barbaramente e com ignominia para o seu nome.

«Acceitae! — disse elle a Picard — Acceitae! Mais vale a vossa vida e a de vossos soldados, que a minha. Elles me humilharão, elles me enforcarão, elles me insultarão até depois de morto, mas eu ficarei satisfeito com este sacrificio, e serei o primeiro brasileiro que morre pela liberdade da patria.» Em seguida escreveu as seguintes linhas para serem lidas pelo Conselho Superior: «Vós, os hollandeses, offerecestes ao Brasil, offerecestes ao meo amado Pernambuco, a liberdade. O destino não quiz que eu assistisse a consummação de vossa offerta, com a adhesão de todos os pernambucanos, de todos os brasileiros. Elles me chamam de

traidor... Vós bem sabeis que um homem que se bateu como eu, que recusou honras e proventos, não é traidor; e se houve traição, foi uma traição justificada pela nobreza do motivo. E demais, um homem tem direito de derramar o seu sangue pela causa que quizer. Derramei primeiramente meu sangue defendendo o interesse de Castella; errei; morrerei agora pela liberdade, que é a promessa dos hollandezes.»

Picard, que é quem fornece esta informação commovente, acrescenta:

«Ao terminar, com as lagrimas nos olhos, porem com um sorriso nos labios, o nosso grande e saudoso amigo disse ao enviado do general — «Ide e dizei ao general Mathias de Albuquerque que o general Picard e Calabar acceitam a proposta. Fiquei perplexo, e chorando, apertei no meu peito, como se representasse a nossa patria inteira, o heroe que assim se sacrificava.» (Carta de Alexandre Picard a W. Aldienbert, traduzida do flamengo para o francês pelo Dr. Wallitz, de Haya, por incumbencia do Dr. Silveira, Brasil, e do francês para o portugûes pelo professor Assis Cintra).

Esse sacrificio de Calabar é tambem mencionado pelo Marquês de Basto, por Loreto Couto e outros.

Calabar entregou-se, segundo os termos da proposta de Mathias de Albuquerque, *até a mercê de el-rei*, isto é, até que o rei se pronunciasse sobre o seu destino.

Mas Mathias de Albuquerque se desdisse. Submetteu-o a um conselho de guerra, alli mesmo. Os seus juizes eram os seus proprios inimigos, os mesmos homens a que tanto mal fizera nas guerrilhas terriveis que dirigira e na dilatação da conquista hollançesa, que a sua actuação tornara possivel. Nem uma voz a seu favor se levantou perante a formalidade do julgamento. O tribunal pronunciou-se, unanime e sem delongas, (e não havia tempo a perder, porque reforços hollandeses vinham de corrida) pela morte do mameluco.

Calabar, assim, indefeso e julgado summariamente

pelos seus inimigos, em pleno campo de batalha, foi acorrentado á historia como infame.

A crueza do castigo, aliás, fôra um attentado ás condições de guerra, estabelecidas entre Mathias de Albuquerque e o governo civil hollandês de Pernambuco, condições que poriam termo á monstruosidade com que se fazia a guerra na capitania. «Em batalha, recontro, emboscada, em que qualquer soldado caísse em poder do inimigo, logo que pedisse quartel, nenhum mal mais se lhe faria, entregando o prisioneiro as suas armas e quanto comsigo levasse, excepto camisa, calças, gibão, meias e sapatos».

Mas, acima do convenio humanizador da guerra Mathias de Albuquerque collocou o seu odio a Calabar.

A *mercê d'el-rei*, a que se entregara, valeu-lhe apenas, naquelle transe, pela intervenção de um sacerdote, que o preparasse para a morte e o assistisse com os officios da religião na hora tragica do enforcamento. Fr. Manoel Callado affirma ter sido elle esse sacerdote; contesta-lhe, porém, a affirmação o historiador Jaboatão.

O dia 22 de julho de 1636, em Porto Calvo, Mathias de Albuquerque deixou nas chronicas do Brasil colonial um dos maiores e mais commoventes episodios desse agitado periodo de aventuras e crueldades. Foi o dia da sua vingança.

Três dias passara Calabar em custodia, três longos dias de torturas, preparando-se com as consolações da misericordia divina, para morrer christãmente, perante a sua consciencia. Depois lhe abriram as portas do carcere e se formou a procissão sinistra do justicamento. O cortejo moveu-se, em direcção ao centro do povoado, onde a fôrça se erguia, solitaria e tragica. O sacerdote recita a oração dos agonizantes, alçando a cruz aos olhos da multidão commovida ante a majestade da morte.

Soldados darmas ao hombro cercavam o condemnado e a gente extenuada, que fugira de Nazareth, alli estava, comprimindo-se, para testemunhar o trucidamento, que

o conselho de guerra autorizara, legalizando, com as apparencias de um acto de justiça, a atrocidade de uma vingança.

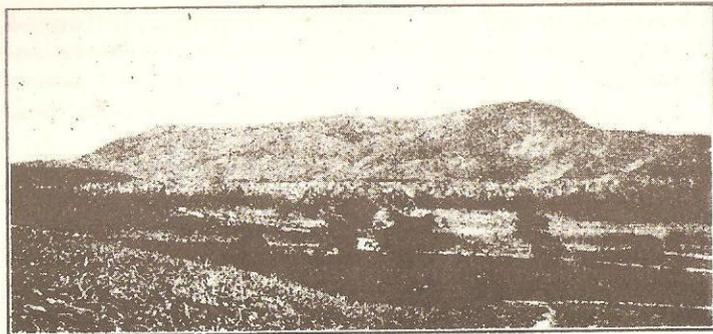
Alli estava o mameluco valente e generoso para padecer morte ignominiosa. Sereno, resignado, estóico, aquelle lugubre apparatus não o apavorava. A cabeça, altivamente levantada, num desafio á posteridade, dominava os autores do seu supplicio e os olhos por sobre a multidão silenciosa fitavam o scenario e derramavam-se pelos montes nataes coroados de frondes immensas e pela casaria tosca, onde viviam os de sua laia, de sangue indigena e de sangue africano, escravos da gleba e do homem que della se apossara.

Do poder militar da villa, onde Calabar acastellara a defesa da Hollanda naquellas paragens, já nada existia. Os vencedores haviam em três dias arrasado as fortificações. O incendio ainda lavrava, aqui e alli, consumindo tudo. Magotes de indios semi-nús e imbecilizados no seu captiveiro, negros insensibilizados pelo infortunio, brancos combalidos pelos soffrimentos da jornada, parados pelos lugares mais altos para verem melhor a consumação da tragedia, eram espectadores indifferentes daquelle lugubre apparatus com que se punha fim á vida de um homem ainda hoje discutido.

O carrasco cumpriu o seu dever...

Calabar antecipou-se de cem annos á sua epoca. A sua deserção foi um acontecimento prematuro da evolução historica da raça. Cem annos mais tarde, teria sido ella considerada um pronunciamento patriótico pela definição da nacionalidade, em antagonismo radical com o portuguez.

—ooo—



A serra da Barriga

## V

### Palmares

O sitio, como ponto estrategico, não podia ser melhor. A 30 leguas da costa, entre o rio Mandahú e o riacho Jundiá, a sudoeste da actual cidade de União, pela encosta oriental da serra da Barriga, longe, bem afastados dos centros povoados, onde viviam a vida miseravel do captiveiro, milhares de negros estabeleceram uma republica, abrigando-se á liberdade das tradições e costumes nataes. Era o mocambo principal do territorio alagoano, cujo ajuntamento teve começo durante os primeiros dias da invasão hollandesa.

O asylo sertanejo, que o direito de viver livremente bustara naquella região, offerecia aos fugitivos uma topographia que lhes trazia a recordação saudosa da terra africana. Primeiro, poucos, dizem que talvez 40; foram os que alli se refugiaram, furtando-se aos açoites e aos rudes trabalhos dos engenhos e fazendas dos arredores. Foram os fundadores da republica. Levantaram os quilombos, entregaram-se á indolencia — legitima

reacção do muito que trabalharam sob a tortura do azorrague. Os immensos palmeiraes dos arredores forneciam-lhes o alimento. A crueza natural do homem barbaro levava-os á rapinagem e a depredações pelos povoados circunvizinhos. Tornaram-se temiveis.

A anormalidade trazida á vida laboriosa da capitania pela invasão hollandesa e consequente estado de guerra, favoreceu a fuga de muitos outros, centenas, que, aproveitando-se da confusão geral, se reuniram aos primeiros fugitivos. A população dos mocambos, pouco a pouco, avultou. Juntaram-se depois pardos e mestiços em grande numero.

Accusam-nos de rapto de mulheres das cercanias, que foram, talvez, as sabinas da republica negra.

Seguros do seu asylo nas montanhas alagoanas, crescendo sempre a população, a necessidade do trabalho impoz-se naturalmente. Entregaram-se aos labores da agricultura. Estabeleceram a autoridade e com ella a disciplina. O chefe do governo, denominado *zumbi*, era eleito e vitalicio. A sua autoridade exercia-se na administração civil, por intermedio de ministros, e na jurisdicção militar, por cabos de guerra. Cuidaram seriamente da defesa collectiva, fundando uma cidadella, defendida solidamente por uma triplice paliçada, cada qual com uma porta sob a guarda e vigilancia continua de 200 homens, reforçada a simples suspeita de uma aggressão.

Por fóra da cidadella ficavam as plantações a perderem-se no raio visual — os pomares frutificando abundantemente e, de permeio, os mocambos que defendiam as lavouras. A população formigava, na cidadella e arredores, diligente e cauta. Já não depredavam as propriedades vizinhas, ao contrario, entretinham com ellas um commercio permanente, permutando os seus productos agricolas pelas vestes, pelas armas, pelas munições e instrumentos de trabalho.

A obediência á autoridade suavizou os costumes e abrandou os instinctos da communidade. Socialmente,



Populacion - Serinhaim

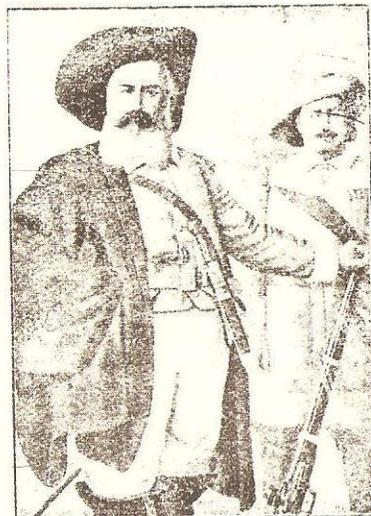
a republica puna com severidade o homicidio, o roubo, o adulterio. O fetichismo africano misturara-se com o culto catholico e uma nova crença estabeleceu o espirito religioso.

Durante o dominio hollandês a população attingiu a muitos milhares; cerca de 20.000, dizem, contavam-se por occasião da extincção da republica, espalhados pelos numerosos quilombos da capitania. A liberdade cimentara-se pela anormalidade da vida administrativa e economica da capitania.

Tentou-se, varias vezes, a destruição dos quilombos, em refregas das populações colligadas de Alagôa do Sul, Porto Calvo, São Miguel, Una e Serinhaem. Mas todas as investidas esbarraram ante a formidavel resistencia dos negros, agora, mais do que nunca, ciosos da sua liberdade.

Sob o governo de Caetano de Mello e Castro, cessado o dominio hollandês, restabelecida a vida regular da capitania, resolveu-se, a pedido das populações vizinhas, dar combate decisivo aos Palmares.

Vieram 1.000 homens das milicias paulistas, commandados por Domingos Jorge Velho. Travou-se uma luta feroz, e os paulistas, derrotados, recolheram-se a Porto Calvo. Para alli seguiram, então, reforços — 3.000 soldados de Olinda, Recife e outras povoações; 1.500 homens de Alagôa do Sul, Penedo, São Miguel e Santa Luzia do Norte e mais as forças do alcaide-mór de Porto Calvo,



Domingos Jorge Velho e seu ajudante de campo Antonio Fernandes de Abreu  
Quadro de B. Calixto

Christovam Lins, as do capitão Rodrigo de Barros Pimentel e as do mestre de campo Christovam da Rocha Barbosa. Ainda se juntaram os voluntarios de Bernardo Vieira de Mello. E toda essa tropa marchou contra a federação palmarina, atacando-lhe a séde, entre o Mandahú e o Jundiá, na encosta da serra da Barriga, em territorio alagoano.

Os combates que se travaram foram medonhos.

A liberdade, o homem de todas as condições sociais, em todos os tempos, sempre a defendeu com encarniçamento, porque nada se lhe compara sobre a terra. E a republica defendia a sua liberdade.

A resistencia foi tão vigorosa que Bernardo Vieira de Mello, que assumira a chefia do ataque, reclamou do governador a vinda de artilharia, e 6 canhões guardados por 200 homens foram em soccorro do exercito periclitante.

O cerco durava já dois meses, quando de Alagôa do Sul vieram novos reforços. Eram carros e carros com armas e viveres, que chegavam escoltados por centenas de combatentes novos. Do alto, os negros viram o soccorro, que chegava. O cerco, com esse auxilio, foi apertado ainda mais. Houve a escalada da primeira trincheira, que o inimigo transpoz. A segunda foi tomada. Tentaram com impetuosidade a tomada da terceira paliçada. A fortaleza resistiu heroicamente, mas o exercito transpoz o ultimo empecilho. Era o captiveiro para os vencidos, após 64 annos de liberdade, que tantos contava de existencia a republica. Os seus fundadores haviam morrido livres; livres lhes haviam nascido os filhos e os netos. A submissão era a perda desse patrimonio inestimavel. E ninguem da cidadella se submetteu.

A lenda refere que, quando a transposição da ultima estacada decidiu a victoria, o *zumbi*, á frente dos defensores da republica, correu para o ponto mais alto da montanha e, sublime no seu sacrificio, de lá se precipitou acompanhado pelos que o seguiam. Centenas

ue corpos rolaram pelas escarpas da montanha, num suicidio em massa, que só um alto sentimento da liberdade justifica. Estacaram os vencedores, assombrados ante a sublimidade daquella loucura collectiva. Mas milhares de negros erravam ainda pelos campos. Fez-se então uma caçada feroz. Quase todos foram apanhados, a mão e a laço. Conduzidos para o centro do exercito, centenas se deixaram morrer de fome. Centenas de mães mataram os filhos, no delirio daquelle immenso infortunio.

O suicidio libertara milhares de negros. Os que sobreviveram foram vendidos para longe. As terras dos Palmares, divididas em lotes, foram dadas em sesmarias aos capitães vencedores.

Todavia é preciso accentuar que documentos existem, de absoluta authenticidade, que destroem a versão heroica do suicidio do *zumbi*. O chefe palmarino foi entregue aos atacantes pela traição de «hum mulato seu valido debaixo da palavra, que se lhe deu em vosso nome de se lhe segurar a vida por reccar ser punido pellos crimes que tinha cometido.» E' o que consta de uma carta de ei-rei ao governador da capitania, escripta em 25 de agosto de 1696.

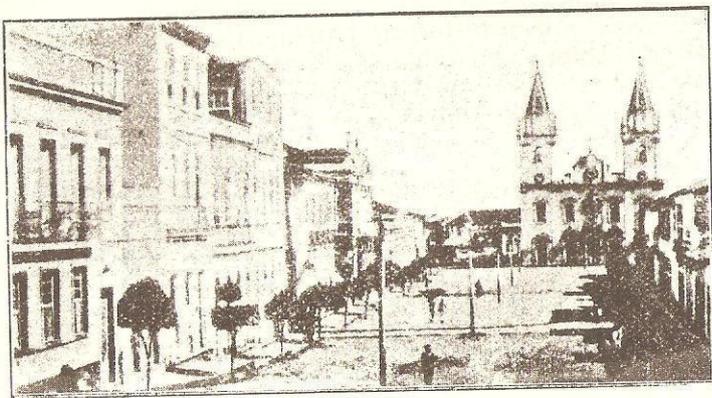
Essa prova historica, porém, não diminue o brilho da defesa espartana dos negros dos Palmares — o maior protesto contra o despotismo que uma raça infeliz traçou á face do mundo.

## VI

## Formação geographica e colonização

O Alvará de 16 de setembro de 1817, que criou a capitania das Alagôas, não lhe estabeleceu os limites. Não havia mesmo necessidade de se traçarem linhas limitrophes num territorio cujas fronteiras estavam traçadas, immemorialmente, por actos officiaes successivos, que ficaram como marcos definitivos, afastando duvidas e firmando direitos.

A formação geographica das Alagôas, como da capitania a que a comarca pertenceu, começou no litoral, com Porto Calvo, Alagôa do Sul e Penedo. A sesmaria de Christovam Lins chegava até Santo Antonio Grande, com fundos illimitados pelo sertão. Alagôa do Sul vinha até a barra do Jequiá, e Penedo ia da foz para o alto e para o norte, sem limites, avançando a colonização pela área em que ficaram, sob a jurisdição da villa,



Penedo

Tacaratú, Cabrobó, Rodellas, de um lado, e do outro Buique, Aguas Bellas e Garanhuns.

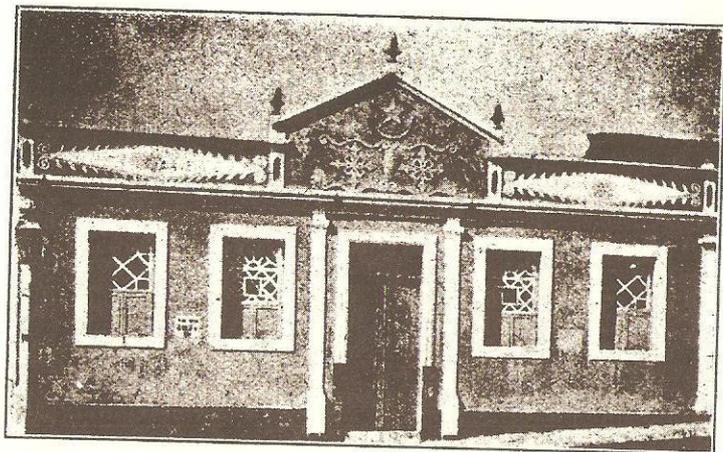
O povoamento, mais tarde, dilatando-se, disseminando-se em povoações, que foram, depois, freguesias e villas, na zona sertaneja propicia ás fazendas pastoris, veio firmar os contornos geographicos do territorio, abrangendo toda essa região que foi, posteriormente, a comarca das Alagôas.

Ao tempo da criação da comarca, 1710, já não havia o tumulto dos primeiros avanços colonizadores. Na costa a fronteira era conhecida: o rio Una separava, inquestionavelmente, por effeito mesmo do povoamento e das necessidades coercitivas da acção das autoridades, no civil e no ecclesiastico, a villa de Porto Calvo da comarca de Olinda, enquanto que, pelo centro, a colonização portocalvens só chegou até Jacuhype e mandeiros do Taquara, que ficaram sendo, por ahi, linhas divisorias subsistentes no consenso unanime de gerações incontaveis. Outras ondas povoadoras, oriundas daquella comarca, fizeram estacar nas margens do Persinunga a expansão colonizadora de Porto Calvo. Olinda antecipara-se na conquista da terra e seu consequente aproveitamento.

Com o augmento sempre progressivo da colonização do litoral para o interior e as injunções sociaes crescentes a exigirem os beneficios judiariarios e as garantias da legislação, em proveito da organização regular dos povoados que surgiam, foi criada a comarca das Alagôas, cuja jurisdição abarca os territorios sertanejos da villa de Penedo. Na capitania, pois, duas comarcas — a de Olinda e a das Alagôas. No territorio alagoano as villas fundamentaes presidem ao desenvolvimento da colonização e os nucleos se formam naturalmente, por effeito da expansão colonizadora, avançando sempre do litoral para o sertão.

A jurisdição de Penedo era «pela beira do mar até a barra do rio S. Francisco e por todo elle acima até as





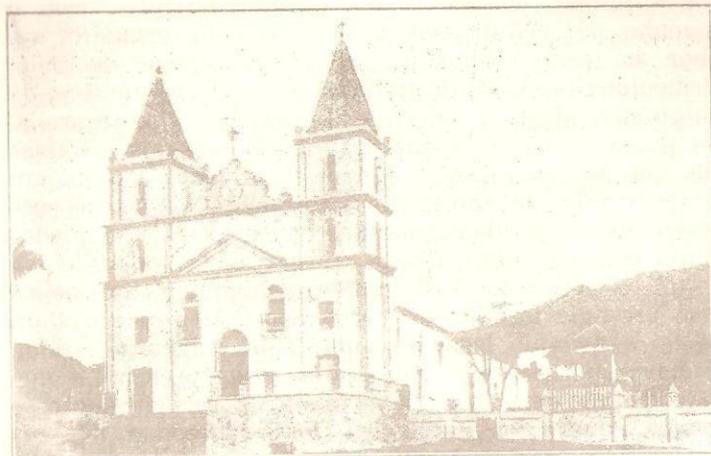
Traipú - Prefeitura

povoações das Rodellas e pelo rio Panema acima, Comunati, Campos do Buique, Campos de Garanhuns».

Pouco depois da instalação da comarca, as exigências espirituais determinaram a criação da freguesia do Traipú, no São Francisco. Foi um marco que ficou. A criação da villa de Cimbres, com limites certos, que ficaram documentando a fronteira alagoana no sertão, de Atalaia e Cabrobó (1762), das freguesias de Palmeira (1789) e de Anadia (1801), são outras tantas invocações irrecusáveis da formação geographica do territorio.

Os limites dados a Cimbres são incontestáveis: «Das cabeceiras do Moxotó e riacho Cupeti vem buscando o sul até a fazenda da Cruz, que é a extrema tanto da freguesia de Tacaratú como do termo da villa de Penedo, e o julgado de Cabrobó, seguindo a estrada real, que é divisão para o rio S. Francisco e para a villa de Cimbres, buscando a parte do sul sobre o dito termo pelo rio Panema abaixo até o riacho Mororó...»

«Neste documento — analysa Diegues Junior — se verifica que a villa de Penedo encontrava a de Cimbres



Palmeira - Matriz

e della se separava «por uma estrada real da fazenda da Cruz, no rio Moxotó, á ribeira do Panema, acima da embocadura do riacho Mororó», mostrando positivamente que Aguas Bellas, então já bem povoada, pertencia a Penedo, o que vemos confirmado em documentos posteriores.»

Cem annos depois da criação da comarca das Alagoas, em 1810, foi criada a que ficou chamada do Sertão, com sua séde em Cimbres, com territorio desmembrado da comarca de Olinda.

Em virtude dessa criação, passaram á jurisdicção da comarca do Sertão «Tacaratú, Cabrobó e os demais lugares do alto São Francisco, ficando seus limites no rio Moxotó até a fazenda da Cruz, no encontro dos limites de Tacaratú, Cimbres e Penedo, limites estes que são conservados na criação da villa de Garanhuns. Perdeu ainda Garanhuns pelo lado do norte.»

Assim, dentro desta formação geographica, ficou immemorialmente o territorio alagoano. A população que nelle se estabeleceu dedicou-se á agricultura. Os povoa-

dos surgiram, em geral, dos centros agricolas, com o engenho por cellula, sob a protecção do sesmeiro, senhor da terra, senhor da escravaria, senhor do gado, elementos essenciaes do trabalho colonial. A expansão do burgo não afasta o engenho de assucar e o proprietario passa a exercer a sua autoridade sobre as actividades que se congregaram e essa autoridade, dominadora e absorvente, se transmite naturalmente, com a successão da propriedade, aos descendentes. E esse predomínio está na razão directa da opulencia senhorial.

A organização da comarca quebrantou um pouco esse prestigio formidavel, pela imposição generalizadora da lei e dominio legal da autoridade judiciaria. Assim, já havia no territorio um poder maior e legal a que se podia recorrer do arbitrio feudal. E se bem que esse recurso, que a lei assegurava, fosse moroso e, não raro, inefficaz, por se decidir sempre a favor do mais forte, a simples presença de uma magistratura togada, estranha ao meio, amparada pela força das armas, mais ou menos proxima, serviu para cercear um pouco o poderio dos senhores da terra, deixando-os com as suas arrogancias e as suas violencias nos limites do engenho ou da fazenda pastoril.

Dentro, porém, de seus dominios o senhor era soberano, e essa soberania, tomando outro aspecto ao ser criada a capitania, solidificou-se ao ingressar na vida politica, que se instaurava. Agora o senhor perde a rudeza colonial ao contacto de outras influencias sociaes; mas se expande, sahindo da raia da propriedade rural e dos limites do municipio para abranger municipios circunvizinhos, ligando-se a outros magnatas, por diferentes meios de alliança.

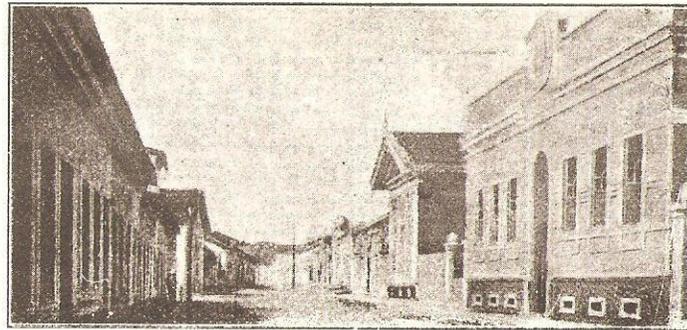
Surgiram as oligarchias municipaes. A provincia, principalmente ao norte, tornou-se um conglomerado de oligarchias, cada qual com o seu poder central, o seu chefe, ante o qual se dobravam todas as vontades, se amolgavam todas as resistencias. Dominavam a provincia como factores economicos, como forças politicas, como ex-

poentes sociaes. Economicamente eram os productores da riqueza; politicamente eram os grandes eleitores; socialmente eram a aristocracia faustosa que a monarchia brasonava em baronatos e viscondados.

Meia duzia de familias enriquecidas na lavoura, com prestigio vindo do periodo colonial, ficou, durante toda a monarchia, dominando na provincia. Ao redor dellas gravitavam miriades de satellites, desde o cabo eleitoral á turba-multa de anonymos, a cuja dedicação os chefes das oligarchias recorriam, de quando em vez, quando era preciso oppôr á força numerica do voto a força decisiva do bacamarte.

Os nucleos principaes dessas formidaveis oligarchias, que, em propriedades de grandes extensões, haviam firmado a sua riqueza na lavoura da canna, eram Porto Calvo, Porto de Pedras, Maragogy, Pioca, Santa Luzia, Córuripe, Camaragibe, São Miguel e Alagôas. Em 1870 a população escrava desses dez centros agricolas, que constituíam outras tantas freguesias, era de 32.746 individuos para 116.192 habitantes livres. O escravo era a musculatura do regime, o factor maior da riqueza, o elemento primordial da economia publica.

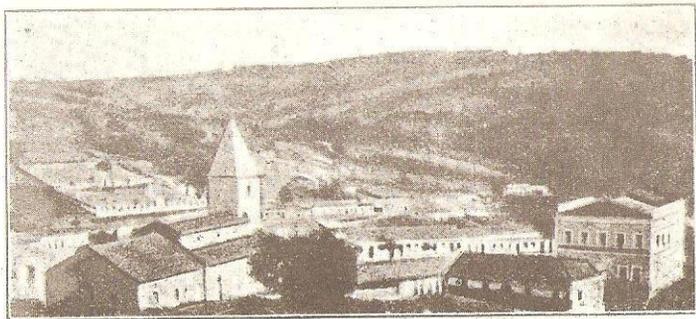
Em 28 freguesias, naquelle anno, estava dividida a provincia. As dez mencionadas constituíam a zona assu-



Camaragibe

careira por excellencia. Nas demais 18, a organização economica tomara por base a industria pastoril, auxiliada pelo cultivo do algodão. Era a zona dos latifundios. O braço escravo não precisava ser tão numeroso. A sociedade no sertão formou-se mais democraticamente, como observa o professor Moreno Brandão; os homens que nella se salientaram pela opulencia não tiveram na politica provincial a mesma ascendencia dos senhores de engenho do norte. A distancia a que ficavam da capital, onde se reuniam os elementos orientadores da evolução politica e onde se faziam as conSPIrações que levavam ao poder, não permittia a disputa vantajosa das posições. E foram precisamente as difficuldades resultantes dessa distancia que, afastando das altas espheras administrativas os proceres sertanejos, mantiveram os pendores democraticos dos homens fortes e sinceros dessa zona.

Para as 18 freguesias do sertão apenas 16.052 escravos, a metade da escravaria das dez freguesias assucareiras. Por isso, quando, em 1888, a abolição, abrindo as senzalas e desertando os campos agricolas e pastoris, derrubou o prestigio do senhor de engenho, a zona pecuaria não chegou a desorganizar-se para o trabalho. Outro tanto não aconteceu na zona assucareira, onde a



Paulo Afonso

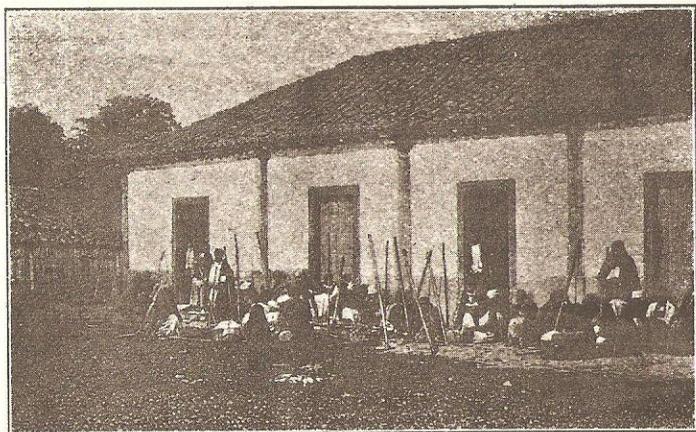
desorganização do trabalho abalou profundamente o edificio economico, social e politico, que os senhores de engenho haviam construido sobre o dorso fragil do escravo.

Em 1870 a provincia comprehendia nove comarcas — Maceió, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Atalaia, Imperatriz, Alagôas, Anadia, Penedo e Paulo Afonso. Essas nove comarcas abrangiam dezoito termos. Os municipios eram dezoito, com quatro cidades, quatorze villas e cento e dez povoados, inclusive oito aldeamentos de indios — eram Maceió, Santa Luzia, Porto Calvo, Porto de Pedras, Passo de Camaragibe, Alagôas, São Miguel, Pilar, Atalaia, Imperatriz, Assembléa, Anadia, Coruripe, Palmeira, Traipú, Matta Grande e Pão de Assucar. Hoje são trinta e seis.

E' de presumir que, depois do inquerito mandado proceder pelo Conde de Linhares, cuja authenticidade não offerece garantias, sejam os calculos do ouvidor Ferreira Batalha, que datam de 1816, os mais aceitaveis. O magistrado, a quem ficamos devendo a autonomia administrativa, apurou 89.589 habitantes em sua comarca, nas vespéras, portanto, da emancipação. Não conhecemos detalhes desse recenseamento.

Em 1819, já criada a provincia e á sua frente o illustre Mello e Povoas, o conselheiro Velloso de Oliveira, em cumprimento da resolução regia daquelle anno, pesquisou acuradamente, pelos escassos elementos a seu alcance em tempo tão recuado, a população de todo o Brasil. Portugal queria saber ao certo o numero de seus colonos no continente americano.

Esse trabalho tornou-se classico e foi, por muito tempo, a fonte subsidiaria de investigações semelhantes, que se lhe seguiram. Velloso computou em 111.973 os habitantes das Alagôas. Desses eram livres 42.879 e escravos 69.094. A cifra da população escrava, sobre a qual recahia o peso formidavel da formação economica da provincia, parece-nos hoje desconcertante; naquelle tempo, porém, representava um factor importantissimo



De volta da roça

de riqueza — de riqueza particular e riqueza publica. Mas deve haver exagero no computo, porque nunca mais, mesmo nas phases de maior prosperidade que se seguiram á epoca do inquerito, a população captiva das Alagôas attingiu áquella cifra.

Segundo a investigação de Velloso, a população das Alagôas avantajava-se consideravelmente á das seguintes provincias: Amazonas, Espirito Santo, Goyaz, Matto Grosso, Parahyba, Paraná, Piahy, Rio Grande do Norte, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

As previsões de Saint-Hilaire, annos depois, reduziram as cifras anteriores: 100.000 almas; Malte-Brun, em 1830, elevou-as: 257.000.

Tactavea-se no vacuo. O governo, parece, por muito tempo, desinteressou-se dessa indagação. Mas, em 1842, se pensou seriamente na contagem da população brasileira.

Governando a provincia o dr. Campos de Mello, fez-se em Alagôas um recenseamento: 207.294 habitantes, sendo: 167.619 livres e 39.675 escravos. Cahira a

estatística de Malte-Brun — 50.000 almas para menos. Elevara-se, porém, o nivel da população livre — 30.000 escravos para menos dos calculos de Velloso de Oliveira.

Na presidencia do coronel Nunes de Aguiar (6 de fevereiro a 14 de julho de 1849) nova apuração confirmou o inquerito anterior. 167.976 pessoas livres e 39.790 escravos; 101.408 homens e 106.358 mulheres.

O presidente José Antonio Saraiva (20 de outubro de 1853 a 26 de abril de 1854) pretendeu dar execução á circular de 23 de outubro de 1853, que mandava recensear a população das provincias. Mas o nosso interior estava em polvorosa e os mandões politicos, detentores das posições eleitoraes, senhores de baração e cutello nas suas propriedades ruraes, entraram a explorar a lei censitaria, manobrando o povo ignorantissimo, sempre avesso a essa ordem de serviço, ao sabôr das suas paixões e dos seus interesses, attribuindo ao desejo official os fins mais vexatorios, os intuitos mais oppressivos. O esforço do presidente, attinente ao cumprimento da determinação ministerial, fracassou.

A circular visava a execução da lei de 1851 e essa lei, que levantara uma celeuma immensa no paiz, principalmente no norte, ficou conhecida por *lei do captiveiro*. Diziam que ella pretendia escravizar os homens de côr. E contra ella levantou-se a ignorancia popular, insuflada pelas paixões politicas em effervescencia. A grita contra o inquerito não era sómente em Alagôas; estendia-se a Pernambuco, ao Ceará, á Parahyba e a Sergipe. Principalmente em Alagôas. Contudo, fez-se alguma coisa e, em 1856, o Ministerio do Imperio divulgou os elementos colligidos pelo inquerito. Para a nossa provincia 204.200 habitantes.



José Antonio Saraiva



Dr. Thomás B. Espindola

O presidente Sá e Albuquerque encarregou o Dr. Thomás do Bomfim Espindola da organização de um novo censo provincial. O trabalho do illustre geographo alagoano só foi publicado quando governava Alagôas o Dr. Pedro Leão Velloso (1.º de maio de 1860 a 15 de março de 1861). Espindola chegou às conclusões seguintes: População livre 205.296, população escrava 44.418. Total 249.714.

Os processos de Espindola pouco haviam avançado do systema censitario do tempo do ouvidor Ferreira Batalha. Todo exito desses trabalhos dependia da boa vontade de uma multidão de autoridades subalternas, que não primavam pela comprehensão da utilidade do serviço.

Espindola, annos depois, avaliava a população da provincia em 310.585 habitantes, discordando dos calculos contemporaneos de José Alexandrino Dias de Moura e de José Alexandre Passos. Segundo Passos, a população seria de 327.530; segundo Moura, de 320.000.

Porto de Pedras, nos mappas de Espindola, era a freguesia que contava maior numero de habitantes — 22.109, seguida de perto por Passo de Camaragibe — 21.712. Eram centros assucareiros.

Sete annos depois do primeiro trabalho censitario de Thomás Espindola, no quadro da população geral do Brasil, organizado para a exposição universal de Paris, Alagôas figurou com 250.000 habitantes livres e 50.000 escravos.

Só em 1871 fez-se no paiz um recenseamento mais ou menos regular. O inquerito foi designado para o dia 1.º de agosto. E nesse dia, pela primeira vez, foi assim regularmente recenseada a população das Alagôas. O resultado, publicado no anno seguinte, foi: 312.268 habitantes livres e 35.741 escravos; 173.497 homens e 174.512

mulheres; sabiam ler e escrever 41.913 e eram analphabetos 306.096; eram brasileiros 344.291 e estrangeiros 3.718.

As cifras, quanto ao desenvolvimento intellectual, eram desanimadoras.

De 1872 á proclamação da Republica pararam os inqueritos censitarios. A Republica, porém, logo ao nascer, quiz saber o numero de habitantes do paiz e estabeleceu a obrigatoriedade do recenseamento de dez em dez annos.

A primeira contagem fez-se em 1890. O trabalho correu moroso, mancando entre mil empecilhos, que lhe atravancavam a marcha e a exactidão dos inqueritos estaduaes. O povo recebia com desconfiança os encarregados do serviço. A nostalgia monarchica insinuava que o recrutamento em massa, para as fileiras do exercito, era o seu fim. A balca dos adversarios do regime explorara fartamente por toda parte a organização dos inqueritos censitarios. Só em 1898 foi publicada uma synopse desse recenseamento e nella Alagôas figurava com 511.440 habitantes.

Como, segundo o dispositivo constitucional, o recenseamento devia ser decennial, em 1900 fez-se o segundo inquerito. Em Alagôas as cifras foram as seguintes: homens — 333.141; mulheres — 316.132, total — 649.273. Solteiros — 452.779; casados — 166.911; viuuvos — 29.583. Brasileiros — 645.856; estrangeiros — 3.408. Sabiam ler e escrever — 129.563; eram analphabetos — 519.710.

Não se fez o terceiro inquerito censitario; mas se fez o quarto, em 1920, o mais perfeito dos trabalhos que, no genero, o Brasil realizou. Esse recenseamento deu ao Estado das Alagôas 978.748 habitantes, população superior a dos Estados do Amazonas, Espirito Santo, Goyaz, Maranhão, Matto Grosso, Parahyba, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catharina e Sergipe.

Relativamente á densidade, dando para Alagôas 40.000 kilometros quadrados, o Estado conta uma população de 21 habitantes por k<sup>2</sup>, cifra superior a de São

Paulo. Os detalhes desse recenseamento foram os que seguem: Quanto aos sexos: Masculino — 479.303, Feminino — 499.445; quanto à nacionalidade: Brasileiros — 977.718, Estrangeiros — 693, Ignorada — 337; quanto à instrução: Alfabeticizados — 144.535, Analfabetos — 834.213; quanto ao estado civil: solteiros — 676.798, casados — 250.213, viúvos — 49.003, ignorado — 2.734.

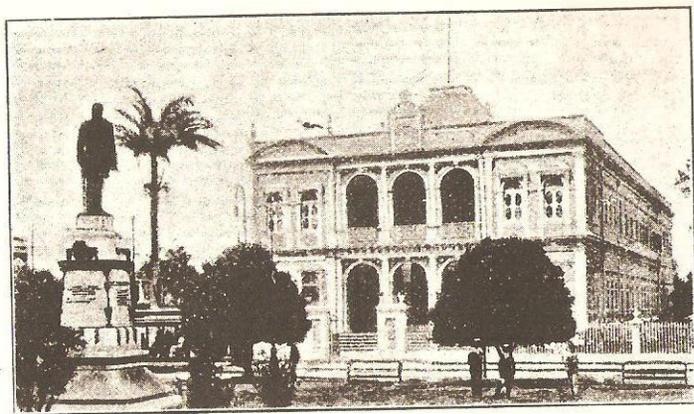
É insignificante o numero de estrangeiros existentes no Estado, segundo o censo official de 1920 — apenas 1.030, inclusive 337 de nacionalidade ignorada. E sempre foi insignificante o numero de estrangeiros em Alagôas. O pouco que possuímos é trabalho alagoano. Todas as nossas empresas e indústrias — e as ha importantes — foram fundadas com capital local, facto unico no Brasil.

## VII

### A comarca

Durou cerca de trinta annos o dominio hollandês. O estado de guerra permanente durante esses três decennios retardou consideravelmente o desenvolvimento do vasto interior da capitania, e, ao findar a luta, o territorio alagoano contava apenas três nucleos de população mais consideravel — Penedo, Porto Calvo e Alagôa do Sul. Outros povoados, porém, iam crescendo lentamente. Eram São Miguel de Campos, Santa Luzia do Norte, Atalaia, Camaragibe, Anadiã, Poxim, Maceió e alguns mais — centros promissores da industria assucareira e da pecuaria.

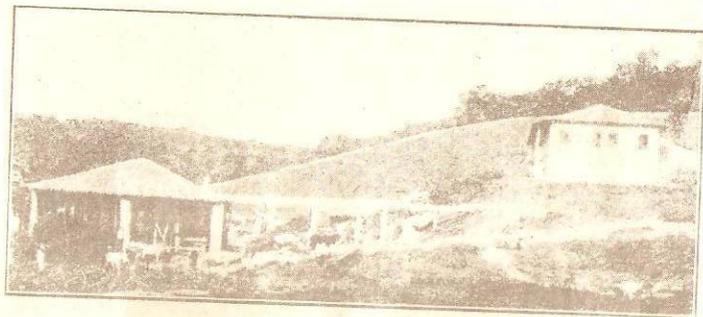
O grosso da população era escravo — escravos pretos, vindos da Africa, e escravos bronzeados, que os colonizadores encontraram senhores da terra, principalmente aquelles que, pela sua natural docilidade, mais



Maceió — Estátua de Floriano e Palácio do Governo

facilmente se accommodaram ao flagicio da sorte miseranda que se lhes deparara no Brasil. Na escravaria repousava a vida economica desta parte da capitania, como de toda a colonia, base bem precaria de progresso. Porque o progresso só é possível onde ha liberdade e a intelligencia domina. A intelligencia que dominava era a dos senhores da terra, dos latifundios de mattas virgens, com pequenas áreas descampadas para o cultivo da canna, da mandioca, dos cereaes; para a habitação apparatusa senhorial; para o galpão do engenho; para a senzala; para as casas da gente melhor, da intimidade e confiança do senhor. E essa intelligencia quase que rastejava pela da escravaria ignara.

A acumulação de cabedaes vultosos em troca do assucar, era o fito geral, a razão predominante nos espiritos como compensação da vida desconfortada e erma na terra ainda hostile. A moral, era a moral do tempo, permitindo e sancionando os attentados á vida, á propriedade, á honra, quando perpetrados pelos mais fortes. Mais valia quem mais tinha nas arcas, nos celei-



Engenho «Riacho Grande», onde nasceu Floriano Peixoto

ros, nas senzalas, ou quem, pela força, ganhava o respeito de todos sob o imperio do bacamarte.

Poucos sabiam ler e escrever e os que sabiam e pretendiam viver do que podiam ensinar eram olhados com desdem. A educação da intelligencia era coisa secundaria e os que queriam aprimorá-la só o faziam em Portugal. Para as mulheres a instrução era tida como grande perigo, de que os paes circunspectos, cautelosamente, precatavam as filhas.

A comarca das Alagôas foi criada por Carta Régia de 9 de outubro de 1706, em virtude da requisição do governador da capitania, Francisco Caetano de Moraes, mas só em 1712, terminada a guerra dos Mascates, o ouvidor geral, José da Cunha Soares, nomeado a 6 de fevereiro de 1711, inaugurava-lhe a vida judiciaria, estabelecendo a sua séde na Alagôa do Sul, donde irradiariam os beneficios da justiça.

Com o advento da organização judiciaria, nestas paragens por onde imperavam a prepotencia dos senhores feudaes e o arbitrio rude dos capitães-mores, e medidas outras complementares de policia e administração que vinham, de subito, quebrar as asperezas do regime, a autoridade dos grandes proprietarios em suas sesmarias e dos varios representantes da metropole, nas villas e povoados, ficou limitada, para que

acima della pairassem a autoridade do rei e as imposições rigidas da lei.

A comarca, pouco a pouco, augmentou em prosperidade; alargou-se a área de sua actividade agricola; dilatou-se-lhe a opulencia, permittindo-se ao colono a pontualidade na satisfação dos dizimos e o pagamento regular das fintas, que, de vez em quando caíam sobre a colonia para dotes de principes bragantinos, que se casavam, e pretextos outros, que acudiam á vontade real omnipotente.

E tal foi o surto de desenvolvimento e a riqueza da comarca, que, em 1730, Duarte Sodré Pereira, governador de Pernambuco, suggerindo a el-rei a extinção da capitania da Parahyba, cahida em visivel decadencia, fazia sobresahir, num confronto irretorquível, a prosperidade das Alagôas, com 47 engenhos de assucar, 10 freguesias e uma renda annual de 3:800\$000, em dizimos para o erario real.

A criação da comarca foi, sem duvida, o primeiro passo que se deu para a autonomia administrativa, que só se verificou um seculo depois.



Pesagem e encaixotamento de assucar — Victor Froude

O seu primeiro ouvidor, José da Cunha Soares, era um grande caracter, um juiz de integridade moral inatacavel. Peitaram-no com três mil cruzados para, com os ouvidores de Olinda e Parahyba, condemnar á morte os cabeças da guerra dos Mascates. Negou-se, nobremente, á infamia. Não mancharia os arminhos da sua toga com um julgamento contrario á prova dos autos e á sua consciencia e obtido a peso de dinheiro. Na balança da sua justiça não pesava o ouro.

O gesto do juiz era de pasmar a moral do tempo.

Da fundação da comarca á emancipação do territorio alagoano, 18 ouvidores serviram nas Alagôas. Do austero José da Cunha Soares, o primeiro, ao intrepido Antonio José Ferreira Batalha, dos ultimos, foram 100 dilatados annos.

Ao ouvidor José Antonio de Mattos Moreira ficott devendo Alagôas um serviço inestimavel — a cultura do algodão.

A criação da comarca deu lugar a um aparelhamento mais completo no territorio.

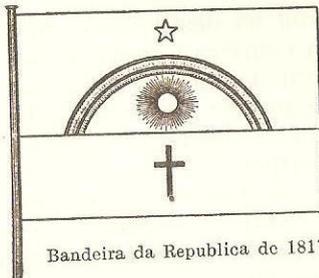
Bons juizes uns, juizes regulares outros, máos juizes, de certo, alguns e esses foram os que mais pesaram sobre o povo, porque um máo juiz é sempre um peso enorme, um flagello social.

## VIII

### A emancipação

Em 1817, factores economicos e demographicos, operando o desenvolvimento da comarca das Alagôas, que se estendia por mais de um terço do territorio da capitania, haviam preparado o scenario do drama historico da emancipação politica.

Foi o anno da revolução republicana que se desenca-deou em Recife. Esta parte da capitania, porém, apesar da sua importancia, ficou estranha á propaganda dos pro-ceres revolucionarios. Não consta que para a sublevação de 6 de março, houvesse, previamente, um entendi-



Bandeira da Republica de 1817

mento com os homens representativos da comarca, que os ligasse na solidariedade do movimento. A noticia da revolução surprehendeu a comarca e as adhesões que logrou — e as teve prestimosas — nasceram da identidade de sentimentos e da conformidade de aspirações em todos os brasileiros esclarecidos.

Em Alagôas, a revolução repercutiu fragorosamente, alarmando os espiritos cautelosos e entusiasmando os irrequietos. O padre Roma atravessa Alagôas, aturdida pela nova sensacional, como um meteoro, lançando fagulhas revolucionarias com os pamphletos, proclamações e decretos, que espalhou profusamente. E depois de confabular com Victoriano Borges da Fonseca, commandante das armas, lá se foi, numa jangada arranjada precipitadamente em Maceió, rumo da Bahia, as garras do terrivel Conde dos Arcos.

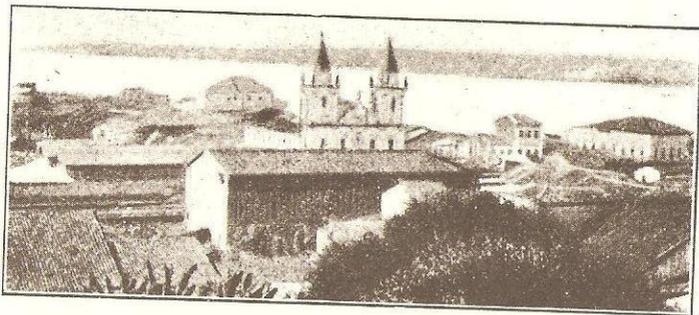


Conde de Arcos

Ao emissario faltou habilidade na propagação do incendio, fiando-se demasiado na cumplicidade do militar, julgando, talvez, de somenos importancia, a adhe-são civil. Para elle bastava a submissão da comarca inteira á pequena tropa de que dispunha o commandante das armas, apenas trinta soldados. Com esse trôço de militares tudo se havia de conseguir. E não pa-

rou na desfilada o ardente e infortunado patriota, tendo a comarca apenas como caminho de sua jornada. Seu fite era a Bahia, onde o aguardava a delação levada, previamente, ao governador cauteloso e rispido, columna da resistencia em que se apoiou a realza nesse transe tormentoso do seu dominio no Brasil.

Alagôas, pelos seus elementos genuinamente nacionalistas, não deixou de aceitar, cumplicianço-se, a subversão da ordem publica, que se operara em Recife, mesmo porque muitos a tiveram por facto consummado, como o affirmara o padre Roma.



Penedo

Victoriano Borges, com os seus 30 soldados, tomou, de impeto, a attitude a que se compromettera. Leu publicamente as proclamações e decretos do governo revolucionario, soltou os presos e, não tendo com quem medir forças, entreteve os seus arrancos patrioticos em destruir os symbolos da realza, em vez de procurar reunir os elementos civis, esparcos na comarca, para enfrentar a reacção realista inevitavel. E, poderia fazê-lo, porque em São Miguel, Penedo e outras localidades, onde as noticias haviam chegado adulteradas pela exaggeração do emissario, a ponto de suppor-se que a revolução se estendera a tolo o Brasil, depondo a realza, a subversão encontrou adeptos, uns mais ou

menos platonicos, outros puramente opportunistas, alguns arraigadamente sinceros e decididos a todos os sacrificios. Eram os homens principaes da comarca.

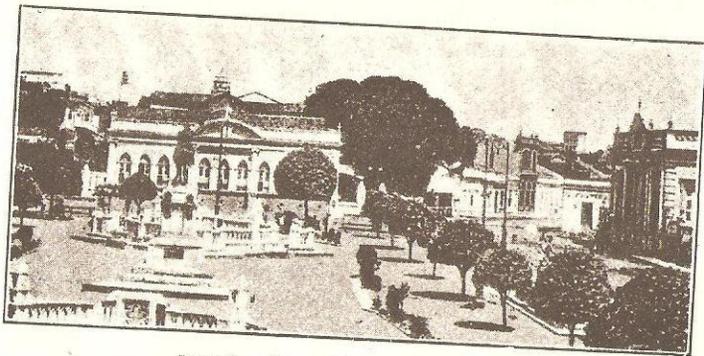
Ao povo, porém, á massa popular, nos povoados e engenhos, nos campos pastoris e nos rincões mais longinquos, aonde a nova sensacional ia chegando, celere e atemorizante, só não eram indifferentes os acontecimentos pela previsão das duras consequencias que a aventura acarretaria, se fracassasse. O povo amoitou-se, precavido, na comarca, na capitania toda. O revés da revolução attrahiria a inclemencia da justiça real; a victoria da revolta talvez lhe não mudasse a sorte...

Na comarca o exito da revolução foi entregue a Victoriano Borges. Mas o militar não esteve á altura da situação. Borges apressou-se em communicar ao Conde dos Arcos os acontecimentos, procurando preparar o campo de sua defesa futura, se o movimento fracassasse! O Conde, que era um homem, em toda a extensão moral do vocabulo, a 30 de março, falava claro ao commandante das armas: «Fique V. Mercê na certeza de que, a data de sua carta era a mesma das ordens expedidas a Sergipe de El-Rei, sobre as primeiras medidas que havia de tomar a semelhante respeito, e sendo consequentemente provavel que o porto de Pernambuco já se achasse rigorosamente bloqueado». E prevenia-o do fusilamento do padre Roma, da partida de tropas por Sergipe e com destino a Maceió e exigia-lhe essa coisa inaudita, unica capaz de suavizar a situação do commandante — que «com a espada em uma mão e a bandeira portugüesa na outra se reuna aos bravos que ahí mando encarregados de fazer adorar o sagrado nome de S. M. El-Rei Nosso Senhor e de punir de morte os rebeldes, na intelligencia de que sua ulterior conducta me proporcionará a occasião, para mim muito agradavel, de interpôr minhas humildes supplicas na Augusta presença de El-Rei Nosso Senhor, implorando de sua illimitada munificencia o perdão de algum momento

de desatino que irresistivelmente o tenha offuscado por algum espaço».

Para o ardente comparsa da revolução, que pretendia justificar-se perante o Conde dos Arcos, a carta era desconcertante. O perdão com que lhe acenava o Conde, elle bem sabia ser uma coisa demasiado problematica, para um homem que tanto se compromettera perante a realza «deixando que um simples clérigo, só e desarmando, sublevasse a comarca inteira». Pôr a espada em u'a mão e a bandeira portugueza na outra, para combater ao lado dos soldados do rei, era a condição humilhante que o Conde impunha ao militar rebellado. E se não a cumprisse, o exemplo estava dado — o padre Roma fôra fusilado...

E Victoriano Borges apavorou-se. Borges fugiu, em vez de pôr-se á frente dos elementos que sublevara, deixando-lhes da fuga um documento lamentavel. Aos seus cúmplices, porém, occultou os motivos verdadeiros da sua defeccão — a carta do Conde dos Arcos, aquella terrivel epistola que o punha entre dois fogos — a força que marchava contra a comarca, por Sergipe e Maceió, á qual elle devia reunir-se, e a justiça tremenda do rei, que o Conde dos Arcos, inclemente, representava naquella terrivel momento de ansiedade.



Maceió — Praça Deodoro da Fonseca

Se da Bahia estava Victoriano Borges assim aneado, não contara elle, na propria comarca, com um adversario formidavel, o ouvidor Antonio Ferreira Batalha.

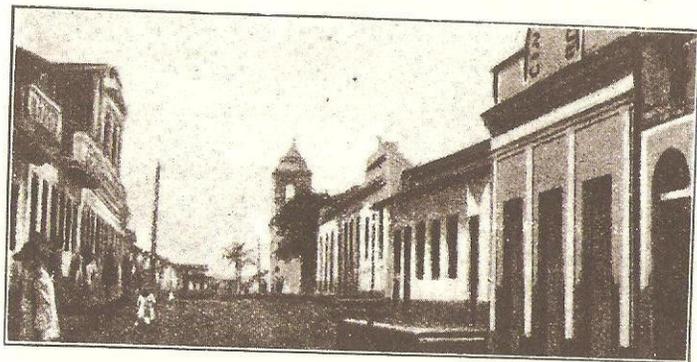
Intellectualmente, era o ouvidor como os demais magistrados que a metropole despachava para a sua colonia; moralmente, porém, era um homem de tempera forte, dominando pela energia e presteza vertiginosa de suas decisões e movimentos, senhor de si mesmo, dentro das formulas rigidas de sua autoridade. Como elle, naquella hora, em que vacillava o dominio portuguez, só o Conde dos Arcos. Ao rigor de sua lealdade á metropole e á fortaleza de aço da sua acção impetuosa deveu Alagôas a emancipação, que lhe foi outorgada, após o fracasso da revolução pernambucana; deveu-a como consequencia natural de uma situação politica que o ouvidor, infringindo a letra das leis vigentes, criara á propria comarca. Não foi o factor unico da emancipação, porque outro houve — a fuga de Victoriano Borges.

Parece que ainda ninguem, dentre os escavadores das nossas chronicas, se lembrou de integrar o esquecido magistrado na gratidão que lhe devemos, fixando-lhe a benemerencia dos serviços que prestou.

Achava-se Batalha em Atalaia, em correição, quando a noticia da sedição explodiu na comarca, sacudindo-lhe a vida modorrenta. As autoridades da villa das Alagôas, attonitas, induzidas pelo commandante das armas, contemporizaram com os factos taes quaes se apresentavam, sem appello nem agravo, impotentes, de resto, para a reacção, dada a attitude de Victoriano Borges, detentor da força e prestigio militar. A gente de Penedo tambem adherira e á frente della figuravam os proceres da localidade — Ignacio Francisco da Fonseca Calaça Galvão, Manoel José de Santanna, José Gregorio da Cruz, Miguel Veloso da Silveira Nobrega de Vasconcellos, Antonio Silva, a camara da villa em peso, unanime. Eram os elementos militares e as forças civis. Em São Miguel, um homem prestigioso e de um aprumo moral invariavel, o capitão Manoel Vieira Dantas, poz-se

à deanteira do movimento. Aqui e alli outras adhesões, mais ou menos calorosas. A comarca não dava demonstrações de lealdade á realza, como se tem asseverado. Essa lealdade patenteou-a, amplamente o ouvidor, espirito aferrado á ordem juridica, no rigorismo intransigente da applicação diaria da lei. E se revelou um homem admiravel de acção, dominando, elle só, a situação na comarca.

Impediu, em Atalaia, a leitura das proclamações e decretos do governo revolucionario, que lhe enviara o



Atalaia.

commandante das armas, insinuando-lhe a acceitação do facto, que tinha por consummado. E lá mesmo o ouvidor começou a apparellhar os elementos de resistencia á desordem, convocando os homens principaes, impondo-lhes o auxilio material que se fazia mistér na grave emergencia politica, correspondendo-se com os chefes e autoridades mais distantes e pondo-se em communição com o Conde dos Arcos.

Entrementes, em Villa Nova, fronteira e rival de Penedo, o Conde dos Arcos fazia rapidamente a concentração dos elementos militares de resistencia, prestes a marcharem sobre a comarca, pelo sul, para submittê-la,

enquanto, ao norte, forças procedentes da Bahia, por Maceió e Porto de Pedras, se juntavam aos contingentes que Batalha e as camaras leaes haviam reunido pressurosamente.

Batalha, assegurada a resistencia de que precisava, regressa á villa das Alagôas, marcando a sua intervenção no conflicto com dois actos de uma importancia capital, um dos quaes veio concorrer para a defeecção dos principaes proceres revolucionarios, já desalentados pela fuga de Borges — a desmembração da comarca da jurisdicção de Pernambuco e a constituição de um governo provisorio, que ficou formado por elle, ouvidor, pelo vigario Antonio Gomes Coelho e pelo tenente-coronel Francisco de Cerqueira e Silva.

O entusiasmo revolucionario, com a fuga do commandante das armas arrefecera; agora, as providencias do magistrado completavam a reviravolta da opinião.

Já não era segredo para ninguem a attitude do Conde dos Arcos. A comarca toda sabia do fusilamento do padre Roma, da concentração das forças leaes em Villa Nova, do bloqueio do Recife, da reunião de elementos militares em Maceió, Porto de Pedras e outros lugares. E toda gente logo percebeu que o acto do ouvidor, declarando a comarca separada de Pernambuco, judiciaria e administrativamente, seria a autonomia, que todos desejavam ardentemente.

Desadheriram todos, ou quase todos. Quase todos, porque a gente de Vieira Dantas, bello typo de caudilho que foi pae de um dos maiores sustentaculos da ordem legal, o Visconde de Sinimbu, essa, insubmissa, resistia.

E que não tivesse concorrido para essa transformação de opinião o gesto de Batalha, acenando á população com a autonomia, a attitude que agora tomavam os proceres alagoanos não seria para admirar nem censurar, porque, em Pernambuco, as coisas não se passavam differentemente. Quando os chefes mais graduados do movimento, reunidos no engenheiro *Paulista*, souberam da situação precaria de Recife, cada qual buscou

IRIS ALAGOENSE

JORNAL POLITICO, LITERARIO, E MERCANTIL.

Subscree-se para este periodico, em Maceio' na Typo-  
graphia Patriotica, rua do Commercio N.º 3 e na  
do Marcelino rua do Commercio; nas Alagoas, na lo-  
ja do Sr. Manuel Camargo da Rocha, e em Pernambuco  
na loja de Livros de Joaquim Nogueira de Abreu,  
na do Livramento, D. 10. O preço da subscrição  
é de 25000 rs. por trimestre, e vendem-se folhas avul-  
sas a 80 rs. nos sobreditos lugares.

Volons au salut de l'Empi-  
re! Volons au maintien de nos droits;  
Si le despotisme conspire,  
Complotons la perte des rois!...

A opinião publica acclamando os reis sem o sobre seu  
tronos os leuata' a contor-re nos livre- u' a no anth' it'a  
de legat. Volney, Cap. XIII.

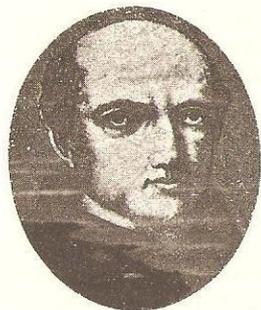
MACEIO' NA TYPOGRAFIA PATRIOTICA.

**C**ONVENCIDO das vantagens incalculaveis  
que a Federaçao, sancionada pela Asem-  
blea legislativa, devem resultar no Imperio  
em geral, e a esta Provincia em particular, a  
Sociedade Patriotica de Maceio adoptando a  
nova denominação de —Sociedade Federal—  
pela sessão extraordinaria de 14 e 16 do cor-  
rente annuo a uma proposta do Sr. Concelheiro  
e Membro da Commissão typografica Fran-  
cisco de Meira Lima, e desejosa de imitar o  
exemplo da Sociedade Irina de Pernambuco,  
emtorregou-me da redacção d'um novo Peri-  
dico intitulado —O FEDERALISTA ALAGOENSE—  
que prospecto sahira a luz no dia 4.º Feira  
2. de Fevereiro, or' o cento-se os Socios col-  
lectiva e individualmente a contribuir com  
sus postos, e influencia para continuação das  
publicações periodicas, baluartes inexpugna-  
vi da Liberdade Brasileira, e fontes inex-  
haustiveis d'instrucção, moral, e civilização  
tão urgentes em nossa Provincia.

O acontecimento funesto da noite de 23  
de Janeiro, sem diminuir o enthusiasmo que  
me anima a favor do Liberalismo, sempre me  
deixou n'uma especie d'indecisão á respeito  
da linha de conducta que pelo futuro me era  
prudente adoptar, a memoria da Sociedade de-  
zejava meo regresso, e accelerou a minha re-  
signação do honroso cargo que me fôra con-  
fiado, minha resolução era tomada, e os pre-  
parativos de minha vingem estão feitos, quan-  
do varios membros da mesma que me julga-  
rão sempre digno da contemplação dos Libe-  
raes, approvando a doutrina politica que pro-  
fesso, me manifestarão o desejo da maioria dos  
Patriotas de me ver permanecer n'esta Villa,

e continuar a redigir o Periodico da Provin-  
cia. No mesmo dia fui chamado pelo Sr.  
Presidente, que me tendo lido uma proposta,  
feita pelo Sobre dito Concelheiro, e immo-  
nente approvada depois de algumas mudifi-  
cações, me perguntou se, fiado na protecção  
da Sociedade quanto a minha segurança in-  
dividual, eu me determinava a aceitar as  
condições propostas, redigindo a gazeta da  
Provincia, e dirigindo os trabalhos typografi-  
cos. Sensivel as provas numerosas de estima  
e amizade que me manifestorao os Membros  
prezentes, mudei a minha determinação  
decidi-me a nao desamparar o meo posto, cor-  
quanto meos escriptos merecem a appro-  
vação dos verdadeiros amantes da Liberdade.

Antes porem de di continuar a publicação  
da Iris Alagoense, julgo de meo dever adver-  
tir aos assignantes, e leitores d'este periodico,  
que se elles examinarem com attenção os es-  
criptos que me tão pe-soas reconhecerem  
que nunca me desviei do fim que me finda  
proposto, e reflectindo que não convem a um  
escriptor liberal transigir com opiniões con-  
trarias destarçadas sob o veo especioso de  
Moderação —pregada com violencia— Obedi-  
encia exigida por mandaes que nunca conhe-  
rão obedecer, e — Iris, que livros do ficar  
salutar da Imprensa, seos mesmos orgaos se-  
rião as primeira a violar, convencer-se-ão  
que é de absoluta necessidade lefutar on-  
tophismos manhosos de inimigos occultos que  
entre nós residem, e isto com a energia e for-  
ça do raciocinio que obrigo os mesmos fingi-  
dos Liberaes a reconhecer que nenhum pro-  
veito podem derivar de escriptos insidiosos  
lo o que appareca um escriptor que arrio



Padre João Ribeiro

na fuga, por matos e veredas, em disfarces varios, a propria salvação. Só um homem não fugiu, preferindo a morte, que buscou com as proprias mãos, o grande padre João Ribeiro, a maior e mais gloriosa figura de 1817, com seu emulo Fr. Miguelinho, grande santo do nosso calendario civico.

Em Alagôas, militarmente, da fuga de Borges ás providencias do Conde dos Arcos e de Batalha, tudo estava perdido. Batalha desincorporando da jurisdicção de Pernambuco a sua comarca para annexá-la á da Bahia, e criando um organ de governo incompativel com um simples departamento judiciario, precipitara a transmutação do espirito publico. Fôra habil a sua attitude, porque ella, mais que os apresos militares do Conde e as suas proprias providencias deste caracter, concorreu para a transformação que se operara. Porque toda gente, desde logo, percebeu que,



Padre Miguelinho perante o Tribunal — Quadro de A. Parreiras

desfeita a tormenta, com o inevitavel desbaratamento das forças revolucionarias, mais facil seria a consolidação do acto do ouvidor, que criara, imprevisamente, a autonomia administrativa das Alagôas. Era essa autonomia que agora reunia a população em torno da autridade legal.

O Conde dos Arcos deu por bem feita a desannexação, approvando-a, por fim, o rei, «até a restauração de Pernambuco á qual depois ficaria sujeita». Não concordou, porém, com a constituição do governo provisório, porque um organ administrativo dessa natureza só as capitancias podiam comportar e Alagôas era uma simples comarca. Entretanto, o governo interino, apesar da desapprovação, continuou a agir, como um apparelho de facto da administração...

Agora, os que, na irreflexão da primeira hora, se haviam compromettido, sob a pressão das devassas já ordenadas, dos sequestros com que o Conde dos Arcos os ameaçava, das prisões que se faziam, do julgamento summario que, aterrorizando todos os espiritos, mandara fusilar o padre Roma, agora procuravam justificar o seu delicto.

A' chegada do marechal Cogominho, quase toda a comarca havia entrado na ordem legal. De Maceió e Porto de Pedras já haviam seguido os primeiros contingentes a combater a revolução e foi essa tropa a primeira que entrou em contacto com os rebeldes.

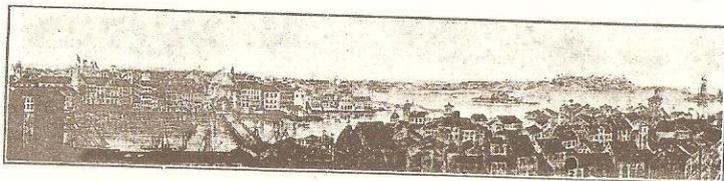
A energia e o tino do ouvidor obstaram que maior fosse a onda de sangue nesta parte da capitania. Não fôra elle, e a attitude dos habitantes teria tomado outra directriz. A soldadesca de Cogominho teria sacrificado muito maior numero de vidas preciosas e Alagôas teria retardado o advento da sua autonomia, senão jungida a Pernambuco, sujeita á Bahia. A justiça fez boa colheita em Alagôas. Dentre outros, foram presos e recolhidos aos carceres da Bahia — o coronel Ignacio Francisco da Fonseca Calaça Galvão, o major Miguel Velloso da Silveira Nobrega de Vasconcellos, o capitão-mór José

Gregorio da Cruz, Manoel Lucas, de Penedo; Manoel Luis das Chagas, de Coruripe; Antonio Firmiano Brasileiro Carioca, de Maceió; o capitão-mór Nicolau Paes Sarmiento, de Porto de Pedras...

Na barra do Jequiá foi preso e esartejado o patriota Antonio Leão!

A 16 de setembro do mesmo anno, o governo sancionava o desmembramento levado a effeito pelo illustre Ferreira Batalha. Alagôas entrava para a commu-nhão brasileira com os fóros de capitania.

O Decreto Real que lhe confere essa investidura não deixa perceber, como se tem dito, visar o governo o enfraquecimento de Pernambuco. Criava-se a capi-



Recife em 1817

tania das Alagôas porque assim convinha — diz o Decreto — «ao regimen deste reino do Brasil e a prosperidade a que me proponho eleva-lo». E' provavel que o enfraquecimento de Pernambuco, operando-se pela diminuição de seu territorio e população, tivesse sido uma das razões da criação da capitania. Mas não seria, e não foi, a razão precipua do acto real. Porque esse enfraquecimento poder-se-ia effectuar, annexando-se a comarca das Alagôas á Bahia.

Muito menos o acto real foi galardão á lealdade da comarca, como disse o eminente Candido Mendes, opinião em que outros se têm fundado, embora o erudito geographo e historiador não invocasse em abono de sua affirmativa documento algum. E documento nesse sentido não existe. Porque essa lealdade á corôa se não verificou. O que se viu, á noticia da sublevação per-

nambucana, foi a solidariedade da comarca á revolta, pelo orgam incontestavel de seus homens mais representativos, pois, na comarca, nos seus centros de vida mais intensa, como em Recife, o sentimento de independencia nacional vivia latente em todos os corações. Essa solidariedade, que explodiu nas primeiras horas do levante, retrahiu-se á fuga de Victoriano Borges e acabou por desfazer-se, cautelosamente, ante a attitude de Ferreira Batalha, para que não fosse prejudicada a autonomia da comarca, aliás já solicitada pela Camara da villa de Maceió. A revolução retardou a decisão do rei ao pedido da Camara, decisão que só podia ser favoravel, porque o desenvolvimento da comarca justificava amplamente a constituição de uma nova capitania.

Completo o cyclo da formação geographica, constituida uma sociedade independente da influencia do Recife, depois da criação da comarca, factores economicos haviam dado ao territorio alagoano os elementos indispensaveis á sua autonomia. Em 1817, Alagôas, simples comarca, contava oito villas e a sua população seria de cem mil habitantes. O primeiro inquerito censitario presidido pelo ouvidor Batalha, apurou 89.589 almas. Em 1819, o segundo recenseamento contou 111.973 habitantes. Ecclesiasticamente, dividia-se em 10 freguesias. A sua industria assucareira, base principal da sua economia e da riqueza da sua população, exercitava-se em cerca de 200 engenhos, sendo que só Porto Calvo, o maior centro assucareiro da comarca, contava perto de 100 fabricas. A vida agricola prosperava ainda pela cultura do algodão, do fumo, da mandioca, de varios cereaes. Havia uma intensa exploração da riqueza vegetal — em madeiras de construcção civil e naval, em plantas resinosas e tinturiae, oleoginosas e texteis. Seus campos pastoris povoavam-se de gado vario e eram fontes de riqueza da população da zona sertaneja. O commercio já era vasto e prospero. Seus homens representativos da mesma mentalidade dos de Recife.

Com esses factores de progresso material, social e

político, a emancipação foi um facto natural, infungivel, e dar-se-ia com a revolução de 6 de março ou sem ella. A revolução apenas precipitou o acontecimento inevitavel e essa precipitação não foi devida á lealdade manifestada á realza, porque essa lealdade não se verificou.

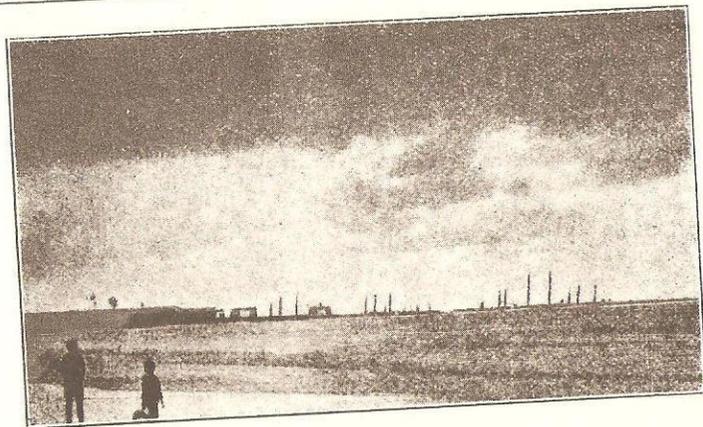
Não foi tambem a emancipação o premio de uma felonia, como disse o illustre Pereira da Costa. A revolução fez-se á revelia dos homens de responsabilidade da comarca e, mesmo assim, muitos delles se comprometteram seriamente e outros só procuraram a salvação de suas pessoas e bens quando Victoriano Borges os abandonou e elles comprehenderam que seria rematada loucura persistir na luta contra os poderosos elementos de reacção militar mandados contra a comarca pelo Conde dos Arcos.

## IX

### De Povoas á abdicação

Só a 27 de dezembro de 1818, Sebastião Francisco de Mello e Povoas, nomeado governador da nova capitania pelo mesmo decreto que a criara, desembarcava no porto de Jaraguá, onde o conduzira um veleiro directo do Rio de Janeiro.

Maceió era ainda uma pequena villa. Sua physionomia, no conjunto de ruelas e habitações rusticas, com a matta á beira do casario, o pantano da Bocca de Maceió e os mangues da lagôa, se não era de animar ao cortesão, não seria de scandalizar ao governador. Povoas, anteriormente, governara a capitania do Rio Grande do Norte e, decerto, se afizera á rudeza da terra e dos homens. Demais, aquillo, que já era alguma coisa no deserto litoraneo, fôra obra genuinamente portugue-



Praia de Jaraguá

sa, firmando a conquista do solo e sobre elle o dominio lusitano. Cada povoado que se criava na immensidão do Brasil, ao redor do engenho de assucar, do monjolo, da estancia pastoril, da feitoria, que se fundava para defender a soberania portugueza das investidas da pirataria; cada povoado que surgia, arruado em labyrintho assegurador da defesa militar, não representava somente a obra formidavel da pequena nação que se aposara da maior porção do continente e a conservava homogenea e integra; era a reviviscencia da physionomia do proprio Portugal, o seu typo architectural, os seus costumes, a sua sociedade, a sua fé religiosa, a propria aima portugueza, sob os esplendores do céu tropical, palpitando, vivendo, dominando...

O senado da camara logo se apressou em pedir a Mello e Povoas elegesse Maceió séde do governo, que se ia estabelecer, apresentando-lhe as vantagens que ella offerencia á primeira vista. Sem desdenhar do pedido, porque a acuidade mental do governador não se despercebera dessas vantagens, todavia a vereação lhe pareceu intempestiva e não lhe mereceu assentimento

immediato. A séde do governo, oficialmente, tinha de ser a velha villa das Alagôas, por ser cabeça da comarca ha mais de 100 annos. Povoas bem percebeu que, deferir, assim, de impeto, o requerimento da camara seria levantar contra sua autoridade o espirito regionalista da villa legendaria, ferido abruptamente por uma preferencia irritante. Sua residencia ficaria onde ella se fizesse necessaria á direcção technica das obras de defesa militar da capitania.

A 22 de janeiro de 1819, Mello e Povoas, na matriz de N. S. da Conceição, das Alagôas, «em presença da camara, do clero regular e secular, dos officiaes maiores e menores de guerra, milicias e ordenanças, da nobreza e do povo, tomou posse do governo da capitania, com as solemnidades em taes actos praticadas».

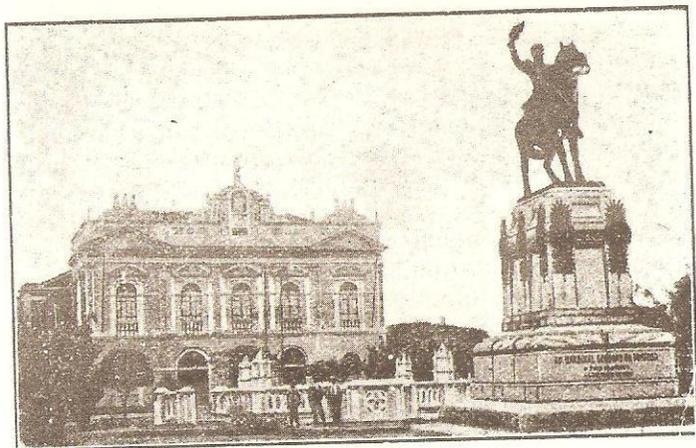
Empossado, Povoas tinha de estabelecer o aparelho administrativo e fiscal consequente da autonomia. Principalmente o serviço do fisco, porque a

arrecadação dos tributos reaes era, para a corôa, a questão capital. As repartições fiscaes tinham de ser installadas em Alagôas ou Maceió. Eram, das oito villas da capitania, as unicas que podiam disputar a primazia de séde de taes repartições. Povoas, habilmente, pediu pareceres, livrando-se do dissidio que se levantava entre as duas villas rivaes, uma apresentando os seus fóros seculares de criação e cabeça de comarca, a outra offerecendo as vantagens irrecusaveis de sua situação topographica e de seu magnifico ancoradouro. Vieira Perdigão, que viera para o serviço do fisco, emittiu sua



Alagôas - Matriz de N. S. da Conceição

opinião, num parecer notavel pela elevação da fórma e procedencia dos fundamentos. Foi contrario a Alagôas. Era esta, enfim, a opinião do governador; mas Povoas queria eximir-se da responsabilidade directa da preferencia. Remetteu o parecer de Perdigão ao ouvidor da comarca, desembargador Ferreira Batalha. O magistrado que decidisse. E a opinião do magistrado foi conforme á do funcionario do fisco. Era uma opinião de peso, não só pelo prestigio de sua autoridade, como pelo conhecimento directo e pessoal da capitania.



Maceió — Estatua e Theatro Deodoro

Povoas, pois, optou pela villa de Maceió, e, pretextando urgencia na installação das repartições fiscaes e no inicio das obras de defesa militar, retirou-se das Alagôas e a 30 de janeiro chegava a Maceió.

No mesmo dia foi installada a Junta da Real Fazenda. Como repartições subordinadas foram criadas — a Alfandega, a Casa de Arrecadação, a Inspeção do Assucar e Algodão, peças complementares da engrenagem fiscal. Em Penedo e São Miguel foram estabeleci-

das Mesas do Consulado, para facilitar a entrada e saída de mercadorias por esses dois portos intermediários.

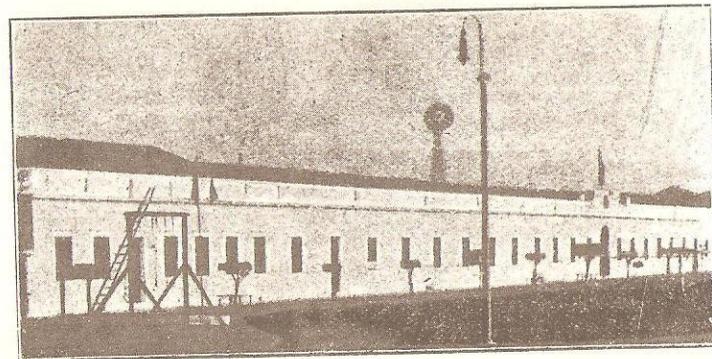
Não encontramos documento algum, nas diferentes pesquisas que fizemos, que, pelo menos, nos desse uma idéa do volume commercial das Alagôas, ao tempo de Povoas, para ajuizarmos da importancia da sua produção e operações mercantis exteriores. E' que o commercio marítimo pelos diferentes portos da comarca era exclusivamente de cabotagem, exercendo as praças de Recife e Salvador ascendencia commercial sobre todas as villas e povoações alagoanas — a Bahia supprindo a região do São Francisco, e Pernambuco abastecendo o resto do territorio, por intermedio de Porto Calvo, Maceió e Alagôas. Como bahiana e pernambucana, nas estatísticas de exportação, figurava a nossa produção. Depois para Recife se encaminhou a produção das Alagôas, quer se destinasse ao estrangeiro, quer ao consumo do paiz, para lá ser dizimada nas respectivas repartições aduaneiras. Lá, consequentemente, passaram a ser registrados os valores do nosso commercio e da nossa agricultura. De maneira que, não só administrativamente, também commercialmente, a autonomia da comarca alforriava-nos da servidão secular, libertando-nos do monopólio commercial e da exclusividade marítima, para os effeitos de exportação, que Pernambuco exercia e eram o onus terrível que se impunha á comarca, encarecendo a vida da população e empecendo os surtos do seu progresso.

A vassalagem fôra demasiado longa e criara raizes profundas. As relações commerciaes continuaram por muito tempo directas com Pernambuco e Bahia, que eram os intermediários da collocação commercial dos nossos productos no estrangeiro e os abastecedores dos generos necessarios ao trabalho, á vida, ao conforto nas Alagôas. A libertação teria de operar-se lentamente. Não sabemos quando começaram as relações commerciaes directas com a Europa. Portugueses eram os maio-

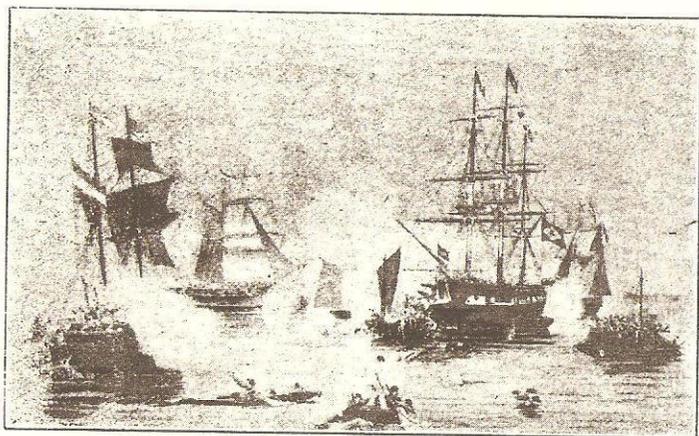
res commerciantes da comarca e, naturalmente, franqueados como estavam os portos do Brasil ao commercio de todas as bandeiras, pouco, no interesse proprio, elles começaram a importar directamente de Portugal, primeiro, da Gran Bretanha, depois, os generos de seu commercio, os vinhos, os azeites, os pannos de lã e de algodão, os linhos, os chapéos, as ferragens, as quinquilharias.

Mello e Povoas, montada a machina da administração, cuidou seriamente da defesa militar da capitania, em geral, e do porto, em particular. Dando cumprimento ao decreto de 20 de julho de 1818, criou duas companhias de infantaria com 232 homens e uma de artilharia com 109. Nos «areaes em frente á barra, onde permanece agora a enfermaria militar», lançou os fundamentos do forte de *S. João*, com 4 peças de calibre 24. Em Jaraguá, no lugar onde hoje está, mais ou menos, a Escola de Aprendizes Marinheiros, levantou o forte de *São Pedro*.

O Conselho Ultramarino, querendo aproveitar a riqueza florestal das Alagôas, que possuía, «com muita abundancia, madeiras para construcção de qualquer vaso de guerra, por maiores que fossem», deu ao governador



Jaraguá — Escola de Aprendizes Marinheiros

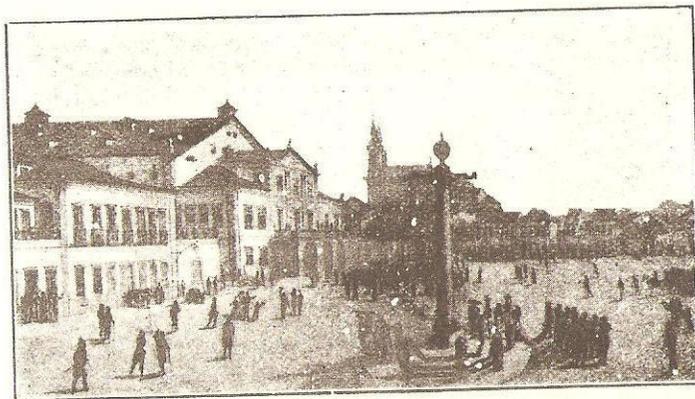


Defesa da Corveta « Maceió »

a incumbencia da construcção de uma corveta. Foi a corveta *Maceió*, lançada ao mar em setembro de 1823, e que daqui largou sob o commando de D. Francisco de Souza Coutinho, o futuro Marquês de Maceió. Outro navio, posteriormente ao governo de Povoas, foi construído nos estaleiros de Pajussara, o *Sete de Setembro*, que depois se chamou *São Christovam*.

Proclamada a constituição portuguesa, cessando as attribuições de Povoas como capitão general, transferiu-se elle para a villa das Alagôas, e a 11 de junho de 1821 foi eleita a 1.<sup>a</sup> Junta de Governo, composta de 9 membros, que foram — Mello Povoas, presidente, ouvidor José Antonio Ferreira Braklamy, vigario Antonio Gomes Coelho, coronel Francisco de Cerqueira e Silva, tenente-coronel Manoel Duarte Coelho, tenente-coronel Antonio José dos Santos, capitão de ordenanças José Moreira de Carvalho, advogado José de Souza Mello e Luiz José Lopes Couto.

Sob essa Junta foi eleita a representação das Alagôas ás côrtes de Lisboa. Os escolhidos foram o coro-



Aprovação da Constituição Provisoria no Rio de Janeiro - 1821

nel Francisco Manoel Martins Ramos, varão de predica-dos insignes, o padre Francisco de Assis Ribeiro, uma das figuras mais notaveis dos primeiros dias da provincia, e o advogado Manoel Marques Grangeiro.

O movimento de independencia agitava vivamente todos os espiritos, e na capitania os patriotas estabeleciam a separação, que mais tarde havia de produzir serios disturbios, entre brasileiros e portugueses. O governador, a 2 de abril de 1821, reúne todos os altos funcionarios da capitania, convoca as camaras de Alagôas e Maceió e, nesta villa, recebeu de todos a promessa de obediencia ao rei. Assim, por esse compromisso de fidelidade, Povoas, portugês e militar, depositario da confiança da corôa, senhor da força na capitania, procurava sopitar os anseios de independencia nacional, que tumultuavam na consciencia alagoana.

O problema politico-administrativo discutia-se acaloradamente em Portugal. A disposição em que se achavam os elementos reaccionarios, que preponderavam nas côrtes, em relação á modificação do regime administrativo do Brasil, restringindo-lhe os organs já conside-

raos essenciaes ao seu progresso, vindos com a transplantação da séde da monarchia, fustigava de frente o brio nacional, levantando por toda parte um clamôr unisono de revolta.

Eram as vespéras da independéncia, ou melhor, era já franca independéncia.

Em Alagôas sentia-se intensamente o prurido nacionalista. O acto de Povoas, fazendo as camaras e o functionalismo renovarem seus juramentos de fidelidade a Portugal, significava uma reacção á corrente revolucionaria que se levantava.

Povoas retira-se para Portugal, por força da lei de 1.º de outubro e decreto das côrtes de 29 de setembro. Governara a capitania de 22 de janeiro de 1819 a 11 de julho de 1821, como governador e capitão general, e dessa data a 31 de janeiro de 1822, como membro presidente da 1.ª Junta de Governo. Terminara dignamente sua missão, com brilho para seu nome e proveito para a capitania.

Elege-se então nova Junta. Compuzeram-na o ouvidor José Antonio Ferreira Braklamy, presidente; José de Souza Mello, secretario; Manoel Duarte Coelho, Nicolau Paes Sarmento e Antonio de Hollanda Cavalcante, vogaes.



Príncipe D. Pedro

A aclamação de D. Pedro como Protector e Defensor Perpetuo do Brasil scinde a Junta. Braklamy e Coelho acolhem com animadversão a noticia do acontecimento. A Junta, ostensivamente, oficialmente, desobedece ao príncipe. O poder que ella reconhecera era o das côrtes de Lisboa. A divergencia solapa a harmonia governamental, cavando sulcos profundos de despeitos e desconfianças, e, por fim, irrompe no ambiente popular o antagonismo reinante entre os homens da administração. A 28 de junho deu-se a explosão inevitavel dos sen-

timentos populares em ebulição. Um homem prestigioso dispôz-se a dar um paradeiro áquella situação vacillante e, por isso mesmo, insustentavel, pondo-se á frente de uma sublevação — Jeronymo de Albuquerque Maranhão, rico proprietario em Maceió. Reuniu e armou para mais de 400 homens e com elementos de São Miguel e Porto de Pedras, invadiu a capital. Não houve resistencia. Braklamy e Coelho foram excluidos da Junta e substituidos pelo juiz de fóra de Penedo, Dr. Caetano Maria Lopes Gama, mais tarde senador do Imperio e Visconde de Maranguape, que ficou na presidencia, e pelo proprio Jeronymo de Albuquerque.



Visconde de Maranguape

Fez-se, então, no mesmo dia, solennemente, a aclamação do príncipe D. Pedro, tendo concorrido para esse interessante episodio, apesar de português, o major commandante de artilharia, José Eduardo Pereira Collaço Amado, amigo extremoso do Brasil, principalmente das Alagôas, onde residiu 15 annos. A Junta, porém, se não limitou a esse acto de magno relevo historico no momento politico. A paixão desvairava os mais ponderados e avessos á exaltação; não se admittia meio termo. Contra os *pés de chumbo*, alcunha escarninha designativa dos portugueses, fremia o rancôr popular. Todos os funcionarios lusitanos, civis e militares, foram sumariamente demittidos e despachados para Portugal. Apenas Collaço Amado, pela sua actuação militar de grande relevo, pela sua solidariedade no movimento, pela importancia dos seus serviços e pelas provas constantes do seu amor á terra das Alagôas, apenas elle escapou á exaltação daquella hora.

E não foi tudo: Souza Mello foi enviado ao Rio de Janeiro com a missão de significar a D. Pedro os sentimentos de fidelidade da capitania.

Essa attitudo das Alagôas, francamente hostil ás côrtes de Lisboa repercutiu naquelle parlamento. Foi Alagôas a primeira provincia que se insurgiu assim, ostensivamente, contra a metropole, constituindo um governo essencialmente brasileiro e depondo de suas funcções publicas dezentas de portuguezes. As côrtes declararam a capitania, conjuntamente Ceará, Parahyba, Pernambuco, Rio de Janeiro e S. Paulo, sem direito á representação e despediram seus deputados.

A proclamação da independencia não acalmou os animos. A campanha contra o elemento portuguez intensificou-se, ao mesmo tempo que a dissençaõ politica interna, solapando a provincia na sua vida administrativa e impedindo o seu aparelhamento economico, por um conjunto de medidas governamentaes em que se empenhassem todos os homens de boa vontade, dividia os espiritos.

A sedição de Porto Calvo, consequencia desse mesmo dissidio, em novembro de 1823, apeia do poder a Junta do Governo, substituindo-a pela que fôra lá aclamada — Padre Lourenço Wanderley Canavarro, presidente; advogado Antonio Mauricio do Amaral Lacerda, secretario; major Bento Francisco Alves, Luis José de Almeida Lins e Joaquim Mauricio Wanderley, vogaes. Não houve reacção. De posse do governo, a Junta sediciosa provisoria, convoca o eleitorado e a 31 foi eleita a Junta definitiva — Vigario Francisco de Assis Barbosa, presidente; padre José Vicente de Macedo, secretario; coronel Francisco de Cerqueira e Silva, capitão-mór Manoel Joaquim Pereira da Rosa e capitão de milicias Tertuliano de Almeida Lins, vogaes.

Tudo voltara á normalidade, quando, em 1824, irrompeu em Pernambuco a revolução chefiada por Manoel de Carvalho Paes de Andrade.

Essa sublevação teve larga repercussão nas Alagôas. Chefiou-a na provincia, o capitão Manoel Vieira Dantas, com os seus filhos, Manoel Duarte Ferreira Ferro, depois Barão de Jequiá, Francisco Frederico Vieira

da Rocha, então 2.º tenente de artilharia, seu genro Jeronymo Cavalcante de Albuquerque, e outros amigos e parentes.

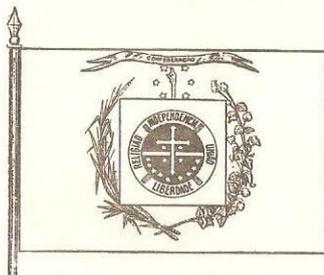
Dantas fôra uma figura de relevo na revolução republicana de 1817. Agora, pela Republica resurgia na provincia. O seu immenso prestigio arrastara a solidariedade das populações de São Miguel e Anadia, tornando-se esta cidade o centro da revolução em Alagôas, com uma junta governativa em plena actividade revolucionaria. O governo imperial não esteve com pannos mornos. Reagiu com violencia, espalhando por toda parte o terror e a morte. Travaram-se combates em Palmeira dos Indios, em Anadia, em São Miguel de Campos. Ahi, Oliveira Bello, á frente de numerosas forças da 1.ª linha, de milicias, de indios paisanos, com algumas boccas de fogo, conseguiu desalojar os rebeldes, após uma luta fornidavel, evitando que elles marchassem sobre a capital para depôr o governo. Ao mesmo tempo que eram rechassados em São Miguel, os soccorros vindos de Pernambuco estacionavam a duas leguas de Atalaia, sem poderem atravessar o Parahyba, cuja margem opposta estava occupada por forças legalistas.

Tanto na revolução de 1817 como na de 24 é notavel o papel de D. Anna Lins, mulher de Vieira Dantas. Na primeira, ella foi, ao lado do esposo uma collaboradora prestimosa e destimida. O seu papel, nessa etapa da vida do casal, foi accentuadamente patriotico. Enquanto o marido tomava providencias tendentes ao exito da revolução, ella, intelligentissima, teve a seu cargo a propaganda das idéas revolucionarias, percorrendo as cercanias, de engenho a engenho, a convencer, pelo proprio exemplo de coragem, que ella dava, aliciando adeptos, alistando servidores de toda sorte para a revolu-



Paes de Andrade

ção. «Fez jurar bandeira, *sob promessa de liberdade, os escravos de sua fazenda e dos engenhos circunvizinhos.*»



Bandeira da Confederação do Equador

*nimbú* foi o baluarte da resistencia republicana na provincia.

Batidas as hostes revolucionarias de São Miguel, que Vieira Dantas commandava, perseguidos a ferro e fogo os combatentes em debandada, D. Anna Lins entrincheirou-se na casa do engenho, defendendo heroicamente a sua liberdade. Ao seu lado um ou outro amigo e os seus escravos. A' fusilaria e ao canhoneio ella resistiu enquanto teve munição. Disputou com estoicismo a sua liberdade, a sua vida e a vida dos filhos menores, um dos quaes havia de ser um dos maiores homens do Brasil — o Visconde de Sinimbú. Quando se acabou o ultimo cartucho, D. Anna Lins fez tremular a bandeira branca. Rendêu-se. Tudo ficara em ruinas. Os cannaviaes foram destruidos pelo fogo, a casaria destruida pela metralha, nos campos, mortos e feridos. D. Anna Lins foi presa e recolhida á cadeia da cidade das Alagôas, com o seu filho João Lins. Seu marido e seu filho Frederico, foram presos e conduzidos aos carceres de Recife. Manoel Duarte conseguiu foragir-se. Vieira Dantas foi condemnado á morte, sendo a sua pena mais tarde commutada em degredo para o rio Negro, no Amazonas. Seu filho Manoel Duarte, indo a Recife, conseguiu dar-lhe evasão, dramaticamente, da fortaleza do Brum.

Coube a D. Nuno Eugenio de Locio Seibliz, 1.<sup>o</sup> presidente da provincia, a ardua missão de apaziguar os espiritos desavindos pelas lutas intestinas da provincia.

Os successos que se remataram com a abdicação ecoaram intensamente na provincia e quando chegou a noticia de que o Imperador, cedendo antes aos impulsos do seu character do que aos clamores da opinião publica, se retirara do Brasil, abdicando seus direitos majestaticos na pessoa de seu filho, o povo, em Maceió, percorreu as ruas, pacificamente, dando mostras do seu contentamento. A multidão, porém, insuflada pelos cabeilhas lusophobos, desvairou-se e, á noite, de surpresa, ataca o quartel do 4.<sup>o</sup> corpo de artilharia montada e apodera-se de todo o armamento e munições existentes, sem resistencia. Entre os cabeças do movimento estavam Antonio Firmiano Brasileiro Carioca e o padre Francisco do Rego Baldaia. O commandante das armas, Furtado de Mendonça, acobardou-se deante da desordem. Preso em sua residencia, appellou para o presidente da provincia, Visconde da Praia Grande, rogando providencias que puzessem cõbro aos excessos populares.

A sublevação, cujo exito se deve á presença de



São Miguel dos Campos

elementos militares, ficou senhora da situação e ditou ordens, ao proprio presidente. Penedo, Atalaia, São Miguel, a propria capital secundam o movimento, exigindo do governo a demissão dos funcionarios portuguezes e a sua retirada da provincia. O Conselho Geral, convocado, accede ás imposições populares. Mas a medida de demissão em massa não alcança toda a provincia, limitando-se áquellas localidades cujas camaras a haviam pedido. Percebe-se a repugnancia do Conselho na adopção da violencia.

Em Maceió, a multidão recebeu festivamente a decisão. Festas durante dias e apupos aos lusitanos, que se refugiavam no interior de suas casas, receiosos dos excessos, buscando refugio nas mattas e nos templos. O commercio, na quase totalidade de portuguezes, fechou, porque os negociantes se foragiram. Foram dias tragicos esses dos portuguezes em Maceió. E quando, aportando em Jaraguá um veleiro, se tinha de executar a deliberação do Conselho, o povo, amotinado, arrancava de suas residencias os portuguezes e sob os apupos e insultos da plebe desvairada aquella gente embarcou. Fugindo á ira popular, muitos foram para bordo a nado, enquanto, ao longo da praia, a multidão ululante e feroz gosava aquelle espectaculo inedito pela sua violencia.

Rei morto, rei posto... Os mesmos homens do governo da provincia, que, apenas um anno antes, enviavam á côrte a Manoel Lobo de Miranda Henrique para, em nome do Conselho, beijar as mãos do Imperador, solidario com a sua politica absolutista, desmandavam-se agora em excessos jacobinos, hostis aos mesmos elementos que ampararam a causa do monarcha abdicante.

As medidas de reacção jacobina tomadas pelo governo e as hostilidades, senão autorizadas, toleradas, ostensiva e diariamente feitas aos portuguezes, longe de estabelecerem a harmonia, pela qual todos diziam bater-se, fizeram irromper novos successos, que ensanguentaram a provincia e arruinaram o thesouro publico.

O que se passava em Alagoas era, aliás, o reflexo



P. Diogo Antonio Feijó



D. Pedro II aos 14 annos

da anarchia reinante em todo o paiz, contra a qual foi impotente o pulso de ferro de Feijó, e só com a precipitação da maioridade do segundo imperador, pouco a pouco, desapareceu.

O partido absolutista, que se criara em Pernambuco, sob a orientação do desembargador Gustavo Pantoja e coronel Martins Dourado, o celebre partido *Columna*, primeiramente circumscripto ao territorio pernambucano, acabou fazendo proselytismo vasto nas Alagôas, onde sempre repercutiram todas as lutas do vizinho Estado. Eram exactamente os adeptos do *Columna* os elementos rechaçados pelos motins anteriores e attitudes, nem sempre justificaveis, do proprio governo. E a *cabanada* assolou as Alagôas, ensanguentando-a e empobrecendo-a por muitos annos. Amparou-a o *Columna*. Chefiou-a na provincia Vicente Ferreira Tavares Coutinho, que, sob o nome de Vicente de Paula, se tornou um guerrilheiro do banditismo, temivel em toda parte. A proclamação que Vicente de Paula, em 16 de novembro de 1833, dirigiu aos alagoanos deixa claros os fins politicos da terrivel jornada sertaneja, que flagelou a população das Alagôas.

O documento resume toda uma época, com a sua efferescencia partidaria, os seus choques sangrentos

raçando pelo banditismo, todo o odio accumulado nos corações, explodindo fragorosamente nas terras das Alagôas, ensanguentadas e assoladas pelo caudilho, desfraldando, impavido, o estandarte da rebelião, pelo rei que se fôra e pela politica que implantara no paiz, scindindo-o profundamente. Vicente de Paula era o campeão do absolutismo; os outros, os que agora se lhe oppunham, levantando legiões para combatê-lo, em nome da ordem, em nome da Constituição, haviam sido como elle absolutistas, quando Pedro I era todo poderoso, para se tornarem, por fim, na sua intransigencia politica, os causadores da propria anarchia.

— ooo

## X

### A mudança da Capital

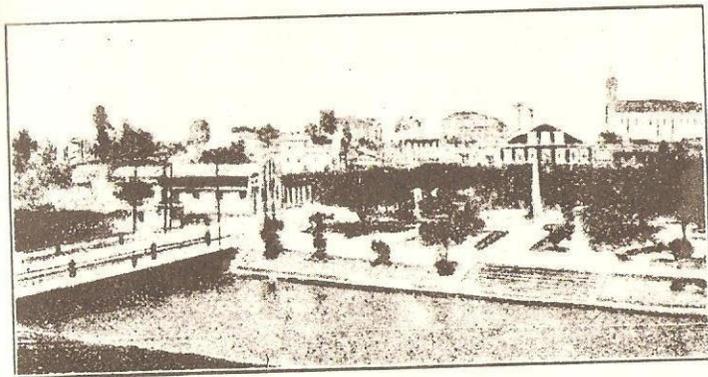
Em abril de 1839, empossava-se no governo da provincia o Dr. Agostinho da Silva Neves e no correr de sua administração registrou-se a sedição que deu lugar á mudança da capital para Maceió.

Alagôas se entregara aos desregramentos da politicagem, fazendo a politica de discordias, vivendo da politica exaltada dos grupelhos, na incomprehensão das necessidades economicas da provincia.

Sentia, de resto, a sua decadencia e para não remata-la com o desmoronamento da sua supremacia politica, levantou-se de armas na mão para obstar a mudança da Thesouraria de Fazenda para Maceió.

Ao chegar a ordem imperial para que se fizesse a transferencia, appondo-lhe, como era de seu dever, o respectivo *cumpra-se* o presidente da provincia, a camara logo se reuniu e o povo se amotinou.

O presidente, informado da attitude da camara,



Maceió — Ponte dos Fonsecaes e Praça Sinimbú

procurou dissuadi-la de qualquer pronunciamento hostil á ordem de transferencia. O lembrete presidencial desagradou-a. Na rua insuflava-se o povo. Promovia-se uma representação no sentido de se conseguir do presidente a suspensão do cumprimento da ordem. Assignaram-na 106 pessoas e no dia seguinte — 27 de outubro — o juiz de paz a entregava ao presidente. Entre o emissario do povo e o chefe do governo ficou assentado que a petição seria despachada dois dias depois, não tendo, porém, o presidente occultado o seu proposito de executar a ordem do governo geral.

Já a multidão começava a dispersar-se, quando o Dr. José Tavares Bastos, magistrado, lhe dirigiu a palavra, exprobrando o procedimento do presidente, taxando-o de inimigo do povo. Essas accusações formuladas por um homem prestigioso e culto, produziram o incendio. A multidão dirigiu-se ao quartel e ao almoxarifado em busca de armas. Conteve-a o juiz de paz. O presidente, porém, procurou, como era natural, impôr o respeito á sua autoridade por um acto de força. Demittiu e effectuou prisões. Essa attitude, em vez de acalmar os animos, mais os excitou. Os cabeças da sedição accendiam o facho da revolta. E a 29, o major

Manoel Mendes da Fonseca, militar prestigioso, então no exercício do cargo de juiz de direito, pôz-se á frente da tropa e declarou o presidente prisioneiro em palacio. A sua liberdade dependia da sua transigencia; mas o presidente não transigiu com a desordem.

Pode dar-se a Silva Neves a responsabilidade destas occurrencias exactamente pela sua intransigencia, não quando a bernarda explodiu, tendo á sua frente o major Mendes da Fonseca; mas quando o povo lhe representou um desejo razoavel — a sustação do cumprimento da ordem até que a camara levasse sua reclamação ao poder competente. Essa attitude é que fez Tavares Bastos perder o aprumo das suas responsabilidades, arengando á multidão censuras asperas ao presidente.

Com a desordem na rua, a multidão invadindo os quartéis e a soldadesca sublevada, é que a transigencia não era possivel. O presidente foi inflexivel. Sem elementos para restabelecer a ordem e sua autoridade, coacto pela tropa dentro do palacio do governo, Silva Neves acceitou os factos como elles se apresentavam na sua inexorabilidade e virulencia — ficou prisioneiro da tropa.

No mesmo dia a camara officiou ao presidente, pedindo-lhe, a «bem da tranquillidade publica» deixasse de «continuar no exercício da administração da provincia, medida esta reclamada pelo povo e tropa reunidos, ficando V. Exa. — dizia a camara — responsavel para o governo por qualquer rompimento que se possa seguir por causa da negativa de V. Exa., visto que ella concorrerá para consequencias ltuosas, e mais que tudo derramamento de sangue brasileiro».

O presidente, de facto, estava fora do exercício de suas funcções, desde o momento em que ficou prisioneiro em palacio e cercado pela tropa; a camara queria, porém, que o presidente declarasse officialmente a sua renuncia, para que o Dr. Tavares Bastos assumisse legalmente o governo, na qualidade de 5.º vice-presidente

e unico dos substitutos presentes. Tavares Bastos fôra para isso convidado pela camara, mas, elle que ateiara o incendio, recuou ante a responsabilidade. — «Duvido todavia e repugno em assumir as redeas da administração desta provincia, como vice-presidente, juramentado e mais proximo, para o que me convidão V. Mcs., visto que o actual presidente Dr. Agostinho da Silva Neves, não se tem declarado impedido, ou fôra do exercício de suas funcções». Dahi o officio-ultimatum da camara ao presidente. Silva Neves seguiu o caminho que lhe indicava a prudencia: satisfez a camara, visto que, pela coacção em que se achava, não podia continuar na administração da provincia. Queria, porém, que a camara lhe permittisse seguir para um lugar onde a sua liberdade individual se pudesse exercitar, até se lhe offerecer occasião de transportar-se para fôra da provincia.

Deante desse documento, que a camara, por copia, enviou a Tavares Bastos, assumiu elle a presidencia. Pareceu agora que a preocupação de Tavares Bastos é eximir-se da responsabilidade de autor intellectual da bernarda, a mais destituída de fundamento de quantas já se fizeram em Alagôas. Sabia Tavares Bastos que o Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (depois senador do Imperio e Visconde de Sinimbu), 1.º vice-presidente, se achava em Maceió. Cumpria chamá-lo e, assegurando ainda mais a sua defesa, Tavares Bastos dirigiu á camara um officio, recomendando-lhe que chamasse para assumir o governo o 1.º vice-presidente.



Visconde de Sinimbu

Sinimbu, então no inicio da sua brilhante carreira politica, já era um homem de attitudes inequivocas, assumidas de prompto e mantidas irrevogaveis até

o fim. Toda a sua vida foi sempre uma linha recta entre a dignidade pessoal e o dever civico. As conveniências da politica em que sempre militou, chefiando-a, ministro de Estado, presidente de provincia, presidente de gabinete, orientando directrizes no Senado e no governo, nunca lhe amolgaram o caracter, que era temperado do aço daquella serena firmeza moral que tornou seu pae um patriota incorruptivel, á semelhança dos varões que chefiaram a independencia da America do Norte — uma esplendida figura de caudilho, que merece uma pagina epica na historia das Alagôas.

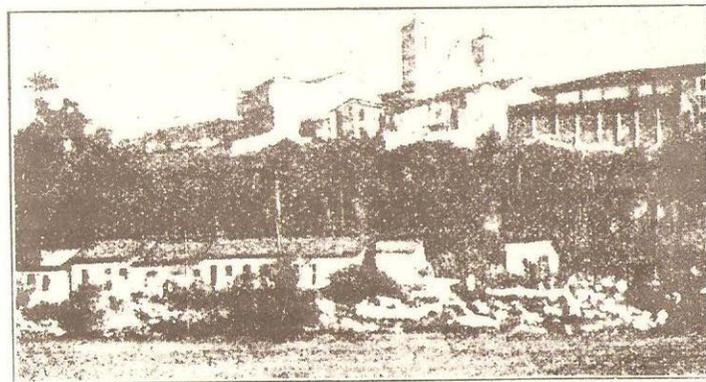
Sinimbú, aos 29 annos, formado em direito havia quatro, cheio de nobres ambições, a que tinha direito pelos seus talentos e pelo prestigio politico de sua familia; Sinimbú, apenas teve conhecimento das occurrencias das Alagôas, tomou, de impeto, uma posição opposta aos successos, que puzeram Silva Neves em estado de renunciar a administração da provincia. Sinimbú assumiu o governo no dia 30, declarando Maceió séde provisoria da administração provincial, onde se conservaria até que lhe constasse a volta absoluta da tranquillidade publica.

Tavares Bastos tambem não recuou. Estabeleceu-se dualidade na administração. Entre os dois travou-se uma discussão epistolar notavel, sobre a legalidade das funcções de cada um, invocando Bastos em seu favor o artigo 6.º da lei de 3 de outubro de 1834. E cada qual ficou no seu ponto de vista, exercendo ambos o governo — Sinimbú em Maceió e Tavares Bastos na cidade de Alagôas.

Mas Sinimbú não visava sua permanencia no governo da provincia. Com a sua attitudo pretendia elle restabelecer a legalidade, representada na pessoa de Silva Neves, esbulhado violentamente das suas funcções pelo motim militar, por isso que a sua renuncia, não tendo sido um acto expontaneo, não podia prevalecer.

O governo de Alagôas não cedia aos pedidos rei-

terados de Sinimbú, quanto á deposição das armas, condição essencial para que elle viesse á capital assumir a presidencia. E deante da recusa, abriu mãos dos meios suasorios e procurou amparar-se na força. A revolução não encontrara apoio no resto da provincia. Apenas Palmeira dos Indios vacillava, premida pelo prestigio de Manoel Tavares Bastos, commandante de um batalhão de guardas nacionaes e irmão do chefe da sedição. Sinimbú, entretanto, concentrou, desde a primeira hora, em torno de sua autoridade os elementos militares



Penedo, visto do rio

de Maceió, Anadia, São Miguel, Penedo e outras localidades, alcançando o apoio da guarda nacional da propria cidade de Alagôas. As adhesões á causa, que passou a personalizar, chegavam a cada momento, das camaras municipaes, das autoridades judicarias, dos cidadãos mais prestigiosos da provincia. A sedição periclitava. Sinimbú pediu ainda o auxilio de Pernambuco e da Bahia, para o restabelecimento da ordem.

Estando a sahir de Maceió o patacho *Dois Amigos*, com destino ao porto do Francês, Sinimbú fez entrega ao commandante de uma carta de prego, que devia ser

aberta com Silva Neves a bordo, se elle embarcasse no veleiro como era de suppôr, pois os sediciosos ansiavam por se descartar do presidente: Nessa carta Sinimbú ordenava que o navio, apenas recebesse o presidente deposto, pôr-se-ia á sua disposição, podendo o presidente desembarcar em qualquer porto da provincia.

A 2 de novembro, Silva Neves, cercado pela força e acompanhado de alguns membros preeminentes da revolução, embarcou no patacho *Dois Amigos*. A bordo, aberta a carta de prego, o presidente mandou rumar ao porto de Maceió, onde desembarcou ás 8 horas da noite, recebido festivamente pela população. No dia seguinte, no paço da camara, em presença de todas as autoridades, da tropa e do povo, Sinimbú transmittiu a Silva Neves o governo provincial; transmittiu-o, apesar da prohibição formal de o fazer, conforme lhe recommendara a camara das Alagôas.

Começa agora a reacção militar. Concentram-se em São Miguel varios batalhões de guardas nacionaes e a 9 chegava a Maceió, vindo de Recife, sob o commando do tenente-coronel Trajano Cesar de Burlamáqui, um contingente de 204 praças de 1.<sup>a</sup> linha, com 200 espingardas, 44.000 cartuchos e 4.000 pederneiras. Um navio de guerra, no porto de Maceió, ficava á disposição do presidente.

A 12, sem um tiro, a força legal entra na capital. E' que aos sediciosos faltara o apoio das villas centraes. Seus emissarios regressaram desilludidos. Por toda parte o repudio á sedição, que se não apoiava numa causa patriótica. A 14, Silva Neves recolhia-se á capital. Efectuaram-se prisões de militares e civis mais compromettidos. Suspenso do exercicio de suas funcções de juiz municipal, foi Manoel Mendes da Fonseca, que seguiu para Aracajú e dahi para o Rio de Janeiro, onde respondeu conselho de guerra, sendo absolvido. Suspenso foram igualmente alguns vereadores, que mais se haviam distinguido na bernarda. Tomadas outras medidas acauteladoras da ordem, o presidente convocou a

Assembléa Provincial a uma sessão extraordinaria. Era um grande acontecimento, o remate da sedição.

A 3 de dezembro a Assembléa reuniu-se e o presidente, depois de expôr os acontecimentos, propôz a transferencia da capital para Maceió. Durante tres dias a proposta presidencial foi objecto de acalorada discussão, impugnando-a Pontes Visgueiro e outros. Na sessão do dia 7, presentes 19 deputados, foi o projecto approvado por 14 votos contra 4 — Pontes Visgueiro, Braz Romeiro, Albuquerque Eustaquio e Matheus Casado.

A 9 de dezembro o presidente Silva Neves sancionou a Resolução que tomou o numero 11, segundo a qual Maceió era elevada á categoria de cidade e á sede do governo da provincia.

-----ooo-----

## XI

### Lisos e Cabelludos

A' administração de Silva Neves succedeu a de Cansansão de Sinimbú, que, como presidente effectivo, esteve no poder de 10 de janeiro a 18 de julho de 1840. Seguiram-se-lhe Manoel Felizardo de Sousa Mello, Caetano Silvestre da Silva, Anselmo Francisco Peretti e Bernardo de Souza Franco. De julho a dezembro de 1844 esteve Souza Franco no governo da provincia. Foram seis mezes tempestuosos.

A politica liberal, no poder, depois da amnistia aos revoltosos de Minas e São Paulo, entrara a soffrer os formidaveis ataques da facção conservadora. A luta parlamentar foi das mais encarnicadas.

Da representação alagoana na Camara dos Deputados apoiavam o ministerio Cansansão de Sinimbú,

Vieira Cajueiro e Serapião de Carvalho; Pontes Visgueiro e Manoel Felizardo eram conservadores.

Souza Franco, da facção parlamentar que amparava a politica do gabinete, foi nomeado presidente da provincia.

A politica em Alagôas, por essa epoca, apresentava a eiva das paixões mais rancorosas, consequencia da politica nacional, scindida em dois partidos antagonicos, que se disputavam o poder. Com o advento de Souza Franco, a politica local cahia nas mãos da familia Sinimbú, com ramificações prestigiosas em toda a provincia.

Do lado opposto — Antonio Luis Dantas de Barros Leite, senador do Imperio, Visgueiro, Matheus Casado, a familia Mendonça, os Calheiros, Vieira Perdigão, Titara, Rodrigues Pitanga, Tavares Bastos, José Antonio de Mendonça, o commercio portuguez de Maceió, o functionalismo...

Tavares Bastos não perdoara ainda a Sinimbú, a derrota que lhe inflingira em 1839. Ingressara na imprensa, para redigir o *Alagoano*. E a sua penna asperima promoveu uma campanha tremenda, insinuando a implantação da oligarchia Sinimbú. As insinuações do jornalista repercutiam na provincia, acirrando as paixões, insuflando os rancores, prenunciando o desencadear de fragorosa tormenta partidaria.

Souza Franco encontrou um ambiente de hostilidades á politica ministerial, e contra o seu governo formou-se uma colligação poderosa, mantida pelo dinheiro de José Antonio de Mendonça, depois Barão de Jaraguá.

Os primeiros actos do novo governo, algumas demissões de funcionarios do interior foram recebidos como um cartel de desafio. Depois as eleições municipaes trouxeram a campo os dois grupos, ambos aforcurados na victoria. De um lado os que ficaram nas chronicas da provincia com a alcunha de *lisos* (historicos), do outro lado os que popularmente foram denominados *cabelludos* (progressistas). A disputa eleitoral

engraveceu sobremodo a situação. Entre os dois grupos interpunha-se, intransponivel, a barreira do odio pessoal.

E os historicos promoveram a revolução. Uma columna de *lisos*, a 4 de outubro, acampava em Bebedouro e no dia seguinte tomava posições nas ruas da capital, em panico. A defesa, fraca pela falta de elementos militares, entregou a cidade aos rebeldes, enquanto o presidente, sem segurança para a sua pessoa, se abrigava a bordo de um navio surto no porto.

Não queriam, porém, os sediciosos offender physicamente o presidente; visavam coagi-lo a concessões politicas que consubstanciaram em uma proposta, que lhe fizeram chegar ás mãos. Queriam a reintegração de todos os funcionarios demittidos; queriam que fosse garantida pelo presidente a eleição de Tavares Bastos e Francisco Joaquim Barros Leite para deputados geraes; queriam a promessa presidencial de que a sedição ficaria impune, pela amnistia.

Não havia um fim elevado nessa lamentavel desordem politica; o interesse pessoal, a ansia do poder era o seu movel.

O presidente, coagido na sua liberdade, acquiesceu. Retiraram-se os revoltosos para o interior, blasonando sua facil victoria, sem deposição das armas, com as mesmas attitudes aggressivas do começo, com os seus chefes á frente, entre os quaes José Vieira de Araujo Peixoto. O presidente, já amparado pela força que lhe chegara, tentou dispersá-los. Houve, por isso, um novo ataque á capital, agora chefiado, pelo celebre facinoroso Vicente de Paula, que capitaneou a *Cabanada*.

Seis horas de cerrado tiroteio nas ruas de Maceió. Mortos e feridos, mais de uma centena. O resultado do combate não foi favoravel aos sediciosos, que tiveram de operar a retirada. Mas na capital ficou a pressão do terrôr, que o banditismo de Vicente de Paula infundia por toda parte. Na previsão, possivel, de uma nova sortida, a cidade despovoou-se. O commercio cer-

rou suas portas, as famílias fugiram, debandando muitas para Sergipe e Pernambuco.

Vieram novos reforços da guarnição de Recife, tropas numerosas sob o commando do brigadeiro Antonio Corrêa Seara. As forças recém-chegadas marcharam sobre os pontos occupados pelos rebeldes, principalmente Atalaia e Muricy, travando-se combates terríveis. Por fim os sediciosos foram destruídos.

Não tem lustre civico essa sedição, que ficou nas chronicas da provincia documentando a exaltação partidaria de uma época

Vencedores os *cabelludos* pela força das armas, foram, todavia, derrotados pelas injuncções da politica. O senador do Imperio Antonio Luis Dantas de Barros Leite, que prestigiava a sedição, conseguiu da politica liberal no poder a amnistia. Conseguiu mais que fosse nomeado presidente da provincia o Dr. Caetano Maria Lopes Gama, que, como magistrado, residira largos annos na provincia, onde gosava de numerosas relações pessoaes. E como apaziguador das paixões em ebulição, veio o futuro Visconde de Maranguape. Os seus actos de governo demonstraram as suas inclinações pelos rebeldes, já amnistiados. Deulhes posições officiaes e nas eleições para deputados geraes organizou uma chapa, que chamou ironicamente de conciliação, embora nella não figurasse nenhum chefe liberal da provincia. Em Alagôas o unico homem que elle achou capaz de figurar na camara dos deputados foi o mais exaltado dos sediciosos, o Dr. José Tavares Bastos. Os demais representantes, o presidente foi buscar fóra da provincia — o brigadeiro Henrique Marques de Oliveira Lisboa, Mariz Sarmento, o advogado Rebouças e o padre Miguel Lopes Gama.

As eleições para a Assembléa Provincial, presididas ainda por Lopes Gama, dando uma maioria enorme aos conservadores, deram por terra com a situação que os *cabelludos* amparavam e era a propria politica do gabinete.

Oliveira Lisboa substituiu a Lopes Gama no governo, primeiramente como vice-presidente, depois como presidente effectivo. A situação mantinha-se a mesma, infensa aos liberaes.

Não foi de rosas a administração do brigadeiro Lisboa. Sob seu governo appareceram os celebres irmãos Moraes — Manoel de Araujo Moraes e José de Araujo Moraes, filhos do vigario de Palmeira dos Indios, José Caetano de Moraes, que havia sido assassinado, quando, preso, era trazido para a capital, pela propria força que o conduzia, como comparsa da sedição anterior.

Para vingar a morte do pae, os irmãos Moraes organizaram um bando de algumas dezenas de cangaceiros, e tornaram-se o terror da provincia. Os crimes que praticaram, visando os chefes que haviam prestigiado a Souza Franco, causavam horror.

Thomás Espindola narra que os irmãos Moraes «foram ao Panema, alem de Aguas Bellas 5 leguas, puzeram em cerco a casa do pae do Barão de Atalaia (cunhado, este, de Sinimbú) o qual escapou miraculosamente com este por achar-se enfermo e não ser visto, e, o barão, por ter partido minutos antes para esta provincia; e barbaramente assassinaram um importante membro desta familia; — mais de 100 amigos della assim sucumbiram. Uma sêde insaciavel de sangue e dinheiro — continua o chronista alagoano — apoderou-se desses malvados; ninguem mais se julgou garantido, nem mesmo das provincias vizinhas: então começou a manifestar-se o espirito de resistencia, ou antes de defesa natural, e elles foram aturadamente, sem cessar, perseguidos por homens do povo, e afinal sucumbiram por sua vez ao poder forte e infernal do bacamarte».

A presidencia do Dr. Antonio Manoel de Campos Mello não foi ainda favoravel á tranquillidade da provincia. O presidente, a pretexto de uma denuncia de conspiração contra a sua vida, desenvolveu cerrada perseguição contra parentes e amigos da familia Sinimbú, sendo presos o coronel Lima Rocha, o dr. Manoel Lou-

renço da Silveira, o major Francisco Ignácio de Araujo Jatobá, o capitão Manoel Agostinho e outros.

A presidencia de Felix Peixoto de Britto e Mello, um espirito liberal, pôde serenar os animos trabalhados por tão longa e tormentosa dissensão politica.

Nesse governo o bandido Vicente Ferreira de Paula depôz as armas, catechizado pelo missionario Fr. Cruz e Silva.

ooo

## XII

### Administrações provinciaes

Seguiram-se á de Brito e Mello, que depois foi procerê da revolução *praieira*, administrações mais ou menos estereis. O regime, aliás, com presidentes de dois e tres mezes, sem interesses locais e desconhecedores da situação e das necessidades regionaes, não comportava grandes surtos. A politicagem era a preocupação de todos elles, muitos dos quaes passavam pela provincia apenas para se elegerem deputados geraes.

João Capistrano Bandeira de Mello presidiu Alagóas pouco mais de oito mezes, tendo de estancar a infiltração da rebellião pernambucana, chefiada pelo desembargador Nunes Machado. Como connivente com a sedição liberal de Pernambuco, foi preso e processado o dr. José Angelo Marcio da Silva, mais tarde absolvido pelo tribunal do jury de Porto Calvo. Capistrano foi substituido pelo coronel Antonio Nunes de Aguiar, que esteve á frente dos negocios pu-



Nunes Machado

blicos das Alagóas apenas cinco mezes, enquanto esperava as eleições para a camara dos deputados, fazendo-se eleger representante da provincia. Depois veio o Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, mais tarde Visconde de Bom Conselho e senador do Imperio.

*Luzias e saquaremas* (liberaes e conservadores) degladiavam-se asperamente na provincia sempre sob a agitação do partidarismo, que se antepunha a todas as necessidades publicas, mesmo as mais palpitantes de actualidade.

O partido dos *Luzias* mantinha na imprensa o *O Tempo*, que defendia valentemente os principios da revolução *praieira* e tinha como redactor principal o Dr. José Angelo, uma das mais vigorosas cerebrações das Alagóas. Prestigiavam esse agrupamento politico José Vieira de Araujo Peixoto, que fôra um dos proceres da sedição de 1844, José Luis Beltrão Mavignier, João Gomes Ribeiro, Dr. José de Barros Accioly Pimentel, Dr. Jacintho Paes Pinto da Silva, Dr. Antonio Joaquim Buarque Nazareth, Ricardo Pereira da Rosa Lins, Dr. Galdino Augusto da Natividade e Silva, e outros pioneiros das opiniões liberaes.

As idéas propagadas pelo *O Tempo*, o presidente da provincia oppôz as do seu partido, o conservador, fundando um jornal, *O Timbre*, redigido pelo Dr. José Prospero Jehovah da Silva Caratá, Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, depois Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Rodrigo Netto Firmiano de Moraes e Dr. José Sizenando Avelino Pinho.

A revolução *praieira* repercutiu, por fim, em Alagóas, onde eram numerosos os elementos moraes que a amparavam. Desbaratada em Pernambuco pela força das armas leaes, o bravo capitão Pedro Ivo invadiu o territorio alagoano, chefiando um numeroso bando, na sua



Visconde de Bom Conselho

maioria de caboclos. Ao seu encalço foram enviadas tropas de Maceió e Recife, travando-se, em varios pontos, tiroteios, que não decidiam a contenda, pondo-lhe remate definitivo. O bando de Pedro Ivo juntara-se à gente de Vicente de Paula, que era grato a Brito e Mello, e por muito tempo, assim reforçado, trouxe em sobresalto grande parte da província, paralyndo-lhe a vida agricola.

O que a tropa legalista não conseguira, alcança-o a intervenção paterna. O pae de Pedro Ivo, recomen-  
dado pelo presidente da Bahia ao das Alagôas, penetra a zona flagellada pelo filho, entende-se com elle e trá-lo à presença de Figueiredo, que o remette para o Rio.

Assim, se punha termo a mais essa agitação politica.

Figueiredo, que fez uma administração benemerita, atacando de frente varios problemas da economia e administração em Alagôas, permaneceu no poder de julho de 1849 a abril de 1853, com algumas interrupções, enquanto ia ao Rio desempenhar o seu mandato de deputado por Pernambuco. Teve, portanto, tempo sobejado

para assentar em bases definitivas a organização do partido conservador na provincia. Neste governo, Sinimbú, chefe liberal em Alagôas, foi eleito deputado geral para o biennio de 1853-1856. Sinimbú, já um nome nacional, estava afastado do parlamento desde 1844.

Com a asceção do gabinete de 2 de setembro de 1853, sob a presidencia de Honorio Hermeto, acenou-se ao paiz uma phase de concordia. «Não ha mais *saquaremas nem luzias* — dizia o presidente do Conselho. O governo é conservador progressista, e progressista conservador. Aceita todas as questões politicas que têm



Honorio Hermeto

Com a asceção do gabinete de 2 de setembro de 1853, sob a presidencia de Honorio Hermeto, acenou-se ao paiz uma phase de concordia. «Não ha mais *saquaremas nem luzias* — dizia o presidente do Conselho. O governo é conservador progressista, e progressista conservador. Aceita todas as questões politicas que têm

sido pontos de divergencia até agora, para, na calma das paixões, discuti-las e solvê-las. Aos conservadores eu dou a fiança do meu nome e do meu passado; aos progressistas, porém, a quem não posso dar a mesma fiança, asseguro que concorrerei dando os primeiros passos ao seu encontro».

A politica de conciliação iniciada por Honorio Hermeto manteve-o no poder até 1856, quando, em 4 de maio foi substituido por Araujo Lima, que tambem organizou um gabinete mixto, apesar das suas censuras á politica do antecessor.



Araujo Lima

De 1853, quando deixou a administração da provincia José Bento da Cunha Figueiredo, por ter sido nomeado presidente de Pernambuco, a 1857, passaram pela administração das Alagôas, José Antonio Saraiva, que esteve no poder apenas seis mezes, e Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, de outubro de 1854 a abril de 1857, governando com duas interrupções, para dar cumprimento ao seu mandato de deputado.

Com o ministerio de Silva Ferraz, Sinimbú é nomeado ministro dos estrangeiros.

Haviam passado pela administração da provincia, Angelo Thomás do Amaral, de 10 de dezembro de 1857 a 19 de fevereiro de 1859 e Agostinho Luis da Gama, que esteve no governo apenas quatro mezes. Manoel Pinto de Souza Dantas, iniciou na provincia a politica do novo gabinete. Somente na administração cerca de sete mezes, foi substituido por Pedro Leão Velloso, que



Silva Ferraz

Haviam passado pela administração da provincia, Angelo Thomás do Amaral, de 10 de dezembro de 1857 a 19 de fevereiro de 1859 e Agostinho Luis da Gama, que esteve no governo apenas quatro mezes. Manoel Pinto de Souza Dantas, iniciou na provincia a politica do novo gabinete. Somente na administração cerca de sete mezes, foi substituido por Pedro Leão Velloso, que



Aureliano Candido  
Tavares Bastos

governou apenas dez mezes. De abril de 1861 a julho de 1863, a presidencia foi exercida pelo Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho.

Na presidencia Leão Velloso, o partido liberal da provincia elegu deputado geral a Aureliano Candido Tavares Bastos, que ao lado de José Bonifacio e Felix da Cunha, foi um parlamentar insigne.

Com a organização do gabinete chefiado pelo Duque de Caxias, baqueara a politica liberal, novamente no poder com o ministério organizado por Zacharias, gabinete de duração ephemera, logo substituido pelo que foi organizado por Araujo Lima, com Sinimbú na pasta da Agricultura e logo substituido Lopes Gama, na pasta da Justiça. O ministério, que conseguira adormecer o partido conservador, contemporizando com as suas aspirações e, assim, obtendo a sua quase solidariedade, volta-se de repente contra os conservadores, em virtude da orientação dada á pasta da Justiça por Sinimbú.

Essas mutações constantes na politica nacional reflectiam fortemente na vida política das provincias. Alagôas não podia ser uma excepção. O ambiente estava saturado de partidarismo e as lutas dos partidos eram as unicas manifestações da existencia politica da provincia, a parte todos os seus interesses capitaes, os quaes nunca mereceram dois minutos de attenção da parte das administrações ephemeras que lhe traçavam a trajectoria, sem orienta-la para a solução dos seus multiplos problemas economicos.

Até janeiro de 1864 esteve Araujo Lima no poder, substituido por Zacharias. Uma serie de administrações miopes na sua visão governamental, passou pela provincia: João Marcelino de Souza Gonzaga, nove mezes, durante os quaes não pôde fazer um só beneficio; João



Duque de Caxias



Zacharias de Góes

Baptista Gonçalves Campos, apenas pouco mais de sete mezes; Esperidião Eloy de Barros Pimentel, alagoano, oito mezes e 17 dias; José Maria Pereira de Alencastre, quase onze mezes, um periodo de oppressão inominavel, e Antonio Moreira de Barros, oito mezes.

Administrações assim ephemeras não podiam encarar os problemas alagoanos que aos governos cumpriam resolver. Só visavam ellas a politicagem, nas derubadas dos adversarios e nas manobras indecorosas dos grupelhos que faziam as tricas da politica provincialiana.

Alencastre perturbara a tranquillidade alagoana e levantara contra as suas attitudes violentas clamores immensos. A' sua sahida de palacio com destino ao porto de embarque, os sinos nas igrejas repicaram festivamente e em todos os angulos da cidade estrugiram os foguetes. A população solennizava com a sua ruidosa alegria a partida do despota.

O governo central quiz encontrar em Moreira de Barros o espirito de conciliação que a provincia necessitava. Mas a agitação era grande e uma sedição irrompe na comarca de Imperatriz, hoje União, só reduzida á inacção após luta seria.

Dois meses de governo foram preenchidos por Graciliano Aristides do Prado Pimentel.

Chegamos enfim a um período de trabalho administrativo intenso, com a presidência do Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Foram dois annos e nove meses de actividade benemerita. Todos os problemas administrativos da provincia, economicos, sociaes e politicos, foram objecto de serias preoccupações. A propria situação literaria das Alagôas não escapou á visão clara do estadista que presidiu essa phase de resur-reiçãõ provincial.

Sem pôr á margem as suas preferencias politicas, conservador militante que era José Bento, a sua administração, desde o primeiro dia, apresentou-se auspiciosa. A simples enumeração dos seus serviços, grandes demais para tão pouco tempo de governo, basta para recommenda-lo á gratidão alagoana.

José Bento installou a Escola Normal, que havia sido criada desde 1864; lançou a idéa da fundação do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, cujos primeiros passos amparou desveladamente; criou uma Caixa de Beneficencia para Orphãos e desvalidos; fez o rejuvenescimento dos quadros dos funcionarios da

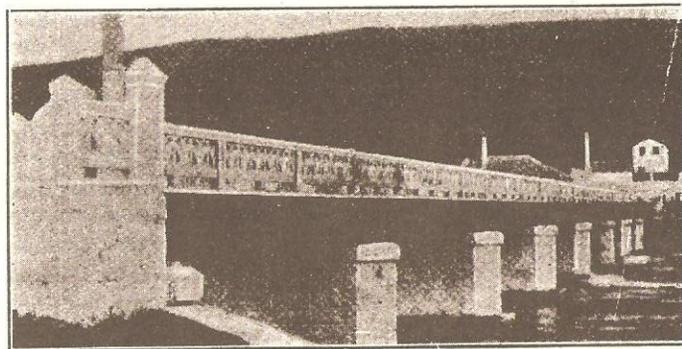


Maceió -- Ponte de embarque

provincia; contractou a remodelação da capital e o calçamento das ruas principaes a parallelepipedos; installou convenientemente, em edificios que construiu, quasi todas as repartições publicas; fez duas obras consideraveis — uma ponte sobre o riacho Maceió e a ponte que ainda hoje serve para embarque e desembarque no porto de Jaraguá; dotou a capital de agua encanada; contractou o serviço de navegação a vapor para São Miguel, Coruripe, Camaragibe e Porto de Pedras; melhorou as condições de navegabilidade das lagoas Norte e Manguaba; contractou o serviço de illuminação da capital a gaz carbonico, a via ferrea de Maceió a Imperatriz, num percurso de 18 leguas, e um aparelhamento telegraphico em toda a provincia. Rasgou estradas pelo interior, construiu por toda parte edificios publicos e pontes sobre os cursos fluviaes mais importantes...

Fez, ao lado de tudo isso, a sua politica e, ao retirar-se, deixava na provincia apenas um *deficit* de perto de cinquenta contos.

Os que lhe succederam interromperam o surto de desenvolvimento iniciado, e em grande parte executado, pelo illustre estadista. Foram administrações sem



Viçosa -- Ponte sobre o Parahyba

continuidade, sem programma, sem efficiencia e sem recursos financeiros, consequencia inevitavel da centralização das provincias.

Os delegados do centro não vinham ás provincias realizar, nellas ficavam algum tempo, *pondo sentido á casa...*

A José Bento seguiu-se uma serie longa de presidentes, que não deixaram vestigios duradouros da sua passagem. Um ou outro melhoramento, uma ou outra realizção, quase sempre de iniciativa particular a que o governo dava, vencendo a indifferença do centro amparo, ás vezes.

José Bento foi o 37.º presidente da provincia. Seguiram-se-lhe: Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, quinze mezes; Luis Romulo Perez de Moreno, cinco mezes; João Vieira de Araujo, quatorze mezes; João Thomé da Silva, um anno; Caetano Estellita Cavalcante Pessoa, seis mezes; Antonio Passos de Miranda, onze mezes; Francisco de Carvalho Soares Brandão, oito mezes; Cincinato Pinto da Silva, um anno e meio; José Eustaquio Ferreira Jacobina, vinte mezes; José Barbosa Torres, tres mezes; Domingos Antonio Rayol, quatro mezes; Joaquim Tavares de Mello Barreto, cinco mezes; Henrique de Magalhães Salles, quatorze mezes; José Bento Vieira Barcellos, quatro mezes; Antonio Tiburcio Figueira, seis mezes; Pedro Leão Velloso Filho, tres mezes; Amphiphio Botelho Freire de Carvalho, seis mezes; Geminiano Brasil de Oliveira Goes, oito mezes; José Moreira Alves da Silva, onze mezes; Antonio Caio da Silva Prado, oito mezes; José Cesario de Miranda Monteiro de Barros, seis mezes; Aristides Augusto Milton, cinco mezes; Manoel Victor Fernandes de Barros, dois mezes; Pedro Moreira Ribeiro, teve na sua passagem pela provincia a originalidade de assumir o governo a 15 de novembro de 1889 e ser deposto no mesmo dia.

Em setenta e dois annos de autonomia administrativa, de 1817 a 1889, nada menos de sessenta e um

presidentes e outras tantas administrações interinas de vice-presidentes. Vê-se que o governo central nunca tomou a serio provincias como Alagôas, simples expressões geographicas e historicas no conjunto nacional, sem peso nos destinos do paiz, sem nada poderem fazer pelo seu proprio destino.

### XIII

#### Formação mental

Foram os jesuitas os primeiros que ensinaram a ler no Brasil; mas delles, da sua actuação como professores, não temos noticia em Alagôas. O collegio que fundaram, pelos meados do seculo XVII, á margem esquerda do São Francisco, no local que depois se chamou Porto Real do Collegio e cuja casa ainda existia em 1820, não deixou documentação a respeito. E' de crer que os padres visassem exclusivamente a conversão do gentio dos arredores — erradios e escapos ás violencias dos primeiros avanços, aldeian-do-os para os trabalhos agricolas na terra, que era fertil, e para a sujeição espiritual. Não ha em outros pontos das Alagôas vestigios desses missionarios. A elles, pois, nada deve a formação mental da provincia.

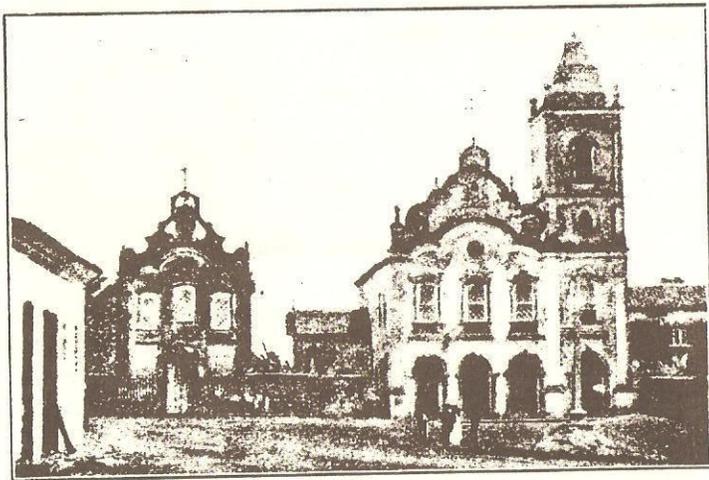
Os conventos franciscanos de Penedo e Alagôas, mais ou menos contemporaneos na fundação, é que



Porto Real do Collegio  
Matriz

foram os nucleos fundamentaes da nossa educação mental.

Em 1719 esses conventos criaram aulas de grammatica «para os filhos dos moradores, sem estípendio



Alagôas — São Francisco e a Ordem Terceira

algum». Para o estudo da nossa evolução intellectual essa data — 1719 — deve ser considerada um ponto de partida. Antes não havia nada. Os poucos letrados, que appareciam na colonia, exercendo cargos publicos, eram portuguezes. Entretanto, e de suppôr que as aulas de grammatica dos reverendos frades franciscanos não tivessem sido de todo inuteis.

Alagôas, então, já era comarca, desde 1711, com tres povoados principaes e outros emergentes do desdobramento natural dos nucleos fundamentaes, em plena florescencia economica. Mas, durante quase um seculo, não se pode authenticar a existencia de cursos preparatorios da intelligencia, a não serem as pobres aulas de grammatica dos conventos de Penedo e Alagôas.

Doze annos depois da officialização do ensino em Portugal, varios generos de producção colonial passaram a ser onerados de uma taxa reversivel á manutencção do ensino publico no Brasil. Era a chamada lei do *subsídio literario*, que começou a ter exccução em 1773. Mas a renda desse tributo a metropole insaciavel devorava.

Em 1798 a rainha D. Maria mandava ouvir a todas as camaras da capitania de Pernambuco sobre se concordavam numa contribuição de dez ou vinte réis por individuo livre, de ambos os sexos, maior de doze annos para «sustentação dos estudantes seminaristas pobres e pessoas da regencia e serviço do Seminario», que se ia fundar em Olinda. A camara de Alagôas concordou com esse imposto, observando, todavia, que a taxa devia ser de dez réis, por ser a maior parte da população extremamente pobre; contudo, acrescentava — «o povo está pronto a conformar-se com qualquer imposição de Sua Majestade».

Criado o Seminario de Olinda passou elle a ser um fóco de irradiação cultural para a comarca. Para elle se encaminhava a mocidade que desejava seguir a carreira ecclesiastica ou instruir-se convenientemente.

A situação intellectual da comarca era um reflexo da situação mesma da colonia. Por toda parte era notoria a falta de individuos que pudessem exercer idoneamente as profissões liberaes e os cargos publicos.

A metropole, certa vez, pretendeu pôr còbro ao descalabro, resultante da sua propria incuria. E, para isso, consultou as camaras sobre o estabelecimento de pensões, que permittissem o aproveitamento de rapazes que



D.ª Maria I

quizessem fazer os cursos de engenharia, topographia, hydraulica, contadoria, medicina e cirurgia na Universidade de Coimbra ou na Academia de Lisboa. A intenção era excellente. Ouvida a camara de Alagôas, responde ella poder pensionar apenas um estudante, «que haja de formar-se em medicina». A camara chegou mesmo a assumir o compromisso (de fazer seguir para Lisboa «no tempo que nos fôr determinado hu sujeito que na Universidade de Coimbra tenha de applicar-se a Medicina, supprindo-lhe nós com duzentos mil réis annuaes para sua subsistencia, extrahidos pela finta que nos parecer mais justa»).

Ignoramos se esse compromisso chegou a ser cumprido, formando-se em medicina algum alagoano a expensas da população.

A começar de 1798 o Seminario de Olinda ficou com o monopolio da instrucção publica em toda a capitania e em outras que lhe foram annexadas, para esse effeito,

sendo nomeado Director Geral dos Estudos o bispo Azeredo Coutinho.

A 4 de setembro de 1799, Theodosio Luis da Costa Moreira era provido na cadeira de grammatica latina e a 29 de mesmo mez José Victoriano da Rocha recebia a provisão de professor regio de primeiras lettras, tudo da villa das Alagôas. No anno seguinte foi dada uma cadeira primaria á villa de Santa Luzia do Nortê.

A' chegada de D. João VI

contavam-se na comarca essas tres escolas. O rei cuidou, é certo, do ensino publico no Brasil, mas começou o edificio educacional do alto para baixo — criou escolas superiores e não se preocupou com o ensino primario, que desde 1774 já era um instituto nacional nos Estados Unidos.

Na capitania a massa era analphabeta no litoral



Bispo Azeredo Coutinho

e no sertão. Apenas, aqui e alli, uma individualidade de certo destaque mental, mas de cultura européa. A cultura propriamente da capitania sahia dos Seminarios de Olinda e Bahia e dos conventos. Cultura insignificante, mesmo nesse tempo.

Em 1821 foram criadas na capital da provincia uma cadeira de Philosophia e outra de Geometria. Nos trabalhos do 1.º Conselho Geral da provincia, José Henrique de Amorim, frisando a deploravel situação intelle-

ctual da provincia, que apenas contava «entre os naturaes tres pessoas formadas, duas em leis e uma em medicina», propôz a criação de aulas secundarias. Na segunda sessão do Conselho, Vieira Perdigão pedia a criação de aulas de francês, philosophia, rhetorica, geometria, em Penedo, de economia politica e agricultura, em Alagôas. Perdigão era um espirito claro e avançado, no meio da ignorancia geral do tempo.

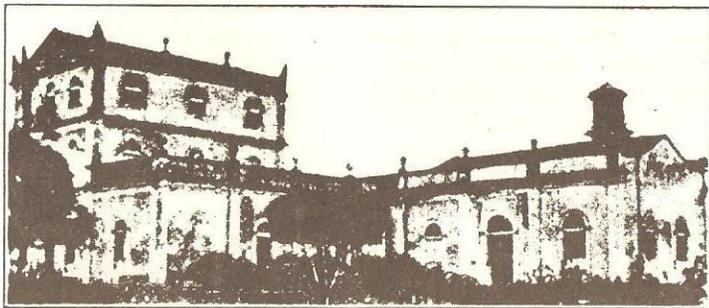
Essas propostas, porém, dependiam na sua execução do poder legislativo do Imperio, que controlava as deliberações provinciaes. Ficaram no esquecimento.

As fontes de preparo intellectual não iam alem. Cultura maior só fóra da provincia.

Pode-se fixar em tres os periodos historicos da nossa evolução mental: — de 1719, quando os franciscanos criaram aulas de grammatica, a 1799, de quando datam as escolas publicas na comarca; de 1800 a 1889 quando, finda a monarchia e com ella o periodo de accentuação progressiva, com grandes expoentes na poesia, na eloquencia, no jornalismo, na politica, nas sciencias;



D. João VI



Aprendizado Agrícola de Satuba — Município de Santa Luzia do Norte

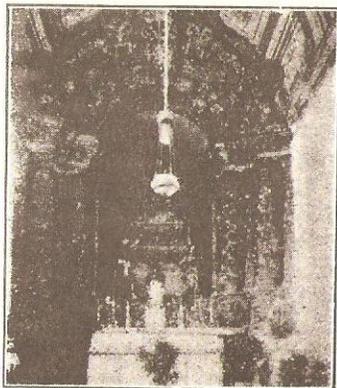
de 1890 em diante, o período vigente, de franca evolução e com tendências autonomísticas nestes últimos annos..

Do primeiro período, nas letras, o nome maior é o de Fr. João de Santa Angela. Não somente o maior, o mais antigo e o unico que se pode documentar, com obra séria, publicada em Lisboa. Nascido na villa

de Alagôas em 1709, fez a sua educação intellectual e professou no convento de franciscanos de Iguassú. Notabilizou-se na cathedra, por sua cultura e no pulpito por sua eloquencia.

O conselheiro Dr. João da Rocha Pitta, natural de Porto Calvo, o primeiro alagoano que recebeu um titulo academico, foi uma grande figura de magistrado ao serviço da metropole.

Frei José de Santa Margarida de Cortona Fiuza, do convento de Alagôas, foi



Alagôas — Capella-mór do convento de S. Francisco

tambem um precursor da nossa evolução mental. Famoso no pulpito e na poesia sacra. Outros frades se distinguem nesse periodo — Fr. Joaquim da Purificação, que logrou notabilizar-se na sua ordem e fora do seu claustro como cultor aprimorado da poesia; Fr. José de Santa Engracia, penedense, prégador insigne.

Poucos os representantes desse periodo. E não era possivel mais na comarca. A cultura mental vivia de portas a dentro, nos claustros sombrios. Cá fóra apenas o rumor ephemero dos sermões notaveis, nos dias pomposos do culto catholico. Cá fóra as asperezas da vida tumultuaria de uma sociedade que ainda se não definiu, em plena fusão ethnica pelo cruzamento de portuguezes, negros e mulatos, excluido já o indio dessa formação racial. De alto a baixo a ignorancia era completa. Saber ler e escrever era privilegio de raros. Não era mesmo considerado coisa de grande importancia pelos senhores feudaes, que em geral, assignavam de cruz os rabiscos indecifraveis com que se graphava a algarravia official.

O segundo periodo assignala-se principalmente pela disseminação das aulas de humanidades e escolas primarias; pela fundação dos cursos juridicos no Brasil, com uma Academia em Olinda, e pela fundação da imprensa em Alagôas. Estamos, pois, deante de novos e poderosos factores da formação mental alagoana, a dois dos quaes ficou devendo o nosso preparo mental os caracteristicos da sua evolução — a Academia de Direito e a imprensa.

Os conventos, porém, continuaram a dar uma representação notavel á intellectualidade. Citam-se, dentre outros, Fr.



Maceió — Cathedral

João de São Carlos, nascido em Alagôas, orador de nomeada; Fr. José de Santa Engracia Cavalcante, figura eminente na sua ordem, dos ultimos sobreviventes religiosos dos claustros da velha cidade; Fr. Antonio do Paraiso, penedense, sabio e austero franciscano, que, modestamente, recusa o bispado do Maranhão; Fr. Domingos de Santa Cruz e Costa, missionario, penedense, a cujo prestigio formidavel se deveu a terminação da revolta dos cariris, no Ceará e a pacificação de Alagôas, assolada por Vicente de Paula; Fr. João Capistrano de Mendonça, tambem penedense, insigne no pulpito, poeta repentista, de uma imaginação portentosa, jornalista, politico liberal extremado.

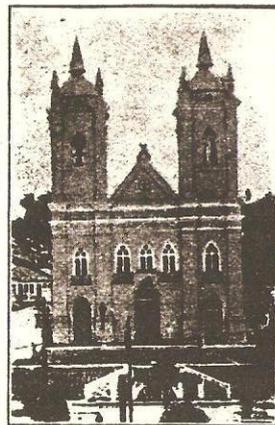
Dos Seminarios de Olinda e Bahia sahiu uma pleiade illustre de sacerdotes, que se espalharam pela provincia, quase todos ingressando triumphalmente na politica, que se iniciava, com os seus dissidios e as suas mazelas, que ficaram chronicos. E o fizeram antes impellidos pelos factores physicos e moraes do ambiente social que, talvez, por pendor ou interesse pessoal de dominio. Tivemos o padre Francisco de Assis Barbosa, deputado ás cortes portuguezas, deputado geral, deputado provincial em muitas legislaturas, presidente da Junta Governativa, em 1824, alagoano digno de toda a veneração pela extensão dos seus serviços á causa publica; o padre Francisco de Assis Ribeiro, sacerdote bohemio, orador fluente, poeta apreciavel, professor illustre. Sabia rir philosophicamente da sociedade refalsada do seu tempo, que o achava desregrado na moral, talvez porque o padre fizesse ás escancarar o que ella queria que praticasse ás escondidas; o padre Francisco do Rego Baldaia, que se notabilizou nos primeiros dias da provincia pela sua exaltação lusophoba, apesar da sua filiação lusitana. Nas lutas que deram lugar á abdicção do primeiro Imperador e nos acontecimentos subsequentes, Baldaia, em Maceió, foi um agitador temivel. Em 1832 assumiu a direcção do *Federalista Alagoense*, enfrentando, destimido, a onda hostil de por-

tugueses, vehemente na propaganda das suas idéas, vigoroso nas suas arremettidas jornalisticas.

Citam-se outros, luminares do pulpito, aedos apreciaveis, professores afamados. Mas era ainda uma mentalidade de horizonte estreito, o horizonte intellectual traçado pelos rigidos estudos feitos nos claustros provinciales e nos seminarios — frades, padres e rabulas que faziam a politica do tempo ao sabôr das intrigas tessidas de portas a dentro para as ephemerias victorias do momento, explodindo nos recintos das camaras municipaes, no palacio do governo, e, não raro, nos templos, em catilnarias formidandas do alto do pulpito, ou pipocando nas ruas modorrentas o ridiculo tremendo das satyras do padre Cypriano.

Alguns, porém, nascidos nos primeiros annos desse periodo, com cursos brilhantes de medicina e direito, no paiz e no estrangeiro, que se desgarravam da vida provinciana, fixando-se na côrte, ficaram, pela sua obra e pela sua actuação na vida nacional, incorporados ao patrimonio da nação. A provincia, pauperrima demais, não podia contê-los.

João Lins Vieira Cansansão do Sinimbú (1810-1906) é a maior figura das Alagôas. Bacharel em direito, doutor pela Universidade de Iena, presidente de varias provincias, diplomata, magistrado, ministro muitas vezes, presidente do Conselho, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, orador parlamentar fluente, argumentador vigoroso, «aprimorado *gentleman* na realidade pelos modos sisudos e fagueiros, pelos gestos discretos, pelo selecto do traje, pela esmerada polidez.



Maceió - Igreja dos Martyrios

Quem o avistava, de relance embora, experimentava o influxo da soberana dignidade». Grande estadista do 2.º reinado, a Republica surpreendeu-o nonagenario no seu posto, vivendo modestamente do seu subsidio e deu-lhe, espontaneamente, uma pensão, pondo-lhe a velhice gloriosa ao abrigo de necessidades.



Mello Moraes

Manoel Joaquim Fernandes Barros (1804-1841). Penedense, cursou medicina em Montpellier e em Paris, estudou profundamente anatomia e physiologia, esmerou-se em chimica, exercitando com Bael as mais dificeis operações scientificas. Os seus estudos de physica de Gay-Lussac, deram-lhe renome europeu. Por incumbencia do governo francês, com sabios da epoca, estudou as minas da Gasconha e do Palatinado. Na Faculdade de Medicina de Strassburgo recebeu o grão de doutor. A politica recrutou-o, elegendo-o deputado. Publicou varias memorias e deixou inedito um curso completo de physica.

Alexandre José de Mello Moraes (1816-1882). Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, jornalista, historiador notavel, deixou uma bagagem immensa e solidida. Grande intelligencia, solida erudição, capacidade admiravel de trabalho, viveu Mello Moraes a lutar afanosamente pela vida, só e sem ambições.

Francisco Ignacio de Carvalho Moreira (Barão de Penedo) (1815-1907). Bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo, a sua cultura juridica tornou-o uma figura destacada no mundo forense. Alagôas fê-lo de-



Barão de Penedo

putado geral, mas a sua passagem pelo parlamento foi rapida. O governo chamou-o para a diplomacia. Ministro em Washington e em Londres, foi um dos mais insignes diplomatas do seu tempo.

Ladislau de Souza Mello Netto (1839-1894). Sabio naturalista, reorganizador do Museu Nacional, sob sua direcção muitos annos, até depois da Republica, os seus trabalhos, especialmente em botanica, deram-lhe a consagração de sabio no Velho Mundo.

José Tavares Bastos (1813-1893). Foi uma das grandes culturas juridicas brasileiras. Politico militante, deputado geral, presidente de varias provincias, magistrado, ministro do Supremo Tribunal, em cujo posto se aposentou.

Aureliano Candido Tavares Bastos (1839-1875). Bacharel pela Faculdade de São Paulo, aos 20 annos de idade possuia uma cultura juridica, philosophica e litteraria admiravel. Deputado geral por Alagôas, affirmou-se um parlamentar eminente e um verdadeiro estadista aos 22 annos. Na sua obra, ainda hoje considerada primorosa, pelo estylo, erudição portentosa e visão perfeita de todas as necessidades brasileiras — administração, finanças, politica — avultam *Cartas do Solitario*, *Valle do Amazonas*, *A Provincia*

João Severiano da Fonseca (1835-1897). Medico pela Academia do Rio de Janeiro, serviu no exercito, até o generalato, como chefe do serviço medico militar. Escriptor eximio, deixou uma obra de peso — *Viagem ao redor do Brasil*.



Ladislau Netto



João Severiano da Fonseca

Ainda dessa geração, dos primeiros dias da provincia, as letras juridicas nacionaes conservam alguns nomes illustres de alagoanos — Silverio Fernandes de Araujo Jorge, Antonio Buarque de Lima, Esperidião Eloy de Barros Pimentel, que remataram a sua carreira de magistrado no pinaculo do Supremo Tribunal, Pontes Visgueiro, que tornou tão tristemente celebre a sua velhice, depois de illustrar um periodo longo e notavel na politica e na magistratura; Matheus Casado de Araujo Lima Arnaud, desembargador; Antonio Luis Dantas de Barros Leite e Jacintho Paes de Mendonça, senadores do Imperio; Bernardo Antonio de Mendonça, Felix Moreno Brandão, Dr. Hermelindo Accioly de Barros Pimentel, Dr. José Januario Pereira de Carvalho, Dr. Olympio Eusebio de Arroxellas Galvão, Dr. Antonio Teixeira da Rocha (Barão de Maceió) professor de medicina, Dr. João Francisco Dias Cabral, sabio e escriptor, homem de pensamento e homem de coração, um dos maiores expoentes da mentalidade alagoana, nas letras e nas sciencias; Dr. Thomás do Bomfim Espindola, seguro da sua sciencia, escriptor, geographo e historiador.

Sem terem frequentado bancos academicos, lograram solida cultura e foram realmente notaveis — sê-lo iam em qualquer parte — José Alexandre Passos, philologo ainda hoje de acatado renome, e seu irmão Ignacio Joaquim Passos Junior, o maior talento do seu tempo, orador admiravel, escriptor primoroso — duas individualidades representativas, que se não confundem na multidão de intellectuaes menores, que a provincia formou nos primeiros dias de sua evolução politica e mental.

Cabe tambem referir o abalisado historiographo Pedro Paulino da Fonseca, pesquisador operoso e infatigavel das velharias do passado alagoano, que nos poderia ter legado uma obra notavel, se não fosse a despersividade de sua vida intellectual.

Foi a politica, principalmente, a formadora da mentalidade alagoana.

As refregas consequentes da abdicação do primeiro Imperador, que convulsionaram o paiz de norte a sul, pondo em risco a integridade territorial, e scindiram a



Jacintho Paes de Mendonça



Barão de Maceió



Dr. João F. Dias Cabral



José Alexandre Passos

opinião esclarecida da nação em duas correntes que se oppunham radicalmente — a democratica descentralizadora, que ia da federação á Republica, e a conservadora aferrada á centralização; essas agitações repercutiram naturalmente na provincia, que ainda se não havia

firmado na vida autonoma, e operaram o phenomeno da orientação politica da capital para Maceió.

Na vida litoranea, mais em contacto com as novidades politicas que agitavam o paiz, criou-se em 1831, a *Sociedade Patriotica e Defensora da Independencia*, que foi a orientadora dessa phase tumultuaria; e a associação, em breve, aos 17 de agosto do mesmo anno, tinha o seu organo de publicidade, cujo lemma era o incandescente apophtegma de Volney — *A opinião publica accomettendo os reis nos seus thronos hade contê-los nos limites de uma autoridade legal*. Era o *Iris Alagoense*, editado pelo francês Adolpho Emilio de Bois Garin, numa typographia mandada vir pelo presidente da provincia, Manoel Lobo de Miranda Henrique, egresso da revolução de 1824, que se refugiara das perseguições politicas em Maceió.

Foi esse jornal o primeiro que se fundou na provincia e o ponto inicial da evolução politica e da formação da intellectualidade mais adstricta ao meio alagoano.

Mezes depois, adoptando a *Sociedade Patriotica* a orientação, que evoluira, firmando-se, para o federalismo, mudou, por isso, de denominação, e passou a ser *Sociedade Patriotica Federal*; o seu jornal mudou tambem de nome. De 22 de fevereiro de 1832 em deante o *Iris Alagoense* passou a circular com o nome de *Federalista Alagoense*, inscrevendo no seu cabeçalho esta divisa — *O governo do Imperio do Brasil será uma monarchia federativa*. Redigiram-no até agosto o padre Affonso de Albuquerque Mello e o advogado Felix José de Mello e Silva. Este teve de fugir á sanha sanguinaria da intolerancia facciosa, ameaçado seriamente em sua vida. Valeu-lhe no transe o padre Francisco do Rego Baldaia, seu amigo e seu correligionario, que lhe favoreceu a fuga. Baldaia, destimido, assumiu, desde então a redacção do periodico, superior ás ameaças, sempre veementemente na propaganda das idéas do seu gremio.

A mentalidade da provincia formava-se exactamente

nessa agitação politica, que fazia surgir os orientadores da opinião. Não podemos dizer ainda *opinião publica*, porque seria forçar a expressão. Força-la e mesmo adultera-la. A opinião publica não existia. Existia a opinião dos grupos politicos, dos ajuntamentos facciosos, com repercussão limitada aos que sabiam ler e escrever e acompanhavam pela imprensa o desenrolar dos acontecimentos nacionaes com reflexos na provincia.

Vencendo a corrente centralizadora, instituida a vida autonoma da provincia com a eleição da primeira Assembléa Legislativa (1835), Alagôas agita-se numa luta entre a magistratura e o governo, criando-se duas facções, a dos magistrados e a governamental, e cada um dos grupos passa a ter na imprensa o seu organo de publicidade, para o ataque pessoal e a competição individualista na politica — *O Provinciano* (1836) e o *Echo Alagoano* (1837). No primeiro, que obedecia á orientação da magistratura, o advogado José Corrêa da Silva Titara, que foi um nome acatado na provincia, defendia os principios que haviam determinado o dissidio; no segundo, redigido por José do Rego Barros, secretario da presidencia, fazia o presidente Silva Pontes a sua defesa. A agitação não durou muito e não passou, aliás, de uma dessas lutas da politicalha em que ainda hoje se contorcem as situações dominadoras nos Estados, de quando em quando. Todavia, nos prelios da imprensa, nessa refrega, alguns terçaram armas com bizzarria, deixando a impressão de que já existia effectivamente na provincia uma mentalidade esclarecida.

Forma-se depois o partido que estabeleceu no paiz a corrente conservadora, que dahi por deante passou a ter a hegemonia na politica brasileira por annos dilatados, procurando sempre a pacificação geral dos espiritos, que era a pacificação da nação, seriamente conturbada por dissidios que muitas vezes raiaram em explosões sanguinolentas, em varios pontos. Mas de 1843 a 1845 a provincia estorce-se numa luta fragorosa, com derramamento abundante de sangue. Foi a luta

civil chamada dos *lisos* e *cabelludos*, a luta sem ideaes superiores que a justificassem, luta de interesses regionaes pelo dominio das posições officiaes e pela supremacia de familias poderosas ainda saturadas do velho prestigio feudal.

Os *lisos* tinham o seu organo na imprensa, *O Alagoano*, a fortaleza donde José Tavares Bastos canhoneava fortemente seus adversarios. Os *cabelludos* tinham a *A Voz Alagoana*, redigido por Silverio Fernandes de Araujo Jorge.

E' na imprensa, nas pugnas vehementes que se travaram nos arraiaes da politica local, reflexo da politica nacional, que encontramos os principaes expoentes da nossa cultura. Vamos, por isso, rastejar a evolução do jornalismo alagoano.

O primeiro cyclo do jornalismo das Alagôas fixa alguns nomes que sobrevivem. De 1831 e 1850 sobresaem — o padre Baldaia, extremado nas suas opiniões; o advogado Felix José de Mello e Silva, aliás pernambucano, que morreu em Sergipe, combatendo-se a si proprio, num livro em que condemnou as idéas generosas da sua mocidade; o padre Affonso de Albuquerque Mello, o advogado Silva Titara, o Dr. José Tavares Bastos e o Dr. Silverio Jorge. Eram os guias da opinião. Incarnaram as idéas do seu tempo galhardamente. Mas outras figuras já se haviam formado pela cultura, levando fóra da provincia o renome de seus meritos nas letras, nas sciencias, na politica.

Já havia uma mentalidade em Alagôas, sahida dos cursos juridicos e das escolas de medicina, sahida dos seminarios e das proprias aulas de humanidades. Alguns dos nossos maiores expoentes especializaram-se em Universidades europeas. Alem dos que já mencionamos, convem referir — o Dr. Manoel Joaquim Gomes Ribeiro, o Dr. Serapião de Carvalho, o Dr. Manoel Joaquim de Mendonça Castello Branco (Barão de Anadia), o engenheiro Francisco Elias Pereira, o coronel Francisco Manoel Martins Ramos, o Dr. Ignacio Vieira de

Barros Cajueiro, o advogado Camillo José de Araujo, o Dr. Manoel Sobral Pinto, o padre Dr. Antonio da Costa Moraes, o Dr. Manoel Lourenço da Silveira e outros.

De 1850 a 1875 é ainda na imprensa que vamos encontrar a expressão mais alta da nossa cultura.

Ignacio Joaquim Passos Junior, o poeta, o orador eloquentissimo, o philosopho, o desperdiçador do genio com que o havia brindado a natureza, em 1851 fazia do *Constitucional* a sua cathedra e em 1858 encontramo-lo pontificando no *Diario das Alagôas*, em artigos politicos sensacionaes, que ainda hoje a gente lê gosando os primores do estylo e a pureza da vernaculidade que elle sabia pôr nos assumptos mais triviaes. Na satyra ninguem o sobrelevou até hoje. Na sua cadeira de rhetorica do Lyceu Alagoano era um mestre ouvido com deleite nas suas prelecções eruditas.

No *O Tempo*, José Angelo Marcio da Silva, o seu irmão Dr. Jacintho Paes Pinto da Silva e o Dr. José de Barros Pimentel são as figuras culminantes da corrente liberal, popularmente appellada *luzia*. Oppõe-se-lhe a pleiade conservadora, *saquarema*, chamada pelo povo, chefiada pelo presidente José Beuto, o velho, e eram Manoel Lourenço da Silveira, José Prospero Jehovah da Silva Carotá, Esperidião Eloy de Barros Pimentel, Rodrigo Firmiano de Moraes e outros. De todos José Angelo parece ter sido o maior; pelo menos era o mais vibrante, o mais vehemente e o polemista mais vigoroso.

No *O Philangelho* (1854) José Alexandre Passos, antithese do irmão Ignacio Passos Junior, era o doutriador que calçava luvas de pellica para esgrimir a sua penna de ouro, dando aos seus artigos a rizeza do seu character e o sabôr camoneano do idioma portugês. Professor de linguas, philologo de renome, com uma erudição enorme de classicos, foi dos primeiros que no Brasil se dedicaram aos estudos philologicos. A obra que deixou, dentre a qual sobresaem o seu *Diccionario Grammatical*, ainda hoje é citada pelos estudiosos, que lhe invocam a opinião. Entreteve uma polemica

com José Feliciano de Castilho, a proposito de methodos de ensino, e firmou uma reputação respeitavel de sabedor profundo da pedagogia.

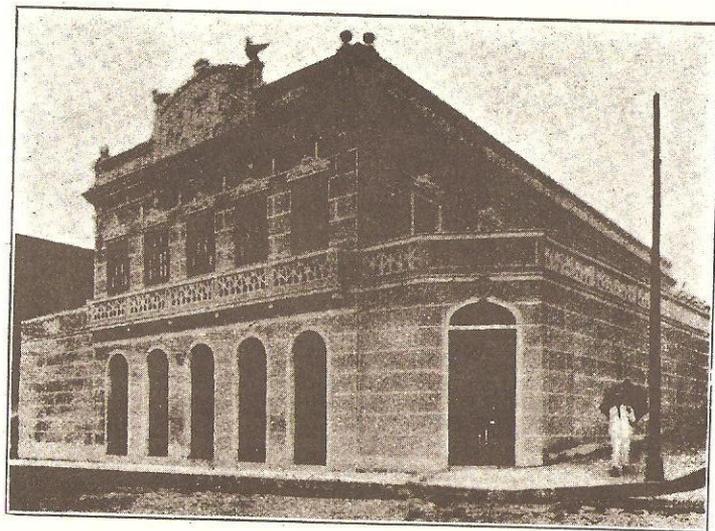
O padre Amancio das Dôres Chaves, latinista provecto, professor eximio, com Felinto da Costa Cotrim, o grande humanista do nosso Lyceu, mysanthropo e mordaz, são francos atiradores pelas columnas do *O Mercantil* (1863); mas são sobretudo professores

Ainda neste cyclo apparece no jornalismo alagoano Mariano Joaquim da Silva, figura illustre de causidico, politico da corrente liberal, jornalista não excedido na urbanidade e nos recursos de dialectica. Surgem tambem Euthiquio Carlos de Carvalho Gama, *senior*, jurista, magistrado de probidade inatacavel; Felix da Costa Moraes, Tito Alexandre Ferreira Passos, Antonio Romariz, José Magalhães Bastos e a figura insinuante de orador, polemista e politico liberal, de Virgilio Palmeira.

O clero apresenta nessa phase de evolução mental figuras notaveis — Antonio Procopio da Costa, mestre insigne de muitas gerações, um homem quase santo que Maceió inteiro venerava; Pedro Lins de Vasconcellos, sabedor profundo da lingua portugüesa; Domingos Fulgencio Lessa, sacerdote e guerreiro, com cinco annos de campanha no Paraguay e o peito estrellejado de vèneras e fitas, um tanto philosopho, talvez mais soldado que padre, com um livro serio sobre a influencia da religião nas sciencias, letras e artes.

O apparecimento de um poeta — Ignacio de Barros Accioly, o bardo do soffrimento e da desdita, que elle proprio incarnou, encerra este cyclo, que outro poeta iniciara — Ignacio Passos.

A politica, pois, ia fazendo a evolução intellectual das Alagôas. Bons poetas, excellentes prosadores, juristas notaveis, jornalistas, já se podem contar. A producção desse tempo ficou, quase toda, esparsa nos jornaes da epoca. O livro era coisa inacessivel ao meio provinciano, como ainda hoje, meio pobre e acanhado, com medalhões enriquecidos no commercio, que faziam



Instituto Archeologico e Geographico Alagoano

a supremacia da sociedade cheia de preconceitos e que tinha no dinheiro o seu unico realce. O jornal era, assim, o unico meio de publicidade com que podiam contar os nossos homens de pensamento, e ao jornal elles recorriam avidamente. A imprensa, pois, desse tempo é a fonte principal de qualquer estudo que se pretenda fazer da nossa evolução intellectual. Todavia esses homens exerceram uma grande influencia na sociedade coetanea. Eram os verdadeiros orientadores da opinião, eram as figuras obrigatorias de todas as rodas estimadas; fundavam gremios literarios, influíam na vida politica, e, nos grandes momentos historicos, faziam vibrar as turbas, desfechando-lhes discursos patrioticos e poesias epicas.

O que, porém, ficou assignalando esse periodo foi a fundação do *Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*.

A politica separava os homens que eram a força mental das Alagôas. Liberaes e conservadores hostilizavam-se mutuamente, dando ás lutas estereis da politicalha provinciana todas as energias mentaes.



Roberto Calheiros de Mello

José Bento Junior, talvez obedecendo aos interesses do seu proprio governo, procurou amortecer os rancores que as divergencias politicas e os ataques pessoases na imprensa insuflavam diariamente, tornando pesado o ambiente social e perturbando a serenidade da vida administrativa. Lançou a idéa da fundação do *Instituto*, á feição do congener carioca. A iniciativa foi bem acolhida por alguns, outros depois a acceitaram com sinceridade. E, assim, o *Instituto* fundou-se. Pelo

menos no gremio, que logo reuniu os expoentes mentaes da provincia, dos dois matizes politicos, criou-se uma atmospheria alheia ás questiunculas de campanario.

Na *Casa das Alagôas* ingressaram, dentre muitos, Roberto Calheiros de Mello, medico, sabedor da sua sciencia, homem de character e attitudes romanas; Thomás Espindola, geographo, historiador, medico; Silverio Jorge, que foi o primeiro presidente; Adriano Augusto de Araujo Jorge, educador eminente, pesquisador infatigavel e erudito do nosso passado; Manoel Claudino de Arroxellas Jaime e Nicodêmos Jobim, monographistas notaveis pelo labor benedictino das suas investigações e seriedade de suas affirmativas; conego Peixoto Duarte, orador sacro; Olympio Eusebio de Arroxellas Galvão, historiographo; Manoel Balthazar Pereira Diegues



Adriano A. de A. Jorge

Junior, intelligencia multiforme de jurista, professor, historiador, enfim, todos os grandes nomes que Alagôas tem possuido. De todos, porém, o maior foi Dias Cabral, o maior pelo devotamento com que se consagrou á consolidação do *Instituto* e pelo cabedal de sciencia que possuia e como que incorporou ao patrimonio da associação. A este só faltou um scenario mais amplo para ser um sabio de renome mundial.

De 1875, de quando datam as primeiras manifestações abolicionistas na imprensa local, a 1889 é todo um periodo de agitações ultra-democraticas e de intensa vibração literaria.

Logo em 1877 surgem dois combatentes formidaveis — Manoel Ribeiro Barreto de Menezes e João Gomes Ribeiro, as columnas mestras da propáganda abolicionista e republicana em Alagôas, na imprensa, na tribuna, nos clubes que se fundaram e passaram a ser verdadeiros nucleos de organização mental, sob os influxos das idéas liberaes que se derramavam pelo paiz.

Em 1881 Antonio Alves, a maior organização jornalística que já tivemos, funda o *Gutenberg*, que foi, sem duvida alguma, o paladino mais poderoso das idéas predominantes. Já não é a politica ferrenha, como a dos partidos monarchicos a se arranharem mutuamente, fazendo elles proprios a solapação do regime, que faz a floração da intelligencia. Outro rumo se depara á mentalidade provinciana. A libertação dos escravos, apaixonando os espiritos independentes e fazendo vibrar a lyra dos poetas, o verbo dos oradores, a sentimentalidade nacional, congrega as fulgidas cerebrações para o apostolado redemptor.

Concomitantemente a evangelização da Republica reclama e reúne a solidariedade das almas moças. E fundaram-se novos jornaes, surgiram, como que por encanto, grandes oradores, criavam-se clubes quase diariamente e quase diariamente faziam-se comicios populares.

O magisterio — e tinha Alagôas por esse tempo pro-

fessores illustres — fez tambem o seu apostolado. Cada collegio era um viveiro de abolicionistas e de republicanos. Eram professores — Francisco Domingues da Silva, Domingos Bento da Moeda e Silva, Ignacio Joaquim da Cunha Costa, Cantidiana de Bulhões, Adriano Jorge, Felinto Cotrim, Diegues Junior, Thomás Espindola...

Sob a orientação experimentada de paladinos intrepidos nas lutas do jornalismo, quase todos egressos dos partidos monarchicos, uma mocidade brilhante tomou posição nessa jornada fulgurante. Não havia para ella especialização intellectual; todos eram oradores, na tribuna das conferencias eruditas e nos comicios suggestionadores das multidões; todos eram poetas; todos eram pelejadores da imprensa.

Os mais velhos e os mais destros eram os guiões — Francisco Domingues, Diegues Junior, Adriano Jorge, João Gomes, Manoel Menezes, Antero Monteiro, Leite Pindahyba, Stanislaw Wanderley, Ricardo Brenand, Lima Rocha, Dias Cabral... Em torno dos mestres formava a caravana libertadora, corporificando as mais lidimas aspirações do pensamento colectivo — Carlos Rodrigues, poeta espontaneo de um estro vigoroso; Virgilio Antonino de Carvalho, democrata ardente, uma esplendida cerebração servida por uma sólida cultura jurídica; Eusebio de Andrade, republicano entusiasta, que, mais tarde, assumiu a direcção do *Gutenberg*; Fernandes Lima, intelligencia brilhante e lutador impavido; Leite e Oiticica, uma nobre e inconfundivel figura de combatente de todos os prelios da intelligencia; Costa Leite, orador primoroso, ironista irresistivel, apolineo e inconfundivel na sociedade que elle fascinava com o fulgôr da sua intelligencia e a elegancia das suas attitudes; Augusto Satyro, orador eloquente, um grande e nobre espirito que depois de figurar vantajosamente na imprensa carioca, se obumbrou aqui sob immenso infortunio; Cyridião Durval, aedo illustre, dos maiores que já possuímos, e professor de direito; Guimarães Passos, que depois de ensaiar aqui os remigios do seu

genio, abalou para o Rio, onde firmou triumphalmente a sua gloria literaria; Alves de Faria, talento polyedrico, romancista; Americo Raposo, copiosa erudição scientifica; Oliveira e Silva, poeta e jornalista de renome, que se fixou no Rio; Sampaio Marques, Miguel Soares Palmeira, Teixeira Pinto, Mizael Craveiro, Adolpho Aschoff, José Simões, Carlos Valente, Antonio Novaes, Enéas Moreira, Innocencia Celso, Pedro Nolasco Maciel, José Antonio Duarte, Antonio José Duarte, Luis Lavenère, Joaquim Diegues e outros muitos.

Desse tempo tres grandes musicistas — Valerio Pinheiro, Benedicto Raymundo da Silva e Mizael Domingues. Um grande artista, que o Velho Mundo consagrou — Rosalvo Ribeiro, cuja obra enriquece e orgulha o patrimonio nacional.



Rosalvo Ribeiro

Com a queda da monarchia podemos considerar encerrado esse periodo brilhantissimo da nossa formação mental, que, transformando as idéas e as aspirações sociaes, operou o phenomeno da expansão cultural.

Já não eram as correntes politicas os factores exclusivos das manifestações da intelligencia, nem os que surgiram nesse aureo periodo se limitaram á existencia ephemera do jornal. O meio melhorara consideravelmente as suas condições sociaes e permittia agora toda a sorte exterior de manifestação do pensamento.

— o o o —

## XIV

## Glorias do Paraguay

Quando, em 1865, Solano Lopez mandou invadir a provincia de Matto Grosso, depois de haver praticado contra a soberania do Brasil actos de extrema violencia, abruptamente, sem a menor offensa ou a mais leve provocação, Alagôas acompanhou nobremente a indignação nacional.



Solano Lopez

Governava a provincia o desembargador João Baptista Gonçalves Campos (16 de dezembro de 1864 a 26 de julho de 1865) e foram notaveis os esforços presidenciaes no sentido da remessa de tropas para o theatro da guerra. O presidente fez seguir o corpo policial da provincia, sob o commando do bravo major Carlos Cy-

rillo de Castro, morto gloriosamente em combate. Ao apello do governo provincial para a organização de novos contingentes, a população acudiu entusiasticamente e, dentro de dois ou tres mezes, a provincia remettia contra o Paraguay 1.171 homens.

Não ficou nisso a parcella de sacrificio imposto á provincia pelo dever patriótico.

A mentalidade nesse tempo, não somente em terras das Alagôas, em todo o territorio nacional, não havia ainda attingido a um grão de desenvolvimento que produzisse a expontaneidade da defesa da patria. A população sem educação intellectual, pois o Imperio descurara por completo o problema capital da instrucção publica, não alcançava a necessidade do sacrificio, que a honra

nacional exigia de todos os brasileiros, na angustia desse lance historico. Nos campos, na vida rural, mesmo na vida urbana, a idéa da guerra apavorava os mais resolutos. Recorreu-se ao recrutamento.

Para as primeiras remessas houve entusiasmo civico; nas cidades o voluntariado foi a expressão victoriosa da comprehensão do dever. Depois, com a prolongação da luta e as requisições constantes de reforços, a expontaneidade da primeira hora cedeu lugar ás injuncções do interesse pessoal. Houve necessidade do emprego de medidas rigorosas para o preenchimento dos claros que se iam abrindo no exercito em operações. Houve o recrutamento forçado, medida odiosa porque, por toda parte, deu lugar ao exercicio de vinganças individuaes, dos chefões politicos do interior, rancorosos e destituídos de sentimento civico, contra desaffectedos humildes.

Na presidencia de Pereira de Alencastre registram-se violencias inominaveis, que levantaram clamores e odios.

Durante os cinco annos da guerra, Alagôas mandou para os campos de batalha 3.578 homens, dos quaes 191 para o serviço da armada e os demais para o exercito. A contribuição foi grande. Nem todos, porém, partiram apanhados em caçadas de voluntarios, que as autoridades faziam pelo interior. Muitos, centenas e centenas, marcharam expontaneamente, offerecendo o seu sangue em defesa da nação. Muitos cobriram-se de glorias; muitos ficaram para sempre no chão inimigo; muitos volveram á terra natal mutilados, invalidando-se para as profissões anteriores.

Na guerra, os Fonseca, Floriano e muitos outros que serviam no exercito e na armada, e lá pagaram heroicamente a sua divida de sangue ao Brasil. Alagôas representou-se condignamente.

Fizeram-se nos campos de batalha Hermes Ernesto da Fonseca, Severiano Martins da Fonseca (Barão das Alagôas), Manoel Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto,



Hermes Ernesto da Fonseca



Severiano Martins da Fonseca



Marechal Deodoro da Fonseca



Floriano Peixoto

Gabino Besouro, Roberto Ferreira, Virgínio Napoleão Ramos, que atingiram pela sua bravura e merecimentos militares os mais altos postos da carreira das armas. Hypolito Mendes da Fonseca foi morto na batalha de Curupaity. Eduardo Emiliano da Fonseca, o bravo comandante do 40º de Voluntarios da Patria, cahiu para sempre na ponte de Itororó. Affonso Aurelio da Fonseca, tambem na batalha de Curupaity, deu a sua vida, defendendo a bandeira da unidade entregue á sua coragem...

E, se não tivesse sido tão grande a contribuição da provincia, bastava para dignifica-la o estoicismo de D. Rosa da Fonseca.

A sedição de 1839, fracassada ingloriamente, atirou com o major Manoel Mendes da Fonseca da margem do Manguaba, onde chefiara o movimento e sempre vivera aquella vida pachorrenta da capital decahida, á fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Na velha praça de guerra purgou o peccado da rebelião que encabeçara, até que um conselho de guerra, absolvendo-o, passou a esponja do esquecimento sobre o delicto.



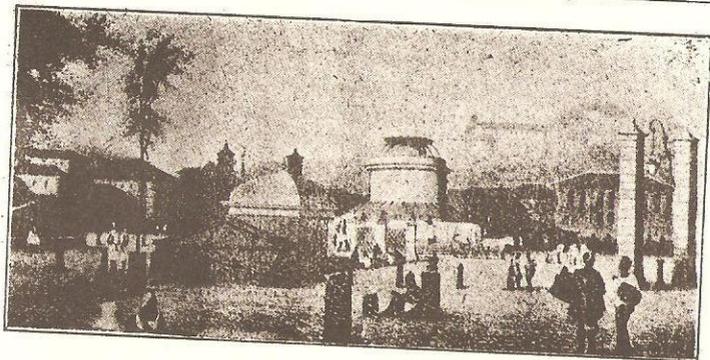
D. Rosa da Fonseca

Acompanharam-no a esposa e os filhos, em numero de nove, que o decimo o casal houve na côrte.

Sobreviveu o velho militar, reformado em tenente-coronel, á bernarda da mudança da capital, precisamente vinte annos. A' esposa legara a unica riqueza que os homens da sua tempera conseguem accumular — a prole, meia duzia de soldados valentes, que foram para o Brasil um patrimonio de bravura e patriotismo.

Deixou-se ficar no Rio, ao lado dos filhos, D. Rosa, nunca mais voltando ás Alagôas. Mas, se não voltou ella á terra natal, não a esqueceu decerto. Sua casa tornou-se um tecto dos alagoanos que emigravam, portas abertas, dia e noite á gente das Alagôas, no Campo de Sant'Anna. Era como se aquelle lar abençoado pelo céo estivesse bem no coração da provincia distante. E com os conterraneos, que chegavam, ella matava as saudades, revendo, enternecida, as pessoas que conhecia e que ficaram velhinhas ou haviam morrido, recordando as scenas da vida pacata da cidade desthronada da supremacia de capital, apenas, de quando em quando, perturbada por uma ou outra agitação patriótica em que o marido andava mettido. Que prazer para a sua velhice recordar as coisas e as pessoas de seu tempo, na terra longinqua, onde nascera ha tanto tempo, em 1802!

Ao rebentar a guerra do Paraguay, seis filhos, duma



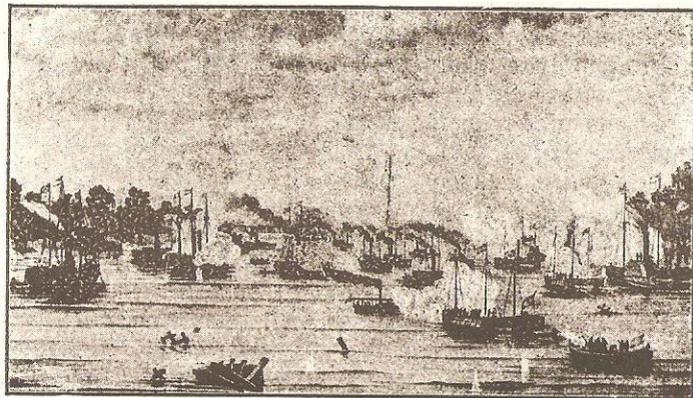
O Campo de Sant'Anna

só vez, lá se foram defender o Brasil. Eram militares, cumpriam o seu dever. Ficaram ao seu lado as duas filhas, as noras e ainda dois filhos. Affonso, de todos o mais moço, quiz tambem ir para a guerra, e D. Rosa, que já dera á patria seis defensores valentes, resignada, na serenidade de seu patriotismo, deixou-o ir. Ficara-lhe, agora, dos homens, apenas um, que por haver-se reformado, antes da guerra, ficara no Rio, guardando a familia.

E o lar, assim, quase fica sem um varão a olhar solícito por aquellas senhoras desoladas, com os corações em sobresalto pelos imprevistos das batalhas.

De vez em quando chegavam noticias da tremenda carnificina do sul. Eram sempre novas alviçareiras, dos nossos triumphos, e a alma varonil de D. Rosa, revendo-se orgulhosa na prole que concorria para a gloria das armas brasileiras, enfestonava a fachada da casa, pondo-lhe bandeiras e luminarias. Vencera o Brasil e a victoria, por um momento, afogava-lhe as apprehensões e as saudades.

Um dia os jornaes noticiaram o grande feito militar de Curupaity. Ganhara o Brasil a batalha encarniçada, mas D. Rosa perdera dois filhos. Hypolito e Affonso haviam morrido gloriosamente. A velhinha espartana não



Passagem de Curupaity

se deixou abater pela dôr. A casa toda, de portas a dentro, estava de luto; mas, por fóra, andava em festas, com galhardetes pela fachada e colchas de seda ás janellas. A noite a illuminação augmentou a alegria daquella casa, por dentro em pranto.

Os jornaes, vencidos quase dois annos de peleja, entraram a falar na possibilidade da paz. Queriam-na os alliados, e o Brasil, opprimido pelo peso formidavel daquelle enorme sacrificio, talvez não a desdenhasse. Porém a paz, tal qual se dizia, não vingava a nação do insulto que soffrera. A nobre matrona alagoana não se conformava com a retirada do Brasil da peleja, assim, sem uma victoria completa, que reduzisse o inimigo á inacção absoluta. E aos seus amigos — a imprensa registrou — dizia:

— Ainda tenho cinco filhos na guerra, dos sete que para lá foram, prefiro, porém, não ve-los mais, que fiquem sepultados na terra inimiga, com morte gloriosa no campo de batalha, a que voltem enlameados por essa paz deshonorosa.

Em dezembro de 1868, trouxeram-lhe a noticia,

mandada pelo Imperador, da morte de Eduardo. Morrera heroicamente, commandando o 40.º de voluntarios, sobre a ponte de Itororó. Hermes e Deodoró haviam ficado gravemente feridos

Reprimindo as lagrimas, indagou, afflicta, do mensageiro:

— Quem venceu?

— O Brasil...

E a sua casa não se cerrou. Como dantes, a fachada engalanou-se toda para festejar a victoria da nação. Pelo coração ia-lhe a angustia. Orava, recolhida ao seu quarto, deante dos retratos dos filhos, pedindo a Deus pelos que ainda viviam. E logo sahia do oratorio, serena, estoica. a animar as filhas e as noras em pranto.

Era bem a mãe dos Fonsecas. Ainda viveu tres annos, depois da victoria definitiva do Brasil

## XV

### Evolução economica

Anteriormente a 1857 não conhecemos estatisticas que documentem a evolução economica das Alagôas.

Apesar do estabelecimento das repartições aduaneiras consequentes da autonomia administrativa e politica da comarca, a datar de Mello e Povoas, o commercio alagoano, por muitas decadas, continuou dependente da Bahia, que era o emporio do São Francisco, via Penedo, e de Recife, que ficou sendo o centro do abastecimento do norte, por Maceió e portos intermediarios, servidos fartamente por veleiros de pequena cabotagem.

A vassallagem em que vivemos por mais de duzentos annos, não podia deixar de, commercialmente, criar

raizes profundas e tenazes. Essa dependencia não se rompia assim, de chofre, pela simples publicação do decreto de autonomia administrativa. A libertação teria de operar-se vagarosamente, no tempo e no espaço; sob a acção persistente de elementos sociaes mais esclarecidos e, ao mesmo tempo, mais audazes, que effectuassem o apparecimento de factores economicos, agindo conscientemente no sentido da propria emancipação.

As estatisticas mais remotas, que conhecemos, a começar daquelle anno, pacientemente colligidas por Pedro Paulino da Fonseca, num periodo de 25 annos, relativamente ao volume da produção, provincial, ao valor e destino dessa produção, e, particularmente, ao movimento de importação e exportação pelo nosso primeiro escoadouro maritimo, vão, pouco a pouco, traçando indices seguros de independencia commerciai.

A vida economica de Alagôas repousa, principalmente, no assucar. Vinte e seis annos, contados do descobrimento, já a metropole recebia assucar de Pernambuco. A cultura da canna, pois, data do alvorecer da colonia e Duarte Coelho, que foi o mais previdente e esclarecido dos donatarios, nessa cultura baseou a prosperidade de sua capitania

Durante todo o periodo colonial, o assucar foi, a par da exploração do ouro e dos diamantes, uma industria vantajosa e sem duvida a unica que, dando habitos sedentarios á população, concorreu para a fixação do colono ao solo brasileiro.

O governo portuguez tornou o assucar monopolio official, recebendo-o em caixas de madeira no porto de Lisboa. Em 1800, cada caixa de assucar chegava áquelle porto por 34\$560, ou pouco mais de 2\$000 a arroba



Pedro Paulino da Fonseca

Com a abertura dos portos brasileiros á navegação e commercio das nações amigas, cahiu o monopólio do assucar, não porque o governo alforriasse liberalmente o producto, mas porque o desvio da producção se fez naturalmente para outros paizes, directamente, em detrimento da metropole e sob o imperio de leis economicas infungiveis.

Alagôas, parte integrante de Pernambuco até 1817, teve na cultura da canna a sua unica riqueza apreciavel e os engenhos, movidos a agua ou tangidos a béstas, eram os centros de toda a actividade industrial.

Em 1871 os 483 engenhos de Alagôas produziram 187.723 sacos, parecendo que a extincção do trafico de negros, embora-determinasse a diminuição do braço trabalhador, não teve influencia apreciavel na producção, pois as safras que se seguiram foram sempre em escala ascendente.

O decennio agricola de 1871 a 1881 deu uma producção de 2.638.969 sacos de assucar. No decennio seguinte, em que se realizou a libertação dos escravos e se fez a implantação do regime republicano, a producção teve um augmento consideravel, prova de que a abolição do elemento servil, acto considerado um golpe de morte na economia nacional, não affectou sensivelmente os factores economicos de Alagôas.

Nesse decennio a producção foi de 4.706.460, para elevar-se no decennio seguinte a 6.057.846.

Entretanto a cultura da canna e a industria asucareira continuavam emperradas. Durante o governo português, madraço e empecedor dos surtos de progresso da colonia, houve apenas dois actos característicos do interesse official pela cultura da canna e industria do assucar: a carta regia de 26 de março de 1811, introduzindo a canna *caiana* e *bourbon* e, em 1815, a cogitação do motor a vapor, ficando o erario publico com o *encargo das despesas de concertos das machinas nos engenhos*. Mas não passou isso de simples cogitação. Durante toda a existencia do regime monarchico a agri-

cultura da canna e o assucar viveram desajudados dos favores officiaes.

Quando se proclamou a Republica, as fábricas de assucar trabalhavam em taxas, a fogo nú, extrahindo o caldo em moendas de pressão simples, com grande prejuizo no aproveitamento da canna.

O decennio de 1901-1911 assignala a fundação das usinas e, desde então, a producção tornou-se mais lucrativa e consideravelmente melhorada.

O plantio e cultura do algodoeiro em Alagôas deve-se ao ouvidor José de Mendonça Mattos Moreira, que jurisdicionou a comarca de 1779 a 1798. Mas a cultura da preciosa malvacea entre nós participou dos empecilhos que se lhe impuzeram, officialmente, em todo o paiz. De começo, promissora e prospera pela montagem de fabricas de tecidos, logo decahiu, quando o vice rei, Marquês do Lavradio, mandou fechar as fabricas de tecidos, tolerando apenas a fabricação de pannos grosseiros para vestimenta de escravos e saccaria.

Com D. João VI no Brasil, a industria fabril do algodão foi permittida, mas logo, em 1810, prohibida, em virtude do tratado de commercio com a Inglaterra, que, além de favores alfandegarios excepcionaes, impôz o fechamento das nossas fabricas. Os pro-homens da independencia, sob a pressão britannica, renovaram o monopólio e estenderam-no á França. Era o pesado preço do reconhecimento da nossa autonomia politica. Os estadistas da Maioridade revogaram esses tratos commerciaes da nossa diplomacia, emancipando a industria fabril de tecidos de algodão. Só então, a começar de 1846, a lavoura algodoeira tomou impulso em todo o paiz.

As nossas estatisticas alcançam para a exportação do algodão, um periodo de 47 annos. No decennio de 1878 a 1888 a exportação pelo porto de Jaraguá foi de 459.670 fardos, descendo a 311.086 no decennio seguinte, a 301.470 no terceiro decennio, a 263.239 no quarto e a 50.684 nos sete annos ultimos, até 1925. O surto enorme da manufactura dos tecidos no Estado tem determinado

a diminuição da exportação do algodão em rama, porque as nossas fabricas consomem toda a produção actual. Não ha sobra para exportação; ao contrario, tem-se importado a preciosa materia prima. A exportação de variados tecidos — algodões, chifas, cretones; morins, bramantes, brins, toalhas, meias, etc., substitue a sahida que se fazia do algodão em pluma. E ao lado dessa exportação verifica-se a do caroço de algodão e a do bagaço, em escala apreciavel e crescente.

Pelas estatisticas officiaes existentes, verifica-se que a transição do regime politico do paiz, em 1889, encontrou Alagôas com a sua capacidade de produção em via de acceleramento. A Republica, estabelecendo a vida autonoma das Provincias, determinou a expansão de todas as fontes economicas que existiam e creou outras.

Apreciando a exportação global de dez annos, de 1912 a 1921, segundo as estatisticas do Serviço de Inspeção e Fomento Agricola, verifica-se para Alagôas a somma de 209.532:000\$000, superior a dos seguintes Estados: Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Piauihy e Santa Catharina.

A produção de cereaes, quase restricta ás necessidades do consumo interno, faz-se por toda parte, em Alagôas.

A agricultura, é o factor economico do Estado por excellencia. Ha mais de vinte annos o luminoso espirito de Affonso de Mendonça, resumia assim a situação da lavoura em Alagôas: «Precaria e desanimadora é a nossa agricultura perante os tres elementos de produção — terra, trabalho e capital. Se o primeiro tem-o de primeira ordem, o segundo é mau por systema e organização, e o terceiro é deficiente e caro».

A situação de vinte annos passados quase que subsiste. Temos as melhores terras, propicias a todas as culturas, mas falta-nos a organização do trabalho e o seu, diremos, saneamento, pela educação technica do trabalhador, que viesse liberta-lo do empirismo, e fal-

ta-nos capitaes para o desenvolvimento agricola. Falta á nossa lavoura, principalmente, o credito agricola, que é o nervo da agricultura, e que sómente agora está sendo organizado proveitosamente.

As cifras frisam uma situação vantajosa para o nosso commercio, a nossa produção e o nosso excellent ancoradouro de Jaraguá. Em cincoenta annos registramos um augmento de 200 % em nossa população e em nossa riqueza, sem o concurso da immigração estrangeira.

## XVI

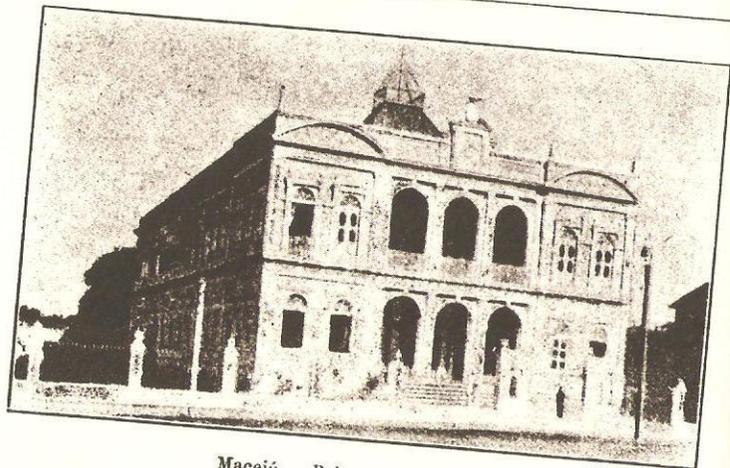
### Depois da Republica

Apesar da propaganda republicana se ter intensificado por todo o paiz, depois da abolição da escravatura, havendo em todas as Provincias varias organizações de irradiação democratica, a proclamação da Republica foi uma surpresa geral.

Em Alagôas, onde a campanha pelo novo regime tomava expansão e ia congregando bons elementos, as vantagens da democracia escapavam em absoluto ás massas e não seduziam os politicos militantes. Era, no dia do advento da Republica, convicção exclusiva de alguns espiritos que se haviam superiorizado para constituirem excepções invulgares na turba de politicos dos dois matizes monarchicos.

Mas, mesmo para esses sonhadores, a Republica não parecia estar tão perto. De maneira que a noticia dos acontecimentos que se estavam desenrolando na capital do paiz, produziu na massa uma impressão de panico e no seio dos agitadores do regime republicano uma certa reserva.

No mesmo dia 15 de novembro, o dr. Pedro Morei-



Maceió — Palácio do Governo

ra Ribeiro havia assumido a presidência da Província. A guarnição federal, constituída pelo 26º batalhão de infantaria, foi quem agiu na melindrosa emergência em que quase todos receavam comprometter-se.

O presidente foi convidado a deixar o governo e o fez promptamente. O commandante dessa unidade do exercito, major Aureliano de Azevedo Pedra, com o concurso do *Club Republicano*, organizou então uma junta governativa, que ficou composta delle, commandante, do Dr. Manoel Ribeiro Barreto de Menezes e do cidadão Ricardo Brennand Monteiro.

Depois disso, conhecida a realidade dos factos, começaram as adhesões...

O primeiro governador nomeado para Alagôas foi o commendador Tiburcio Valeriano de Araujo, varão acatadissimo na sociedade alagôana e cuja presença no governo constituia uma garantia para as instituições nascentes.

Mas Tiburcio Valeriano foi substituído por Pedro Paulino da Fonseca, irmão de Deodoro, homem integro

e de boa fé, que se deixou envolver pela onda dos bajuladores de todos os matizes.

Feita a eleição para a Constituinte Federal, Pedro Paulino foi eleito senador, seguindo para o Rio, já um tanto desilludido, passando o governo ao Dr. Roberto Calheiros de Mello, que por sua vez o entregou ao Dr. Manoel de Araujo Goes.

Promulgada a Constituição do Estado em 11 de junho de 1891,

no dia seguinte procedeu-se a eleição para governador e vice-governador, cargos que foram disputadissimos por duas facções que se haviam formado para a conquista do poder. Uma apresentava a candidatura de Pedro Paulino e Araujo Góes e a outra a de Gabino Besouro e Barão de Traipú.

Venceu a primeira. Desencadêa-se então no Estado intensa agitação politica, consequencia dessa eleição e effectos dos acontecimentos que, no Rio de Janeiro, perturbavam os primeiros dias da Republica.

Pedro Paulino não resistiu á campanha. Passa o governo ao seu substituto legal, Araujo Góes e segue para o Rio, onde renuncia os cargos de governador e de senador da Republica.

Araujo Góes tomou então attitudes de reacção, agindo com certa violencia. Ha desordens nas ruas da capital. A policia espingardêa o povo inerte numa passeata de hostilidade ao governo. A situação agrava-se. Os acontecimentos precipitam a solução da luta politica. Araujo Góes é deposto no mesmo dia em que Deodoro renunciava a presidencia da Republica.

Uma junta provisoria toma conta do governo do Estado, até que o presidente do senado, Barão de Traipú, o venha assumir.

Normaliza-se a situação com a eleição do Dr. Ga-



Tiburcio V. de Araujo

hino Besouro para governador e do Barão de Traipú, para vice-governador, em 20 de fevereiro de 1892. A transmissão do poder realizou-se a 2 de março.

Gabino Besouro, homem de vontade firme e intelligencia lucida, trouxe para o governo um plano magnifico de realizações administrativas. Não o deixaram trabalhar. A politicagem continuava a perturbar a tranquillidade do Estado, levantando contra o governo uma onda enorme de odiosidades, açuladas do Rio de Janeiro. A força federal depoz o governador, sem resistencia.

Deu-se então um facto singular — não houve quem quizesse as redeas da administração. Recusou-as o presidente da Camara dos Deputados, coronel Macario Lessa, o presidente do Conselho Municipal, coronel Feligonio Avelino de Araujo, o juiz seccional, Dr. Petronillo Santa Cruz de Oliveira, aos quaes se recorreu, insistentemente.

Constituiu-se uma junta governativa composta do Dr. Manoel Sampaio Marques, coronel José Tavares da Costa e Dr. Miguel Soares Palmeira. Essa junta conseguiu vencer as repugnancias do presidente do Tribunal Superior, dr. Tiburcio Valeriano da Rocha Lins, um dos substitutos constitucionaes

do governador, e transmittiu-lhe o governo. A 16 de setembro de 1894 foram eleitos governador do Estado o Barão de Traipú e vice-governador o coronel José Vieira de Araujo Peixoto. A 17 de outubro do mesmo anno aquelle titular da monarchia assume o governo. Mas a agitação continuava, cada vez mais intensa. A 1.º de maio de 1895 é deposto o Barão de Traipú, apossando-se do governo uma junta composta dos Drs. Dario Cavalcante de Albuquerque, José da Rocha Cavalcante e Francisco José da Silva Porto. A deposição do governador trouxe como consequen-



Cmdr. Soares Palmeira

cia lamentavel, além da desordem administrativa, a morte de varias pessoas. No dia seguinte o governo federal manda reempossar o governo, o que se fez sem a menor manifestação de hostilidade.

Traipú para evitar esse estado de anarchia, que a sua presença no governo causava no Estado, a 14 de janeiro de 1896 passou a administração ao seu substituto legal, coronel José Vieira de Araujo Peixoto, não mais a reassumindo até o termino do mandato.

A 12 de junho de 1897 o governo passa ás mãos do Dr. Manoel José Duarte, eleito em 12 de fevereiro, com o coronel Francisco Manoel dos Santos Pacheco, para vice-governador.

Em 12 de junho de 1900 a administração passa a ser exercida pelo Dr. Euclides Vieira Malta, que, pelos processos electoraes vigentes, triumphara do seu antagonista Dr. Miguel Soares Palmeira.

Este governador, em 1903, faz-se substituir por seu irmão, Dr. Joaquim Paulo Vieira Malta. Em 1906, Paulo Malta entrega o poder a seu irmão Euclides. A permuta fraternal, entretanto, não se fez tranquillamente. As forças opposicionistas que se haviam organizado no Estado resistiram valentemente, levantando a candidatura do general Gabino Besouro.

Findo esse periodo governamental, Euclides Malta, de posse de toda a engrenagem administrativa e contando com o apoio do governo federal, que fazia, desde Campos Salles, a politica dos governadores, reelege-se governador para o triennio de 1909-1912.

Levantam-se e reorganizam-se todos os elementos de opposição contra esse desvirtuamento do regime. Foi uma campanha cerrada e vigorosa.



Campos Salles

Euclides Malta resiste á onda enorme de impopularidade que o cercava e o apontava como *olygarchia*. Quando no governo federal o marechal Hermes da Fonseca, as *olygarchias* do norte foram derrubadas. Caiu tambem a de Alagôas, cahiu fragorosamente, resistindo de armas na mão.



Hermes da Fonseca

A 12 de junho de 1912 assumiu o governo estadual o coronel Clodoaldo da Fonseca, candidato da opposição, que, findo o seu mandato, passou o governo ao dr. João Baptista Accioly Junior.

A este governo seguiu-se a administração do Dr. José Fernandes de Barros Lima, iniciada em 12 de junho de 1918, que foi prolongada por uma reeleição até 1924.

De junho de 1924 a junho de 1928, porque o periodo administrativo foi elevado para quatro annos, o governo foi exercido pelo Sr. Pedro da Costa Rego, que



Clodoaldo da Fonseca



J. F. de Barros Lima

foi substituído, em 12 de junho daquelle anno pelo Sr. Alvaro Corrêa Paes.

Apesar das dissensões politicas em que o Estado se tem contorcido, umas tendo em vista a restauração

dos verdadeiros principios republicanos, outras, porém, de caracter menos amplo, mais questiunculas pessoas que antagonismo de idéas, não se póde negar que Alagôas, sob a vigencia do actual regime, muito se tem desenvolvido.

Quando foi proclamada a Republica, a Provincia das Alagôas contava 29 municipios, 14 comarcas, 27 termos com 21 juizados municipaes e 55 juizes de paz, 7 cidades, 22 villas. As rendas eram pequenas, as industrias parcas, vivendo penosamente. A religião catholica, que era e é a da maioria da população, contava 34 freguesias subordinadas ao bispado de Olinda. A instrucção primaria era ministrada em 182 escolas; um Lyceu proporcionava o ensino secundario; havia dois estabelecimentos de instrucção profissional.

Hoje Alagôas conta uma população de mais de um milhão de habitantes, sem que haja concorrido para esse augmento ondas immigratorias.

O Estado está dividido em 36 municipios; 24 comarcas distribuem a justiça de 1.<sup>a</sup> instancia; 10 grupos escolares e mais de 300 escolas ministram o ensino



Pedro da Costa Rego

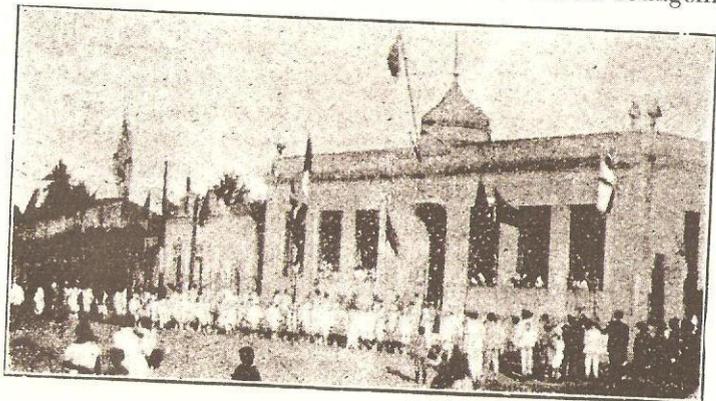


Alvaro Corrêa Paes

primario a mais de 15.000 crianças, gastando o Estado com a instrucção publica cerca de 1.500:000\$000, num orçamento de 11.000.

Ecclesiasticamente é um archispado, com dois

bispados subordinados, o de Penedo e o de Aracajú. A capital está ligada á de Pernambuco por uma estrada de ferro, com communições diarias, e com todos os municipios por excellentes estradas de rodagem.



Maceió — Grupo escolar Diegues Junior

A industria assucareira exercita-se em grandes usinas, contando-se entre ellas a maior da America do Sul. A industria dos tecidos conta 10 fabricas e todas as suas empresas, agua, luz, viação urbana, fabricas, usinas, etc. são mantidas por capital exclusivamente local.

O credito agricola está sendo largamente amparado por varios bancos, do systema Luzzati, em Maceió, Viçosa, Palmeira dos Indios, São Miguel dos Campos, estando já fundados os de União, Anadia, São José da Lage e Penedo. O commercio dispõe de duas agencias bancarias e quatro bancos regionaes, estando em via de organização mais três.

A exportação do aßucar, tecidos, couros, pelles, cereaes, côcos e outros productos excede de 60.000 contos, sendo a importação inferior á quarta parte desse valor.

Dentre os pequenos Estados da federação, Alagôas está na vanguarda.

## INDICE

<i>Prefacio</i> . . . . .	3
I — Primeiras explorações . . . . .	1
II — O territorio alagoano . . . . .	14
III — A invasão hollandesa . . . . .	26
IV — Calabar . . . . .	44
V — Palmares . . . . .	57
VI — Formação geographica e colonização . . . . .	62
VII — A comarca . . . . .	74
VIII — A emancipação . . . . .	78
IX — De Povoas á abdicção . . . . .	90
X — A mudança da Capital . . . . .	106
XI — Lisos e Cabelludos . . . . .	113
XII — Administrações provincias . . . . .	118
XIII — Formação mental . . . . .	127
XIV — Glorias do Paraguay . . . . .	150
XV — Evolução economica . . . . .	156
XVI — Depois da Republica . . . . .	161

## GRAVURAS

## Personagens

1. Pedro Alvares Cabral . . . . .	1
2. Diogo Alvares, o <i>Caramurá</i> , e sua mulher, Paraguassú . . . . .	4
3. Martim Affonso . . . . .	5
4. D. João III . . . . .	6
5. Mathias de Albuquerque . . . . .	24
6. General Waerdenburch . . . . .	29
7. Conde de Bagnuolo . . . . .	31
8. Antonio Oquendo . . . . .	31
9. Henrique Dias . . . . .	38
10. Felipe Camarão . . . . .	38
11. Mauricio de Nassau . . . . .	39
12. João Fernandes Vieira . . . . .	42
13. André Vidal de Negreiros . . . . .	42
14. José Antonio Saraiva . . . . .	71
15. Dr. Thomás Bomfim Espindola . . . . .	72
16. Padre João Ribeiro . . . . .	86
17. Príncipe D. Pedro . . . . .	98
18. Visconde de Maranguape . . . . .	99
19. Manoel de Carvalho Paes de Andrade . . . . .	101
20. Padre Diogo Antonio Feijó . . . . .	105
21. D. Pedro II aos 14 annos . . . . .	105
22. Visconde de Sinimbu . . . . .	109
23. Nunes Machado . . . . .	118
24. Visconde de Bom Conselho . . . . .	119
25. Honorio Hermeto . . . . .	120
26. Araujo Lima . . . . .	121
27. Silva Ferraz . . . . .	121
28. Aureliano Candido Tavares Bastos . . . . .	122
29. Duque de Caxias . . . . .	123
30. Zacharias de Góes . . . . .	123
31. Dona Maria I . . . . .	129
32. Bispo Azeredo Coutinho . . . . .	130
33. D. João VI . . . . .	131
34. Mello Moraes . . . . .	136
35. Barão de Penedo . . . . .	136
36. Ladislau Souza Mello Netto . . . . .	137
37. João Severiano da Fonseca . . . . .	137

38. Jacintho Paes de Mendonça . . . . .	139
39. Barão de Maceió . . . . .	139
40. Dr. João Francisco Dias Cabral . . . . .	139
41. José Alexandre Passos . . . . .	139
42. Roberto Calheiros de Mello . . . . .	146
43. Adriano Augusto de Araujo Jorge . . . . .	146
44. Rosalvo Ribeiro . . . . .	149
45. Francisco Solano Lopez . . . . .	150
46. Hermes Ernesto da Fonseca . . . . .	152
47. Severiano Martins da Fonseca . . . . .	152
48. Deodoro da Fonseca . . . . .	152
49. Floriano Peixoto . . . . .	152
50. Dona Rosa da Fonseca . . . . .	153
51. Pedro Paulino da Fonseca . . . . .	157
52. Tiburcio Valeriano de Araujo . . . . .	163
53. Commendador Soares Palmeira . . . . .	164
54. Campos Salles . . . . .	165
55. Hermes da Fonseca . . . . .	166
56. Clodoaldo da Fonseca . . . . .	166
57. Dr. José Fernandes de Barros Lima . . . . .	166
58. Pedro da Costa Rego . . . . .	167
59. Alvaro Corrêa Paes . . . . .	167

## Quadros, vistas, etc.

1. João Ramalho — Parte de um quadro de Parreiras . . . . .	5
2. Olinda de Pernambuco . . . . .	8
3. Um engenho . . . . .	9
4. São Salvador — 1625 . . . . .	10
5. Taba . . . . .	10
6. Refeição dos indios . . . . .	11
7. Escravização dos indios . . . . .	13
8. Margem do São Francisco . . . . .	16
9. Panorama de Porto Calvo . . . . .	16-17
10. Panorama de Alagôa do Sul . . . . .	22-23
11. Coruripe . . . . .	23
12. Paizagem de um dos canaes das lagoas Manguaba e Mundahu . . . . .	25
13. Recife, à margem do rio Capiberibe . . . . .	27
14. Santa Luzia do Norte . . . . .	29
15. Arraial de Bom Jesus . . . . .	30
16. Assalto de Alagôa do Sul . . . . .	33
17. Canal Grande da Lagôa do Norte . . . . .	34
18. Assalto dos hollandeses a Porto Calvo — 1637 . . . . .	38-39
19. Primeira batalha dos Guararapes — Quadro de Victor Meirelles . . . . .	42
20. Penedo — Forte Mauricio e rio São Francisco . . . . .	42-43
21. A serra da Barriga . . . . .	57

22. Panorama de Serinhaem . . . . .	58-59
23. Domingos Jorge Velho e seu ajudante de campo Antonio Fernandes de Abreu — Quadro de Benedicto Calixto . . . . .	59
24. Vista de Penedo . . . . .	62
25. Camaragibe . . . . .	67
26. Paulo Affonso . . . . .	68
27. De volta da roça . . . . .	70
28. Engenho «Riacho Grande», onde nasceu Floriano Peixoto. . . . .	76
29. Pesagem e encaixotamento de assucar — Victor Frond . . . . .	77
30. Penedo . . . . .	80
31. Praça Deodoro da Fonseca — Maceió . . . . .	82
32. Atalaia . . . . .	84
33. Padre Miguelinho perante o Tribunal — Quadro de A. Parreiras . . . . .	86
34. Recife em 1817 . . . . .	88
35. Praia de Jaraguá . . . . .	91
36. Defesa da Corveta «Maceió» . . . . .	96
37. Approvação da Constituição Provisoria no Rio de Janeiro — 1821 . . . . .	97
38. São Miguel dos Campos . . . . .	103
39. Maceió — Ponte dos Fonseca e Praça Sinimbu . . . . .	107
40. Penedo, visto do rio . . . . .	111
41. O Campo de Sant'Anna . . . . .	154
42. Passagem de Curupaity . . . . .	155

#### Monumentos e edificios

1. Ponte sobre o Camaragibe — Camaragibe . . . . .	19
2. Prefeitura de Traipú . . . . .	64
3. Estatua de Floriano Peixoto e Palacio do Governo — Maceió . . . . .	75
4. Estatua e Theatro Deodoro — Maceió . . . . .	93
5. Escola de Aprendizizes Marinheiros — Jaraguá . . . . .	95
6. Ponte de embarque — Maceió . . . . .	124
7. Ponte sobre o Parahyba — Viçosa . . . . .	125
8. Aprendizado Agricola de Satuba — Municipio de Santa Luzia do Norte . . . . .	132
9. Instituto Archeologico e Geographico Alagoano . . . . .	145
10. Palacio do Governo — Maceió . . . . .	162
11. Grupo Escolar Diegues Junior . . . . .	167

#### Mappas, plantas, etc.

1. Mappa da Provincia de Santa Cruz . . . . .	3
2. Mappa das terras conquistadas por Portugal e Espanha, conforme o Tratado de Tordesilhas em 1494 . . . . .	4-5
3. Mappa de 1720 . . . . .	7
4. A Foz do rio São Francisco . . . . .	15

5. Litoral das Alagoas . . . . .	20
6. Mappa do Estado de Alagoas . . . . .	62-63

#### Diversos

1. Brasão de armas de Alagoas no dominio hollandês . . . . .	44
2. Bandeira da Republica de 1817 . . . . .	79
3. Bandeira da Confederação do Equador . . . . .	102
4. O jornal «Iris Alagoense» . . . . .	140-141

#### Templos religiosos

1. Matriz de Palmeira . . . . .	15
2. Matriz de N. S. da Conceição — Alagoas . . . . .	92
3. Matriz do Porto Real do Collegio . . . . .	127
4. Convento de São Francisco e a Ordem Terceira — Alagoas . . . . .	128
5. Capella-mór do Convento de São Francisco — Alagoas . . . . .	132
6. Cathedral — Maceió . . . . .	133
7. Igreja dos Martyrios . . . . .	135

**Nossas edições sobre Historia Geral do Brasil,  
administrativa e politica, e assumptos correlatos,  
dos tempos coloniaes á epoca contemporanea**

**MAX FLEIUSS**

Historia Administrativa do Brasil — Retrospecto administrativo do paiz, desde os primordios do regime imperial aos dias da Republica, até o governo Epitacio Pessoa. 20\$000

**VISCONDE DE PORTO SEGURO**

Historia Geral do Brasil — compendiada por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia.  
Tomo I — Brochado: 25\$000. Encadernado . 40\$000  
Tomo II . . . . . no prelo

**ASSIS CINTRA**

Nossa Primeira Historia (Gandavo). Ha neste livro referencias documentadas de ter sido o Brasil descoberto no anno de 1343 . . . . . 6\$000  
D. Pedro I e o Grito da Independencia . . . . . 6\$000  
O Homem da Independencia . . . . . 7\$000

**Frei GASPAR DA MADRE DE DEUS**

Memorias para a Historia da Capitania de São Vicente — revista, prefaciada e com biographia do autor e notas, por Affonso Taunay . . . . . 10\$000

**Frei VICENTE DO SALVADOR**

Historia do Brasil — revista, annotada e commentada por Capistrano de Abreu . . . . . 10\$000

**PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME**

Historia da Capitania de São Vicente (com escoreço biographico de Affonso Taunay) . . . . . 8\$000

Informação sobre as Minas de São Paulo — Expulsão dos Jesuitas do Collegio de São Paulo (com um estudo sobre o autor de Affonso Taunay) . . . . . 8\$000

**ANDRÉ JOÃO ANTONIL**

Cultura e Opulencia do Brasil por suas Drogas e Minas (com estudo bio-bibliographico de Affonso Taunay) . . . . . 10\$000

**OLIVEIRA LIMA**

O Imperio Brasileiro . . . . . 15\$000  
O Movimento da Independencia . . . . . 10\$000

**OLIVEIRA VIANNA**

O Occaso do Imperio . . . . . 6\$000

**CONDE AFFONSO CELSO**

Oito Annos de Parlamento — Poder Pessoal do Imperador 10\$000

**AFFONSO TAUNAY**

Indios! Ouro! Pedras! . . . . . 6\$000  
Na Era das Bandeiras. . . . . 5\$000  
Grandes Vultos da Independencia . . . . . 20\$000

**VISCONDE DE TAUNAY**

Homens e Cousas do Imperio . . . . . 5\$000  
A Retirada da Laguna . . . . . 8\$000  
Em Matto Grosso Invadido . . . . . 6\$000  
Cartas da Campanha . . . . . 5\$000

**J. L. RODRIGUES DA SILVA**

Recordações da Campanha do Paraguay . . . . . 4\$000

**MARIA J. SCHMIDT**

A Segunda Imperatriz do Brasil. . . . . 7\$000

**Padre LUIZ GONZAGA CABRAL S. J.**

Jesuitas no Brasil . . . . . 8\$000

Nosso paiz, o Brasil,  
de tudo pode produzir!

Este livro,  
escripto por autor brasileiro, illustrado  
e impresso no Brasil, é feito tambem  
de papel brasileiro, fabricado pela  
Cia. Melhoramentos de São Paulo

O Brasil tanto mais produzirá, enriquecendo o  
seu povo, trazendo-lhe a abastança e a prosperidade,  
quanto mais cultos e preparados forem os seus homens  
de amanhã, — hoje meninos de escola. A criança que  
estuda trabalha pela riqueza futura da Patria.

 **Sergasa**  
Serviços Gráficos de Alagoas S. A.

Governo do Estado  
**Divaldo Suruagy**

Vice-Governador  
**José Tavares**

Secretário de Educação e Cultura  
**Prof. Douglas Apratto Tenório**

Conselho Estadual de Cultura e Patrimônio  
Histórico, Artístico e Natural - AL

**Dr. Ismar Malta Gatto**  
Presidente